



Educação de

Jovens e Adultos:

Evasão em Nhamundá-AM

Graciomara Paulain Gomes



AYA EDITORA
2025

Educação de

Jovens e Adultos:

Evasão em Nhamundá-AM

Graciomara Paulain Gomes

Educação de

Jovens e Adultos:

Evasão em Nhamundá-AM



AYA EDITORA
2025

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Autora

Graciomara Paulain Gomes

Capa

AYA Editora©

Revisão

A Autora

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora©

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências Humanas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Adilson Tadeu
Basquerote Silva

*Universidade para o Desenvolvimento do
Alto Vale do Itajaí*

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Argemiro Midonês
Bastos

Instituto Federal do Amapá

Prof.º Dr. Carlos López Noriega

*Universidade São Judas Tadeu e Lab.
Biomecatrônica - Poli - USP*

Prof.º Dr. Clécio Danilo Dias da
Silva

Centro Universitário FACEX

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria de
Genaro Chirolli

*Universidade Tecnológica Federal do
Paraná*

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade
Mota

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida
Souza dos Reis

Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof.ª Ma. Denise Pereira

Faculdade Sudoeste – FASU

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira
Hellvig

Universidade Federal do Paraná

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos
Santos

Universidade Federal do Amapá

Prof.º Dr. Fabio José Antonio da
Silva

Universidade Estadual de Londrina

Prof.º Dr. Gilberto Zammar

*Universidade Tecnológica Federal do
Paraná*

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota
*Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia Baiano, IF Baiano - Campus
Valença*

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues
de Souza

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso

Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca
Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes
Galvão

Faculdade Santa Helena

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski

*Universidade Tecnológica Federal do
Paraná*

Prof.º Dr. João Paulo Roberti Junior

Universidade Federal de Roraima

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra
*Instituto Federal de Educação Ciência e
Tecnologia do Ceará, Campus Ubajara*

Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti
Universidade Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim
Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Lucimara Glap
Faculdade Santana

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues
Universidade Norte do Paraná

Prof.º Dr. Milson dos Santos Barbosa
Instituto de Tecnologia e Pesquisa, ITP

Prof.º Dr. Myller Augusto Santos Gomes
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch
Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Pedro Fauth Manhães Miranda
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes
Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Parauapebas

Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira
Instituto Federal do Acre

Prof.º Dr. Rômulo Damasclin Chaves dos Santos
Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA

Prof.ª Dr.ª Rosângela de França Bail
Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens
Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares
Universidade Federal do Piauí

Prof.ª Dr.ª Sílvia Aparecida Medeiros Rodrigues
Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Sílvia Gaia
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda Santos
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues
Instituto Federal de Santa Catarina

© 2024 - AYA Editora

O conteúdo deste livro foi enviado pela autora para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional **(CC BY 4.0)**. Este livro, incluindo todas as ilustrações, informações e opiniões nele contidas, é resultado da criação intelectual exclusiva da autora. A autora detém total responsabilidade pelo conteúdo apresentado, o qual reflete única e inteiramente sua perspectiva e interpretação pessoal. É importante salientar que o conteúdo deste livro não representa, necessariamente, a visão ou opinião da editora. A função da editora foi estritamente técnica, limitando-se ao serviço de diagramação e registro da obra, sem qualquer influência sobre o conteúdo apresentado ou opiniões expressas. Portanto, quaisquer questionamentos, interpretações ou inferências decorrentes do conteúdo deste livro devem ser direcionados exclusivamente à autora.

Este livro é fruto de uma dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação da Universidad de la Integración de las Américas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação.

G6331 Gomes, Graciomara Paulain

Educação de Jovens e Adultos: Evasão em Nhamundá-AM [recurso eletrônico]. / Graciomara Paulain Gomes. -- Ponta Grossa: Aya, 2025. 123 p.

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-5379-677-5

DOI: 10.47573/aya.5379.1.339

1. Educação. 2. Evasão escolar. 3. Estudantes. 4. Educação de jovens e adultos. I. Título

CDD: 371.29

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

International Scientific Journals Publicações de Periódicos e Editora LTDA

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

WhatsApp: +55 42 99906-0630

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <https://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

*“Dedico este trabalho às
pessoas que contribuíram para o meu
conhecimento, minha família, amigos
e colegas educadores da Rede
Estadual de Ensino”.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que no desenvolvimento desta obra científica contribuíram para a realização deste projeto em todas as fases. A Deus por nortear meus passos no caminho promissor. Ao meu orientador, Dr. Alderlan Souza Cabral, que acompanhou e acreditou no trabalho a ser realizado. À Minha família por sempre me apoiarem nesta caminhada onde foram grandes incentivadores. Aos professores e à equipe da UNIDA, meus reconhecimentos.

A conscientização é isto: tomar posse da realidade; por esta razão, e por causa da radicação utópica que a informa, é um afastamento da realidade. A conscientização produz a desmitologização. É evidente e impressionante, mas os opressores jamais poderão provocar a conscientização para a libertação: como desmitologizar, se eu oprimo? Ao contrário, porque sou opressor, tenho a tendência a mistificar a realidade que se dá à captação dos oprimidos, para os quais a captação é feita de maneira mística e não crítica. O trabalho humanizante não poderá ser outro senão o trabalho da desmitificação. Por isso mesmo a conscientização é o olhar mais crítico possível da realidade, que a 'des-vela' para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante.

Paulo Freire (1980, p.29)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
INTRODUÇÃO	13
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ASPECTOS DA SUA IMPLANTAÇÃO NO BRASIL	18
<i>O Processo de Alfabetização de Jovens e Adultos.....</i>	<i>27</i>
<i>Legislação e Literatura Acerca da Evasão Escolar</i>	<i>40</i>
<i>Aspectos que Podem Influenciar na Evasão Escolar no Contexto do EJA</i>	<i>56</i>
METODOLOGIA	80
<i>Projeto de Pesquisa.....</i>	<i>80</i>
<i>População e Amostra.....</i>	<i>85</i>
<i>Técnicas e Instrumentos de Coletas de Dados</i>	<i>85</i>
ANÁLISE DE RESULTADOS	88
<i>Organização dos Resultados.....</i>	<i>88</i>
<i>Avaliação dos Resultados.....</i>	<i>96</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
<i>Recomendações</i>	<i>104</i>
REFERÊNCIAS.....	105
APÊNDICE.....	112
SOBRE A AUTORA	116
ÍNDICE REMISSIVO	117

LISTA DE ABREVIATURAS

AM	Amazonas
CEAA	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CCAA	Campanha Nacional de Alfabetização de Adolescentes e Adultos
CBE	Constituição Federal do Brasil
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
SESI	Serviço Social da Indústria
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
CONFINTEA	Conferência Internacional de Educação de Adultos
EJA	Educação Jovens e Adultos
IES	Instituição de Ensino Superior
MEB	Movimento de Educação Base
UNE	Movimento de Educação Base

APRESENTAÇÃO

Estudar a história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é importante, pois permite uma reflexão sobre o processo histórico desta modalidade e, assim, compreender sua situação atual. Dentro desse contexto está a grande problemática que envolve esta modalidade de ensino: a evasão.

Fez-se um estudo na escola Estadual Professor Raimundo da Silva Melo, no Município de Nhamundá-AM/Brasil, onde se constatou de forma plausível as causas que levam os alunos a se evadirem da sala de aula.

A Educação de Jovens e Adultos tenta “alfabetizar letrando”, numa abordagem simples, pois a alfabetização é um processo definido como aprendizagem, onde se desenvolve a habilidade de ler e escrever de maneira adequada e utilizar esta habilidade como um código de comunicação com o seu meio.

O trabalho teve como objetivo geral expor as causas que levam ao aumento do índice de evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos na escola foco desta pesquisa. Assim, conhecer a construção das políticas educacionais da EJA e o interesse principalmente no processo de desenvolvimento da aprendizagem, minimizando, assim, a evasão.

Constatou-se que a falta de infraestrutura tecnológica, bem como inovações estratégicas nas metodologias, tem se tornado um gargalo na rentabilidade do ensino.

Como metodologia, optou-se por um enfoque qualitativo e quantitativo, com uma pesquisa exploratória-descritiva. Os resultados indicaram que a escola é ancorada à aquisição de conhecimento e também à socialização.

A EJA é tida como uma oportunidade de concluir os estudos, de obter conhecimento e uma formação. O futuro, por vezes, é representado pela família, trabalho, possibilidade de emprego, casar e cuidar dos filhos.

Boa leitura!

INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em uma abordagem das principais questões relacionadas às causas e consequências do abandono escolar precoce na Educação de Jovens e Adultos - EJA.

Torna-se relevante conhecer a história da Educação de Jovens e Adultos e assim refletir sobre a situação atual desta modalidade de ensino. As políticas desta modalidade de ensino vêm sendo pensadas a fim de se amenizar o índice de evasão e proporcionar maior rentabilidade ao ensino aprendizagem. Promovendo não apenas a alfabetização de adultos, mas também sua inserção no mercado de trabalho.

Situação Problema: A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos se tornou um agravante constante no âmbito educacional, essa realidade tornou-se a cada ano letivo não somente um problema estatístico, pois tornou-se um ciclo que nem sempre é fechado por aqueles que estão diretamente ligados a essa modalidade de ensino podendo causar um transtorno imensurável na vida destes cidadãos. Essa evasão deixa várias sequelas para o alunado, para as famílias, conseqüentemente para a sociedade. É perceptível que, muitos são os motivos que levam os mesmos a desistir dos estudos e explorá-los é possivelmente uma forma de ir além de meras conjecturas. Diante disso procurou-se saber: **Pergunta Central:** Quais as principais causas de evasão de alunos na educação de jovens e adultos (EJA) da escola estadual Professor Raimundo da Silva Melo, no município de Nhamundá-AM / Brasil, no período 2021/2022? Quais as principais causas de evasão de alunos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Escola Estadual Professor Raimundo da Silva Melo, no município de Nhamundá-AM/Brasil, no período 2021/2022?

Os reflexos da evasão podem ser bem explicito nesta modalidade por diversas fatores. A grande maioria dos educandos da EJA, possuem dificuldades com a leitura e escrita. A verdade é que para muitos, a escola representa uma história de insucesso e está baixa autoestima acaba refletindo na aprendizagem. Quanto mais tempo de afastamento da escola maior são as dificuldades no processo ensino/aprendizagem. **Perguntas específicas:** O que a relação entre legislação e a literatura sobre a temática da evasão

escolar de jovens e adultos pode contribuir para o entendimento acerca dos motivos que levam a desistência nessa modalidade de ensino? Quais os fatores sociais, culturais, econômicos, psicológicos entre outros que podem influenciar no processo de evasão escolar no contexto da EJA? Como a escola pode contribuir a partir de práticas pedagógicas para a efetivação dos alunos da EJA no âmbito escolar? **Objetivo Geral:** Expor as causas que levam ao aumento do índice de evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos na escola Estadual Professor Raimundo da Silva Melo, no Município de Nhamundá-AM/Brasil, no período de 2021/2022. Vive-se numa sociedade letrada onde tudo a volta requer a habilidade de leitura e escrita.

As pessoas consideradas analfabetas têm dificuldades em desempenhar pequenas ações no dia-dia. Com isso esse aluno se sente excluído da sociedade e ele leva consigo esse sentimento de inferioridade junto no seu retorno a escola. Quando se fala em inclusão a maioria das pessoas associam isto a alunos com deficiência física ou intelectual.

O termo inclusão também cabe neste caso, para esses alunos que por alguns motivos não estudaram nos primeiros anos de vida e cada um com sua história de vida volta à escola com vários dilemas a serem superados. **Objetivos Específicos:** Conhecer a história da alfabetização de adolescentes e adultos no Brasil; A produção do analfabetismo e a construção educacional da EJA; Identificar a legislação e a literatura relacionadas com o abandono escolar precoce de jovens e adultos para compreender os motivos que levam ao abandono escolar precoce nesta modalidade de ensino; Analisar, entre outros aspectos, os fatores sociais, culturais, econômicos, psicológicos que podem influenciar o processo de abandono escolar precoce no contexto da EJA.

A falta de formação é algo grave em todos os segmentos, porém um professor não preparado para lidar com jovens e adultos, os resultados tornam-se complexos e não terá resultados positivos. Torna-se plausível estudar sobre a EJA para entender como este segmento é complexo por isso mesmo requer mais atenção de todos os envolvidos. **Hipótese:** Se a educação de jovens e adultos é uma possibilidade para aqueles que não conseguiram fechar um ciclo de escolarização é notável que os fatores internos e externos podem fazer dessa modalidade de ensino um entrave para os alunos que buscam alcançar a tão sonhada formação escolar e conseqüentemente elevar o índice da evasão.

Justificativa: A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino que proporciona a oportunidade de continuação da escolarização sistemática para muitos indivíduos que não puderam concluir seus estudos no período convencional e que por algum motivo tiveram que interromper o ciclo regular de ensino.

Essa modalidade de ensino é disponibilizada na Escola Estadual Professor Raimundo da Silva Melo, no município de Nhamundá-AM, Brasil, no turno noturno, a mesma atende uma clientela de diferentes faixas etárias, bem como mulheres e homens, na maioria responsáveis por famílias, que no contra turno buscam subsídios financeiros para auxiliar no sustento de suas famílias. Em detrimento de muitos não terem concluído os níveis da educação escolar regulamentar, buscam através dessa modalidade ampliar seus conhecimentos e tem na obtenção do tão sonhado certificado a possibilidade de aumentar a renda econômica familiar. Essa realidade pode gerar situações que nem sempre conciliam com o desejo de continuar os estudos.

Vale ressaltar as dificuldades e transformações que a educação atravessa, a Educação de Jovens e Adultos vem sendo a saída para aqueles que não conseguiram ou não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos na idade correta e, que lutam para que não fiquem a mercê da aprendizagem e do conhecimento, mas que encontram inúmeras barreiras no decorrer da caminhada escolar e, como já supracitado. Entre outros motivos que provoca essa desistência, pode-se destacar fatores como: sociais, culturais, psicológicos atrelados a situações como gravidez; a exclusão cultural, no caso específico aos indígenas que representam uma parcela do quadro de alunos matriculados neste educandário; o envolvimento com drogas; questões familiares como exemplos de relatos de jovens que têm suas famílias desfeitas e já não encontram mais apoio em casa para seguir seus estudos, tais motivos causam um crescimento considerável no índice de evasão escolar, daí a necessidade de entendimento mais profundo acerca da problemática e assim poder buscar suportes para ajudar não somente aqueles que estão na fase de ruptura com o sistema educacional, mas também propor subsídios para aqueles que estão engajados não desistam perante ao elevado grau de dificuldades a serem vencidas.

Ao se trabalhar diretamente com esses cidadãos uma grande curiosidade surge em conhecer melhor suas realidades, pois a cada disciplina tra-

balhada uma dúvida emerge, a cada comportamento um desabafo, a cada olhar uma confissão.

Apesar de todo um contexto psicopedagógico para conter essa desistência em massa, o professor se vê frustrado com o índice da evasão que avança constantemente. Ele precisa ser um grande incentivador na sala de aula que *busque* ensinar de forma voltada para o cotidiano desse sujeito, assim talvez ele se sinta menos pressionado e não encontre tanta dificuldade para entender os conteúdos e ainda sinta prazer em estar no ambiente escolar.

O aluno da EJA já traz consigo uma gama de conhecimentos que devem ser aprimorados no seu dia a dia de sala de aula, pois a realidade ensina com mais eficácia por isso a importância da ligação, realidade e teoria, se estreitar de forma com que o aluno não se sinta um mero espectador dentro de sala de aula. Dessa forma, é importante desvendar os caminhos desta temática para que se possa trazer benefícios para os sujeitos desta modalidade escolar. **Limitações:** Durante o desenvolvimento deste projeto encontrou-se inúmeras dificuldades, a mais forte foi de fato, conseguir fazer com que participem da entrevista, talvez por medo, receio de ser julgado, a insegurança de suas respostas, tudo gerava uma problemática para o resultado da entrevista, junto a isso, o sistema híbrido se fazia real no cotidiano escolar.

Por conta da pandemia, as dificuldades só aumentaram e dificultaram ainda mais o desenvolvimento do trabalho, mas com persistência buscou-se uma aproximação em sala de aula, respeitando todos os protocolos impostos pela vigilância sanitária de Nhamundá, e com aqueles que a comunicação era mais estreita, como por exemplo os que moram fora da sede urbana da cidade, buscou-se o contato via meios digitais como tentativa de tirar deles as respostas que pudessem nos ajudar nessa problemática.

O desenvolvimento deste projeto abrangerá o tempo estimado de quatro meses, tendo em vista, observar com muita cautela os motivos reais que causam essa evasão em massa nesse primeiro semestral. Consequências: O presente estudo contém cinco capítulos e as considerações finais. A parte introdutória, no qual apresenta-se os objetivos e a hipótese da pesquisa. No primeiro capítulo, se trará uma síntese da revisão bibliográfica realizada no âmbito das produções acadêmicas Stricto Sensu, dos artigos e documentos

de Arroyo (2005); Paiva, Vanilda (1973); Freire, Paulo (1987); Angela (2019); Andrade, Eliane Ribeiro.

Os jovens da EJA e a EJA dos jovens. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de; PAIVA, Jane (Org.). Educação de jovens e adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. No segundo capítulo, acrescentar-se-á o percurso metodológico, discorrendo sobre a natureza do estudo, a caracterização do campo, os sujeitos envolvidos, os instrumentos de coletas de dados, e os procedimentos de aplicação do Instrumento.

No terceiro capítulo encontra-se a análise dos dados coletados através do questionário a influência e a importância que os professores atribuem a gestão participativa. Apresentar-se-á como foi organizado a pesquisa e seus resultados, em seguida apresentar-se-á as avaliações dos resultados. Onde se analisará os dados das entrevistas, enfatizando a discussão das perspectivas, possibilidades e desafios apresentados pelos professores referentes ao parecer da evasão dos alunos deste seguimento (Educação Jovens e Adultos).

Por fim, as considerações finais, nas quais retorna-se a hipótese, tecerá alguns comentários acerca dos resultados encontrados e apresentar-se-á sugestões de estudos futuros. Bem como as recomendações e referências.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ASPECTOS DA SUA IMPLANTAÇÃO NO BRASIL

Em relação à história da educação de jovens e adultos no Brasil, deve-se destacar que os primeiros traços da educação de adultos no Brasil podem ser vistos durante o processo de colonização após a chegada dos jesuítas em 1549, para a catequese e ensino de adultos e jovens, tanto indígenas quanto colonizadores, distinguindo apenas os objetivos de cada grupo social.

Não pode-se deixar de reconhecer que os portugueses trouxeram um padrão de educação próprio da Europa. No que tange a esse padrão de cultura transplantada, Romanelli (2000, p. 23) considera que essa cultura é ferramenta para impor e preservar os modelos culturais importados, que por si, inibem a possibilidade de criação e inovação culturais. É importante que se saliente que conforme Fernandes (1989, p. 355), as populações indígenas que por aqui viviam já possuíam características próprias de se fazer educação, e que a educação que era praticada por eles em suas tribos não tinha as marcas repressivas do modelo educacional europeu.¹

De acordo com Piletti (1996, p. 68), os jesuítas foram expulsos das colônias em 1759, por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal de 1750 a 1777, em função de radicais diferenças de objetivos. Enquanto os jesuítas preocupavam-se com o proselitismo e o noviciado, Pombal pensava em reerguer Portugal da decadência que se encontrava diante de outras potências europeias da época. Nesse sentido, a educação jesuítica não convinha aos interesses comerciais emanados por Pombal. Ou seja, se as escolas da Companhia de Jesus tinham por objetivo servir aos interesses da fé, Pombal pensou em organizar a escola para servir aos interesses do Estado.²

1 AMARAL, L. A.; COSTA, L. R.. *Causas e Consequências da Evasão Escolar no Ensino de Jovens e Adultos na Escola Municipal "Ezequiel Alves dos Ramos" – Tailândia/PA. 2005.*

2 DANTAS, R. V. Medeiros. *Motivos da Evasão dos Alunos da EJA da E. E. Isabel Oscarlina Marques. 2010. 44f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Pós – Graduação Lato Sensu em Psicopedagogia Clínico-Institucional) – Escola Superior Aberta do Brasil – ESAB, Vila Velha, 2010.*

Somente no Império o ensino volta a ser ordenado. E, durante todo esse período, por força do Ato Adicional de 1834, a instrução primária esteve descentralizada, ficando a cargo das Províncias. Na verdade, o advento da República não alterou significativamente essa situação, ficando a educação ainda fora das preocupações principais do governo central.³

No que diz respeito à difusão da alfabetização no Brasil, vale ressaltar que ela ocorreu apenas no transcorrer do século XX, caracterizada, como instrumento pelo qual seria possível combater a aristocracia agrária, “detentora” da hegemonia política do país. Como se pode notar, esta “aristocracia” agrária representava os interesses dos conservadores, denunciando a mobilização alfabetizadora e mostrando-se preocupada com a educação da classe proletária e manifestando-se contrária ao ensino obrigatório. Sendo assim, até fins do século XIX, as oportunidades de escolarização eram muito restritas, acessíveis quase que somente às elites proprietárias e aos homens livres das vilas e cidades, pode-se dizer que, a uma minoria da população.⁴

Em relação à alfabetização no início do período republicano, Paiva (1987, p. 89) afirma, que, a partir da Primeira Guerra Mundial, o problema da educação ganha lugar de destaque nos discursos de políticos e intelectuais, que qualificavam o analfabetismo como vergonha nacional e creditavam à alfabetização o poder de elevação moral e intelectual do país, de regeneração da massa dos pobres brancos e negros libertos e de iluminação do povo e disciplinamento das camadas populares, consideradas incultas e incivilizadas.

Nesse sentido, inicia-se uma campanha para a erradicação do analfabetismo, surgindo nesse cenário os primeiros “profissionais da educação” Nessa linha de raciocínio, surgem também preocupações com uma escola renovada e com um ensino de qualidade. Sob essa perspectiva, mesmo diante desse quadro que salienta um avanço na trajetória da educação brasileira, cumpre-nos assinalar que devido às escassas oportunidades de acesso à escolarização na infância ou na vida adulta, até 1950, mais da metade da população brasileira era analfabeta, o que a mantinha excluída da vida política, pois o voto lhe era vedado.⁵

3 DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. *A Qualidade da Educação: perspectivas e desafios*. Cad. Cedes, Campinas, v.29, n.78, p. 201-215, maio/ago. 2009.

4 KRASILCHIK, Myriam. *Reformas e Realidade – o caso do ensino das ciências*. São Paulo em Perspectiva. v. 14, n.1, 2000.

5 OLIVEIRA, P. C. S.; EITERER, C. L. “Evasão” Escolar de Alunos Trabalhadores na EJA. In: SENEPT – Seminário Nacional de Educação profissional e tecnológica. 1., 2008. Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: CEFET MG, 2008, p. 1-7

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo, surge a volta da democracia e vale ressaltar que com ela, também surgem as primeiras políticas públicas nacionais destinadas à instrução dos jovens e adultos. Porém, foi em 1947, que o governo brasileiro lança pela primeira vez a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEEA, quando se estruturou o Serviço de Educação de Adultos do Ministério da Educação. Em relação a essa Campanha, Paiva (1987, p. 178) destaca que: A CEEA nasceu da regulamentação do FNEP e seu lançamento se fez em meio ao desejo de atender aos apelos da UNESCO em favor da educação popular. No plano interno, ela acenava com a possibilidade de preparar mão-de-obra alfabetizada nas cidades, de penetrar no campo e de integrar os imigrantes e seus descendentes nos Estados do Sul, além de constituir num instrumento para melhorar a situação do Brasil nas estatísticas mundiais de analfabetismo (Paiva, 1987, p. 178).⁶

No que diz respeito à perspectiva do governo brasileiro à criação da CEEA, em relação ao altíssimo índice do analfabetismo no Brasil, Stephanou e Bastos (2005, p. 266), argumenta em conformidade à visão de Paiva, que os índices de analfabetismo no Brasil, por esse período, atingiam cerca de mais da metade da população com 15 anos ou mais. E que esse era um dos fatores que deram sua contribuição na criação da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos.

No final dos anos 50, inúmeras críticas foram dirigidas às campanhas, devido ao caráter superficial do aprendizado que se efetivava num curto período de tempo e de inadequação dos programas, modelos e materiais pedagógicos, que não consideravam as especificidades dos adultos e a diversidade regional.⁷

No final da década de 50 e início da de 60, começam a surgir movimentos de base voltados para a alfabetização de adultos. Como se pode notar, esses movimentos, paralelos à ação governamental, consistiam da ação da sociedade civil, que ansiava por uma mudança no quadro socioeconômico e político. Sob essa perspectiva, diversos grupos de educadores encontram a oportunidade de manifestar sua preocupação com a questão da alfabetização e a educação dos adultos. Cumpramos, que nesse momento, essa preocupação era geradora de novos métodos para a alfabetização.

6 RITTBERG, C. S.. Causas da Evasão na Educação de Jovens e Adultos (EJA). In: SEMINÁRIO INTEGRADO DAS ESPECIALIZAÇÕES PROEJA-EPT. 2., 2013, Vitória. Anais... Vitória: CEFET ES, 2013

7 SILVA, M. R.. Causas e Consequências da evasão escolar na Escola Normal Estadual Professor Pedro Augusto de Almeida – Bananeiras/PB. CEGPM Virtual. João Pessoa, 2011.

Em virtude dessas considerações, o analfabetismo não é mais visto como causa da situação de pobreza, mas como efeito de uma sociedade que tem como base a injustiça e a desigualdade. Esses movimentos de educação e cultura popular, em sua maioria adotaram a filosofia e o método de alfabetização proposto por Paulo Freire. Exemplos de programas empreendidos por intelectuais, estudantes e católicos engajados na ação política foram: O Movimento de Educação de Base, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, estabelecido em 1961, com o patrocínio do governo federal; o Movimento de Cultura Popular do Recife, a partir de 1961; a Campanha de Pé no Chão se Aprende a ler, da Secretaria Municipal de Educação de Natal, e os Centros Populares de Cultura, órgãos culturais da União Nacional dos Estudantes (UNE).

No que concerne a esses movimentos, Paiva (1987, p. 236) registra que os mesmos tinham como pretensão, encontrar um procedimento para a prática educativa ligadas às artes e à cultura popular e como ressalta a autora, fundamentalmente promover a conscientização das massas através da alfabetização e da educação e base.⁸

A ditadura militar que entrou em vigor no Brasil em 1964 foi um período marcado por momentos de extremo autoritarismo, violência, repressão e por diversos outros meios de manter o regime. Compreender o conjunto de interesses e valores dos segmentos sociais que faziam parte do poder, naquele momento, é fundamental para entender como vários mecanismos autoritários, que buscavam o controle e o consenso da população, tentavam atuar nas diversas esferas da sociedade.

Em virtude dessas considerações, oportuno se torna dizer que a educação esteve submetida aos mecanismos de controle desse regime militar. Nessa linha de raciocínio, reconhece-se que a educação se torna instrumento de conscientização das massas e de sua exploração, sob a ótica de grupos contrários à ordem vigente. Convém notar igualmente, que, sob a ótica dos grupos dominantes, a educação passa a ser instrumento de reprodução da ideologia das classes dominadas, mas, com as ideias e os valores próprios da classe dominante.⁹

⁸ STIGAR, R.; SCHUCK, N. *Refletindo sobre a história da educação no Brasil*. 2010

⁹ CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO MT. *Normatização da Educação de Jovens e Adultos para o Sistema Estadual de Ensino. Parecer n. 93, 2000.*

Por conseguinte, pode-se dizer que a repressão se abateu impiedosamente sobre as iniciativas dos movimentos populares de educação, minando toda possibilidade da educação como instrumento de transformação das massas. Nessa linha de posicionamento, a educação que até então era vista com desdém pelo Estado, ganha nesse cenário, prioridade e promoção. Vale lembrar, no entanto, que todos os intelectuais e seus projetos de uma educação libertadora, foram as primeiras vítimas da famigerada fúria da repressão. Conforme expõem Cunha e Góes (2002, p. 36), a repressão se voltava contra tudo e todos, que segundo sua ótica eram suspeitos de ideias subversivas.

Demissão, suspensão e apreensão, eram instrumentos considerados eficazes a qualquer movimento considerado como inspiração “comunista”. Tal como ressalta o autor, reitores foram demitidos, sistemas educativos e programas educacionais não foram poupados. Professores e estudantes universitários foram expulsos das instituições onde lecionavam e estudavam e interventores eram nomeados para as instituições de ensino, que passavam a conviver com decretos, como o decreto – lei, que considerava suspeitos de subversão, todos os candidatos ao magistério e todos os professores, até que provassem o contrário.¹⁰

Para o novo regime abater solenemente as iniciativas de movimentos voltados para a educação popular, era preciso cunhar um novo programa de alfabetização de adultos, ainda que o mesmo se restringisse, em muitos casos, a um exercício de aprender a “desenhar o nome”. A prática educativa do regime militar se contrapunha às iniciativas dos movimentos educacionais de base, que traziam em suas pautas, a alfabetização vinculada à problematização e conscientização da população sobre sua realidade de vida e de sua participação como agente de transformação dessa realidade.¹¹

Sob a perspectiva do novo regime, a alfabetização de jovens e adultos ganhou a feição de ensino supletivo, instituído pela reforma do ensino de 1971, mesmo ano em que teve início a campanha denominada Movimento Brasileiro de Alfabetização, que ficou conhecida pela sigla MOBRAF. Com um funcionamento muito centralizado, uma campanha que conclamava a população a dar sua contribuição – “você também é responsável, então

¹⁰ DELORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. São Paulo: Cortez, Brasília, Distrito Federal: MEC: UNESCO, 2000

¹¹ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 37.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

me ensine a escrever, eu tenho a minha mão domável, eu sinto a sede do saber”, canção da dupla, Dom e Ravel e aliciamiento de alfabetizadores sem muita exigência, o Mobral esprou-se por todo o país, mas não cumpriu sua promessa de erradicar o analfabetismo durante aquela década e, em 1985, na transição à democracia, acabou sendo extinto e substituído pela Fundação educar.

No que diz respeito ao educador Paulo Freire e sua obra, cabe-nos considerar a importância de sua perspectiva, em que pese à educação como instrumento de mudança social. Sob essa perspectiva, para Freire, a educação deve visar sempre à libertação, à transformação radical da realidade, para torná-la mais humana, permitindo assim que homens e mulheres sejam vistos e reconhecidos como sujeitos de sua história e não como meros objetos. A educação, na sua visão mais ampla, deve possibilitar a leitura crítica do mundo. Em relação ao papel da educação, para Paulo Freire (2002, p. 72) a alfabetização é mais que o simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler.¹²

A construção de uma nova realidade deve ser a utopia do educador. A utopia estimula a busca e, ao se denunciar certa realidade, ao mesmo tempo se estará buscando outra. Nosso desafio é organizar o procedimento utópico sem sufocar a capacidade utópica (Freire, 2002, p. 43). Nesse sentido o educador deve ter esse sonho de transformação de homens e mulheres fazedores de um amanhã melhor. Em virtude dessas considerações, cabe ressaltar que a filosofia educacional de Freire se fundamenta em dois elementos básicos: a conscientização e o diálogo.

Na proposta de Freire é “a leitura de mundo que precede sempre a leitura da palavra (Freire, 2000, p.90). O educador deve conduzir o educando à leitura do seu contexto histórico e social, seu espaço, suas histórias e sua vida como um todo. Tudo isso deve ser ponto de partida e ponto de chegada para a aprendizagem. É preciso valorizar o saber de todos; o conhecimento que o aluno traz de seu meio não pode ser negado. Nesse sentido, no conceito de Freire tanto o aluno quanto o professor são transformados em pesquisadores críticos. Seu convite ao alfabetizando adulto é, inicialmente, para que ele se veja enquanto homem ou mulher vivendo e produzindo em uma determinada sociedade. Ele convida o analfabeto a sair da apatia e do

12 FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários a prática educativa. 37.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996

conformismo; desafia-o a compreender que ele próprio também é um fazedor de cultura.

Ao se abordar o tema da Educação no Brasil, e principalmente da Educação de Jovens e Adultos, não é demais salientar, que a perspectiva da educação brasileira, não seria a mesma sem a ótica social de Freire. Convém notar que o educador criou uma proposta para a alfabetização de adultos que inspira até os dias de hoje diversos programas de alfabetização e educação popular, desde o Centro de Cultura Dona Olegarinha, berço do Método Paulo Freire, nos anos 60.

Vale aqui, lembrar que em janeiro de 1962, Freire faz uma experimentação de seu método de educação, um método diferenciado que, segundo Cunha e Góes (2002, p. 19), se utiliza do eclético e de meios visuais, uma proposta como ressaltam os autores, do próprio Freire. Pertinente é a colocação dos autores, quando registram que essa experiência educacional, foi repetida por diversas vezes, valendo ressaltar que em todas elas, obtinham-se resultados semelhantes, ou seja, em um grupo de quatro alunos, no período de dois meses, com um tempo aproximado de trinta horas, um deles já liam trechos considerados difíceis. Sua compreensão inovadora da problemática educacional brasileira interpretava o analfabetismo como produto de estruturas sociais desiguais e, portanto, efeito e não causa da pobreza.¹³

Paulo Freire nasceu no Recife, Pernambuco, Brasil, em 1921. Sua família fazia parte da classe média, mas Freire vivenciou a pobreza e a fome na infância durante a depressão de 1929, uma experiência que o levaria a se preocupar com os mais pobres e o ajudaria a construir seu revolucionário método de ensino. Por seu empenho em ensinar os mais pobres, Freire tornou-se uma inspiração para gerações de professores, especialmente na América Latina e na África. Pelo mesmo motivo, sofreu a perseguição do regime militar no Brasil (1964-1985), sendo preso e forçado ao exílio.

Embora tendo sido formado em Direito, logo descobriu sua vocação de Educador. Porém, não um educador formal, profissional, mas um educador para a liberdade. Sua primeira experiência foi no SESI – Serviço Social da Indústria, onde trabalhou com famílias operárias nos “Círculos de Pais e Professores”; e experimentou o que ele mesmo chamou de “uma educação social”.

13 FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários a prática educativa. 37.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996

A perspectiva de Freire reconhecia os analfabetos como portadores e produtores da cultura, o que se opunha de maneira contundente às representações de analfabetos até então preponderantes, fortemente marcadas pelo preconceito. No que tange a essa questão, Paiva, desenvolve considerações a respeito desse preconceito, difundido pela Cruzada Nacional de Educação:

Por exemplo, a cruzada só na década de 50 (após mais de 25 anos de atividade) reconhece publicamente o “perigo dos semiletrados”. Sua larga sobrevivência em torno de uma concepção “filantrópica” e “humanitarista” da educação, apoiada numa visão deformada da realidade social, na qual a educação aparece como causa de todos os problemas, demonstra o quanto suas posições teóricas encontravam eco nos setores que a promoviam e o quanto estava difundido (e as campanhas ajudaram a fortalecer) o preconceito contra o analfabeto (Paiva, 1987, p. 121).¹⁴

Como já aludido anteriormente, para Paulo Freire a educação teria o papel de libertar os sujeitos de uma consciência ingênua, herança de uma sociedade repressora, agrária e oligárquica, transformando-a em consciência crítica. Em relação ao papel da educação na sociedade dentro da perspectiva de Freire, Stephanou e Bastos (2005, p. 269), apontam que para Freire, deve-se valorizar o analfabeto, como alguém capaz de produzir conhecimentos e que a educação deveria ter um caráter de diálogo e não ser resumida a uma relação cliente – banco. Segundo o próprio Freire:

A educação passa a ter sentido ao ser humano porque o seu existir se caracteriza como possibilidade histórica de mudanças. “Somos ou nos tornamos educáveis porque, ao lado da constatação de experiências negadoras da liberdade, verificamos também ser possível a luta pela liberdade e pela autonomia contra a opressão e o arbítrio” (Freire, 2000, p. 121).¹⁵

No que diz respeito ao método de educação de Freire, para adultos, Veiga (1987, pp. 250 - 251), destaca que dentre outros métodos, principalmente aqueles elaborados por grupos cristãos e que obtiveram uma influência decisiva no Movimento de Cultura Popular de Pernambuco, o método de Freire, conforme já aludido anteriormente, foi o que mais trouxe influência sobre os profissionais ligados à área da educação.

14 LUDKE, Menga; ANDRE, Marli E.D.A. Pesquisa em Educação: abordagem qualitativa. São Paulo: EPU, 1986.

15 LUDKE, Menga; ANDRE, Marli E.D.A. Pesquisa em Educação: abordagem qualitativa. São Paulo: EPU, 1986.

As políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos são recém-implantadas no Brasil. O processo de urbanização causado pelo desenvolvimento de indústrias no país pode ser considerado um precursor para a criação dessa modalidade. Com a necessidade de mão de obra capacitada foi necessário também que os trabalhadores tivessem ao menos um nível básico de escolarização. De acordo com Almeida e Corso (2015, p. 1285):

O período de 1930 foi marcado pela estruturação do Brasil industrial, que estabeleceu uma nova configuração de acumulação capitalista no país para além das elites rurais. Esse processo mudou significativamente as exigências de treinamento, qualificação e diversificação da força de trabalho. Em particular, ele os adaptou mental e fisicamente às técnicas e disciplinas da fábrica para transmitir uma ideia favorável a uma visão de mundo associada às novas demandas de acumulação de capital.

O estudo da história da educação de jovens e adultos é importante para refletir a situação atual dessa forma de educação. Desde a década de 1940, medidas foram desenvolvidas para preencher lacunas educacionais e promover não apenas a alfabetização de adultos, mas também sua integração no mercado de trabalho. No entanto, autores como Almeida e Corso (2015) destacam que as políticas para a educação de jovens e adultos no contexto brasileiro são caracterizadas por rupturas e rupturas.

As autoras supracitadas destacam que, no contexto dos anos de 1940, a análise da documentação voltada para a EJA revela o preconceito com os indivíduos analfabetos e a associação do analfabetismo à falta de higiene e baixa produtividade. Assim detalham que: A análise dos documentos revela, por exemplo, que o investimento na educação era concebido como solução para os problemas da sociedade. Outra concepção presente nesses 08 documentos diz respeito ao papel do alfabetizador, identificado como aquele que tem uma missão a cumprir. O analfabeto, por sua vez, era visto de maneira preconceituosa, chegando-se a atribuir a causa da ignorância, da pobreza, da falta de higiene e da escassa produtividade à sua existência. Em um dos documentos da campanha, afirma-se que “ignorância popular e escassa produção econômica andam sempre juntas” (Almeida; Corso, 2015, p.1287).

A figura de Paulo Freire se destaca na história da EJA no Brasil a partir da década de 1960 como de grande importância. Apesar dos esforços para reduzir o analfabetismo no Brasil, dados do IBGE mostram que existem cerca de 3,5 milhões de analfabetos. Os dados mostram que ainda existem muitos desafios na mudança dessa condição social. Atualmente ainda é grande o número de analfabetos na região Nordeste. Esse cenário mostra, de acordo com o parecer do Conselho Nacional de Educação publicado na década de 2000, que existe um endividamento social do patrimônio colonial negativo [...] (Almeida; Corso, 2015, p. 1284). Nesse sentido, a EJA no Brasil reflete uma realidade de desigualdades educacionais e sociais que também possuem dimensões geográficas e históricas.

O Processo de Alfabetização de Jovens e Adultos

A sociedade contemporânea é caracterizada como grafocêntrica, visto que, a escrita ocupa lugar privilegiado em nosso contexto social. Nesse sentido, a alfabetização é concebida como um dos pilares culturais, já que, a leitura e a escrita apresentam importância fundamental no desenvolvimento das sociedades industriais e globalizadas (Di Pierro, Galvão, 2007).¹⁶

Durante momentos distintos na sociedade, a alfabetização assumiu diversos conceitos. Inicialmente, em 1940 era considerada alfabetizada a pessoa que soubesse codificar e decodificar; em 1950, esse conceito assume outro significado, estando relacionado à interpretação do que é escrito e lido. Atualmente, constata-se uma ampliação do significado da alfabetização que contempla a apropriação do sistema de escrita que possui dois aspectos indissociáveis: codificação e produção (escrita) e decodificação e compreensão (leitura) de gêneros textuais diversos (Soares, 2003).¹⁷

Outro autor que apresentou grandes contribuições à educação de jovens e adultos, sobretudo no que se refere à alfabetização, foi Paulo Freire. O estudioso realizou uma crítica a concepção mecanicista da alfabetização, a qual enfatiza um trabalho com os aspectos ligados à codificação e decodificação da língua, em detrimento dos processos de produção e

16 SOUSA, A. de A. Evasão escolar no ensino médio: velhos ou novos dilemas? 2011

17 ABREU, J. R. P. de. Contexto Atual do Ensino Médio: Metodologias Tradicionais e Ativas - Necessidades Pedagógicas dos Professores e da Estrutura das Escolas. Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

compreensão. Para o pesquisador, a alfabetização deve ser um instrumento que faça com que os indivíduos analfabetos tenham consciência dos seus direitos políticos, sociais e econômicos (Freire *apud* Carvalho, 2009).

Este pensamento é comum a Freire (2011, p. 56) quando afirma que “[...] analfabetismo e pobreza caminham juntos, não são fenômenos independentes; analfabetismo e marginalização social caminham juntos, não são fenômenos independentes”, sendo este um problema, sobretudo, político. Nessa premissa, a educação de jovens e adultos deve constituir-se em uma educação emancipatória, que liberte os oprimidos da condição de opressão e inferioridade em que estão inseridos.

A educação libertadora também se opunha ao conceito elaborado por ele de educação bancária que tem subjacente o princípio da sonoridade da palavra alienante, ao invés da sua força transformadora de compreender a realidade vigente (Freire, 2013). O ensino da leitura e da escrita não pode ser concebido como algo estático e mecânico, em que o alfabetizando memoriza as letras e os sons sem compreender o sentido do texto, e sim como um processo criador e cultural para que compreenda a sua utilização e função na sociedade. Mas, afinal em que consiste a alfabetização? De acordo com Leal (2006) a alfabetização é o processo de aquisição do sistema de notação alfabético, que busca inserir o sujeito em situações que envolvam práticas de leitura e escrita através dos diversos gêneros textuais que circulam na sociedade.

Nessa perspectiva, infere-se que a alfabetização é um processo complexo, que exige do professor saberes específicos, compreensão das relações espaço-temporal envolvida neste processo, mas também da relação entre quem ensina e quem aprende. Dessa forma, pode-se conceber o indivíduo alfabetizado como aquele que sabe ler e escrever e utilizar os diversos gêneros textuais que circulam na sociedade. Neste aspecto, a alfabetização se torna fator essencial para que o indivíduo amplie suas aprendizagens e sua capacidade de relacionamento com o mundo, já que, a escrita é um fator fundamental para que o sujeito possa se inserir e intervir na realidade, bem como construir conhecimento.

Sobre isto Freire (2011) nos diz que “[...] Há que se alfabetizar para ler o que os outros produzem ou produziram, mas também para que a capacidade de ‘dizer por escrito’ esteja mais democraticamente distribuída.

Alguém que pode colocar no papel suas próprias palavras é alguém que não tem medo de falar em voz alta” (Ferreiro, 2011, p. 54).

Quando fala-se em alfabetização, especialmente quando esta envolve a compreensão e uso da diversidade histórica e cultural do povo, um conceito que enriquece a discussão é o de letramento, uma vez que este está diretamente ligado à alfabetização. De acordo com Moraes e Albuquerque (2006) o termo letramento se origina como uma nova concepção de alfabetização. Esse termo surge no Brasil em 1980 com a finalidade de atribuir o uso de diversos gêneros textuais presentes na sociedade e nas práticas de leitura orais e escritas mais complexas.

O termo letramento é a versão em português da palavra literacy que corresponde ao estado ou condição daquele que aprendeu a ler e escrever. Já em 2001 a palavra letramento foi dicionarizada pelo Houaiss que atribui o significado de conjunto de práticas que denotam a capacidade e o uso de diferentes materiais escritos (Soares, 2003).¹⁸

No Brasil, o termo letramento não substitui a palavra alfabetização, entretanto, os dois termos aparecem sempre associados. Contudo, alguns pesquisadores como Ferreiro (2001) defendem a utilização de um único termo ‘alfabetização’ para designar o processo de aprendizagem da leitura e da escrita, pois para ela o termo alfabetização é suficiente para contemplar os dois processos, uma vez que a alfabetização defendida pela estudiosa estaria inserida no contexto social da leitura e da escrita.¹⁹

Todavia, autoras como Soares (2003) e Leal (2006) acreditam que deve haver uma distinção entre ambos, pois em alguns momentos ocorreram equívocos conceituais e pedagógicos relacionados à alfabetização em nosso país, tornando-se necessária a distinção entre as especificidades dos termos. Assim, para as pesquisadoras, a alfabetização corresponde à aquisição do sistema de notação alfabético que tem como especificidades a codificação, decodificação, compreensão, interpretação e significação do sistema de escrita alfabética, enquanto o letramento consiste no uso de práticas sociais de oralidade, leitura e escrita que estão presentes na sociedade.²⁰

18 AFECTO, R. *A aprendizagem baseada em problemas e a internet de todas as coisas, em Metodologias Ativas E A Evasão Escolar Na Eja: Uma Revisão De Literatura.*

19 ARANHA, M. L. de A. *História da educação e da pedagogia: geral e Brasil.* 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

20 ARROYO, M. G. *Escola coerente à Escola possível.* São Paulo: Loyola, 1997.

Portanto, alfabetização e letramento são conceitos distintos e indissociáveis que ocorrem simultaneamente no contexto da prática pedagógica. Nesse sentido, uma prática pedagógica de alfabetização eficaz na EJA consiste em fazer que o educando se aproprie das especificidades da alfabetização e do letramento em um contexto que envolva a leitura, a escrita e a produção de gêneros textuais sociais. Ademais, [...] quando se considera que o adulto é produtor de saber e de cultura e que, mesmo não sabendo ler e escrever, está inserido – principalmente quando mora nos núcleos urbanos – em práticas efetivas de letramento, e o processo de alfabetização se torna muito mais significativo (Galvão e Soares, 2006, p.51).

Sabe-se que os alunos que frequentam o nível de ensino da EJA, possuem pouco domínio sobre a leitura e a escrita, todavia, esses jovens vivenciam as mais diversas formas de interação em que a escrita e a leitura estão presentes. Sendo assim, ressaltamos que a alfabetização deve ocorrer de maneira significativa a partir da cultura e história de vida dos alunos, para que compreendam a escrita como uma representação cultural.

Nesse sentido, salienta-se que a prática alfabetizadora não pode acontecer dissociada do letramento, visto que limitar o acesso e apropriação a produção cultural, é limitar também a inserção em práticas sociais de leitura e de escrita. Sobre isto, Vóvio (2009) nos lembra que as práticas de alfabetização não podem ser centradas apenas no ler para aprender a ler, e no escrever para aprender a escrever.²¹

É fundamental promover o desenvolvimento de habilidades para que os alunos jovens e adultos se insiram com autonomia em práticas de leitura, interpretação e produção de diversos textos. Nesse contexto, a expressão ‘alfabetizar letrando’ refere-se à articulação de práticas de alfabetização e letramento em que o professor trabalha com as dimensões específicas da alfabetização e, ao mesmo tempo, com os usos sociais do ler e do escrever nas práticas culturais.²²

Ou seja, alfabetizar letrando consiste em “ensinar a ler e escrever no contexto dos usos da leitura e escrita de textos” (Albuquerque; Leal, 2006, p. 153). Portanto, uma prática pedagógica fundamentada numa perspectiva do letramento deve ser centrada em uma relação dialógica e fundada no

21 AUSUBEL, D. P. A Aprendizagem Significativa: a teoria de David Ausubel. São Paulo: Moraes, 1982

22 AUSUBEL, D. Aquisição e retenção do conhecimento: uma perspectiva cognitiva. Lisboa: Editora Plátano, 2003.

desenvolvimento de práticas discursivas com a linguagem escrita, tendo como ponto de partida a produção de gêneros textuais.

O Analfabetismo e Início da Educação Comunitária

Desde o período Colonial, a educação popular era vista com um caráter mais religioso do que propriamente educacional. Paiva (1987, p. 53) chega a afirmar que é infactível falar da existência de uma educação popular nesse período. A autora ainda argumenta que nenhuma importância era destinada à educação popular, ressaltando que mesmo a hipotética educação de caráter religioso, administrada pelos jesuítas e outros religiosos, não resistiu à ação de Pombal.²³

Na linha do descaso pela educação popular ocorrido na colônia, Stephanou e Bastos (2005, p. 258) apontam que, no período sucessivo ao colonial, a alfabetização dos adultos era postergada em relação ao ensino secundário. Os autores registram que, devido a esse descaso, a educação popular não apresentava experiências sistemáticas e significativas.

Em relação à época do Império brasileiro, diversas políticas educacionais preconizavam a necessidade de aulas noturnas de ensino fundamental para adultos e analfabetos. Stephanou e Bastos (2005, p. 260) afirmam que a partir da lei complementar de 1834, as províncias seriam responsáveis pela implementação das instruções para o ensino primário e secundário. Além disso, os autores destacam o papel dessa lei adicional, que, visando à educação de adultos, formulou políticas específicas para essa modalidade de ensino.

Para Romanelli (2000, p. 40), a descentralização, desencadeada pelo Ato Adicional, fragmentou os escassos projetos e recursos existentes, contribuindo para a proliferação de leis contraditórias, e na prática pôs por terra a instrução elementar no Brasil Império. Nesse sentido, para Paiva (1987, pp. 53-54), toda ineficácia percebida após o Ato Adicional, quanto ao ensino primário e secundário, encontrou significativas apreensões a partir de 1870.

23 BERBEL, N. A. N. *As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes*. SEMINA: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011.

No que diz respeito à educação no contexto da Primeira República, de acordo com Zotti (2004, p. 69-72), na década de 20, houve um entusiasmo geral pela educação e uma fase de otimismo pedagógico.²⁴

A Primeira República não herdou do Império um sistema articulado de ensino. Por isso, educadores e políticos questionaram o método educacional utilizado no império, o qual privilegiava a educação da elite e se propuseram a transformá-lo.

Nesse momento havia uma luta em torno de um sistema nacional de educação, justificado pela ideia de que o progresso do país decorreria de uma educação bem estruturada. O autor (ibid p. 69-72) considera que, para esses “entusiastas da educação”, deveria se articular nesse sistema o ensino, do primário ao superior. Destarte, ler, escrever e fazer as quatro operações, que foram definições do ensino pelo decreto imperial de 1827, não seriam suficientes para possibilitar ao brasileiro, sua inserção no país que estava disposto a crescer economicamente. Pretendia-se que a década de 1920 transformasse radicalmente a educação.

Há uma superestimação da educação primária e a ideia de ensino prático começa a ser difundida. Isto é, a educação forma o homem brasileiro e o transforma num elemento de produção, necessário à vida econômica do país e importante para a elevação dos padrões de vida. A implantação do novo modelo político e social no Brasil difunde a ideia de prosperidade nacional. O autor (ibid, pp. 69-72) assevera que, em relação à educação, a jovem República já nasce velha. Pois, ela traz consigo o ensino elitista dos tempos do Império e não apresenta mudanças que revertam esse quadro.

No que concerne à trajetória da educação de adultos no Brasil, pode-se considerar que a educação atravessou séculos por veredas tortuosas, reservada a uma elite dominante e totalmente exploradora, e sempre voltada à estratificação e ao predomínio social. Por diversos séculos, a sociedade esteve arraigada à concepção de predominância cultural, conformando-se na ideia básica de que o ensino era apenas privilégio de alguns.

Daí em diante, a educação brasileira seguiu sua trajetória entre rupturas e construções. Brasil. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto ciclos: Apresentação dos Temas Transversais. Brasília, SEF/MEC, 1998. Brasil. Educação de Jovens e Adultos: Proposta

24 BRASIL ESCOLA. A Educação de Jovens e Adultos e o Movimento Brasileiro de Alfabetização. 2008

Curricular para O 1º segmento do Ensino Fundamental. - 3a edição - São Paulo/Brasília, 2000.

Ponderadas as considerações até aqui indicadas, vale ressaltar que no Brasil do século XIX surgia um desafio, que consistia em preparar a transição entre a escravidão e a liberdade dando à sociedade a capacidade de ser moderna, com todas as nuances que a palavra moderna pudesse trazer, sem que, para tanto, ocorresse nenhum desequilíbrio na ordem vigente.

Na década de 1920, devido mesmo ao panorama econômico-cultural e político que se delineou após a Primeira Grande Guerra, o Brasil começou a se repensar. Em diversos setores sociais, as mudanças foram debatidas e anunciadas. Ademais, o setor educacional compartilhou do movimento de renovação. Inúmeras reformas do ensino primário foram feitas em âmbito estadual e a Revolução Industrial desempenhava sua influência na expansão do ensino. Segundo Romanelli (2000, p. 59), nesse século, o Estado opera como educador. Encara-se como responsável pela educação do povo diante das mudanças e exigências sobrevividas da sociedade industrial. Com tudo isso, ressalta a autora, havia a necessidade de se suprimir o analfabetismo na tentativa de proporcionar um mínimo de qualificação para o trabalho a um máximo de pessoas.²⁵

Sob essa perspectiva, o analfabetismo passa a ser visto como uma “chaga” que envergonhava e que impedia o país de ser referido entre as nações cultas. Para sanar essa chaga, ou seja, “regenerar” o povo que vivia no crepúsculo da ignorância e que precisava descobrir a lucidez da educação, para alcançar a “civilização”, Stephanou e Bastos (2005, p. 260) registram que os professores que se propunham ao ensino dos adultos, não auferiam rentabilidades ou gratificações para abrir aulas noturnas. Assim segundo esses autores, o ensino para adultos, ganhava então um caráter de missão.

O quadro apresentado corrobora a existência de uma rede de filantropia no Brasil no século XIX, em que as elites abonavam sua parte de subsídio na “regeneração” do povo.²⁶

25 CAPARROZ, F. E.; BRACHT, V. O tempo e o lugar de uma didática da educação física. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas*, v. 28, n. 2, p. 2137, 2007.

26 COSTA, M. do S.; SILVA, V. P. da. *Educação de jovens e adultos, evasão escolar e carteira estudantil: desafios na escola estadual Tiradentes*. 2015

De acordo com Paiva (1983, p. 92), existia, por parte de alguns intelectuais, o receio de que a alfabetização transformasse os futuros alfabetizados, criaturas incultas em elementos anarquistas, tornando-os armas perigosas à sociedade e para tanto, segundo esses intelectuais, era necessária uma formação moral a fim de controlar o “perigo” dessa “arma”.

Pertinente é a colocação de Paiva, quando registra a fala de Carneiro Leão, educador, professor, administrador e ensaísta, que em 1916, expunha: “toda essa gente vegetativa e inculta e que se contentava com ofícios depreciados, de posse da arte de ler e escrever poderia almejar coisas maiores, até mesmo almejar o emprego público”. O analfabeto ainda não obtém sua inserção em meio às elites e depende dessas mesmas elites intelectuais para se tornar produtivo, apropriado e livre dos vícios.

O analfabetismo, sob a ótica da classe dominante, estava na origem de todos os grandes problemas sociais no Brasil. No entanto, é preciso observar que essa ideologia mascara as reais causas desses problemas. Ademais, dentro dessa mesma visão, o analfabetismo constitui um mal arraigado na sociedade brasileira, praticamente tão antigo quanto o próprio país, e contrário às diversas campanhas de alfabetização que surgem no bojo de políticas educacionais. Não saber ler e escrever, portanto, é a forma extrema de lacuna educacional. Ideologicamente, é possível fazer remontar a apreensão com o analfabetismo como um mal disseminado na sociedade. Infere-se, pois, que o analfabeto passa da condição de vítima de um sistema, a ser encarado como o culpado.²⁷

Conforme já aludido anteriormente, o marco inicial voltado para essa preocupação será assinalado pela primeira campanha oficial – Campanha Nacional de Alfabetização de Adolescentes e Adultos – (CEAA), que para Paiva (1983, p. 204), já possuía desde seu lançamento o objetivo da sedimentação do poder político e das estruturas socioeconômicas, ademais, a autora esclarece que nesse momento os detentores do poder político propõem a democracia liberal após a derrubada do Estado Novo, destarte, imperativo era então que se disseminassem os postulados do novo regime às massas.

A CEAA foi desenvolvida a nível nacional a partir do ano de 1947 e coordenada pelo professor Lourenço Filho, que tinha em seus

27 FERREIRA, F. A. Fracasso e Evasão Escolar. 2013

pronunciamentos, a visão do analfabeto como um marginal e a educação como arma para arguir esse marginalismo. Registra-se, ainda, conforme Toshie (1983, p. 1), que a Educação de Jovens e adultos quase sempre foi desenvolvida como campanha, isto é, algo passageiro, sem estrutura definida, momentânea, muitas vezes com uma orientação ruralista em que tendia mais ao equilíbrio eleitoral que apropriar essa modalidade de ensino às autênticas condições da zona rural.

Por conseguinte, pode-se evidenciar a CEAA - Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, como a primeira campanha para a educação de adultos no Brasil. Segundo seus idealizadores, essa Campanha constituía muito para uma área da educação que nunca fora estimada e que por sua ausência deixava à margem do processo os jovens e adultos analfabetos, proporcionando a proliferação da exclusão na sociedade.

Nas palavras de Lourenço Filho, conforme Paiva (1983, p. 179) esse marginalismo desapareceria, se os adultos fossem submetidos a um processo de educação. De acordo com os idealizadores da Campanha, o país se tornaria mais coerente e solidário, homens e mulheres se ajustariam à vida social, dando mais acuidade para o bem estar e desenvolvimento social.

Outra questão relevante para os propositores dessa Campanha consistia em que a educação seria a égide da nação e a resguardaria, quando esses mesmos homens e mulheres soubessem defender a saúde, trabalhar de forma mais hábil e viver melhor em seus lares e na sociedade em geral. Pertinente é a colocação da autora, quando registra a forma pela qual ponderava o diretor da Campanha do movimento:²⁸

A ideia central do diretor da Campanha é de que adulto analfabeto é um ser marginal “que não pode estar à corrente da vida nacional” e a ela se associa a crença de que o adulto analfabeto é incapaz ou menos capaz do que o indivíduo alfabetizado.

O analfabeto padeceria de minoridade econômica, política e jurídica: produz pouco e mal e é frequentemente explorado em seu trabalho; não pode votar e ser votado; não pode praticar muitos atos de direitos. “O analfabeto não possui, enfim, sequer os elementos rudimentares da cultura de nosso tempo”. A educação dos adultos teria, portanto, objetivos de integração do homem

28 GAETA, C.; MASETTO, M. T. O professor iniciante no ensino superior: aprender, atuar e inovar. São Paulo: Senac São Paulo, 2013.

marginal nos problemas da vida cívica e de unificar a cultura brasileira. Seus efeitos positivos se fariam sentir nos índices de produção, pois nas regiões mais produtivas, segundo Lourenço Filho, “há taxas de mais elevada cultura popular, com porcentagem maior de letrados. Esta educação, entretanto, deveria ser mais do que a simples alfabetização, sendo a aquisição das técnicas da leitura e da escrita apenas um meio para a “atuação positiva”; a pura alfabetização levaria os recém-alfabetizados à reabsorção pela “incultura ambiente” (Paiva, 2003, p. 212).

Vale aqui lembrar, que outras vozes se fizeram uníssonas à melodia preconceituosa de Lourenço Filho. Vale aqui lembrar que o grande destaque teórico da posição foi Miguel Couto, médico clínico geral, político e professor brasileiro, que de acordo com Paiva, perpetrava uma analogia entre o problema do ensino com o da higiene, alocando toda a culpa dos problemas nacionais no analfabeto. A autora ratifica que nessa linha de raciocínio a ignorância era analisada por ele não somente como uma doença, mas a pior de todas, porque a todas conduz; e quando se aloja endemicamente, como na nossa terra, assume as magnitudes de verdadeira calamidade pública. Nessa linha de posicionamento, a autora destaca que para Miguel Couto: a ignorância que reduzia o homem, inevitavelmente reduzia também o país, tornando-o muito aquém da realidade avançada de outros países.²⁹

É o analfabetismo como um grande mal que cumpre extirpar do organismo nacional. Com sua autoridade de cientista, membro da Academia de Medicina do Rio de Janeiro afirmava que “o analfabetismo não é só um fator considerável na etiologia geral das doenças, senão uma verdadeira doença, e das mais graves. Vencido na luta pela vida, nem necessidades nem ambições, o analfabeto contrapõe o peso morto de sua indolência ou o peso vivo de sua rebelião a toda ideia de progresso, entrevendo sempre, na prosperidade dos que vencem pela inteligência cultivada, um roubo, uma extorsão, uma justiça. Tal a saúde da alma, assim a do corpo; sofre e faz sofrer; pela incúria contrai doenças e pelo abandono as contagia e perpetua”... “O analfabeto é um microcéfalo: a sua visão física estreitada, porque embora veja claro, a enorme massa de noções escritas lhe escapa; pelos ouvidos passam palavras e ideias como se não passassem; o seu campo de percepção é uma linha, a inteligência, o vácuo; não raciocina, não entende, não prevê, não imagina, não cria” (Paiva, 2003 p. 99).

29 MENESES, J. D. A Problemática da Evasão Escolar e as Dificuldades da Escolarização. 2010

Com base nos argumentos aduzidos, vale ratificar que toda essa trajetória de preconceitos, discorridos neste trabalho, em relação aos homens analfabetos e às mulheres analfabetas, concebe apenas diferentes nomes de uma mesma manipulação ideológica que rotula, desacredita e condena as pessoas analfabetas, ao mesmo tempo em que cumpre a função de efetivar e legitimar a sua exclusão, seja do voto, seja do emprego, seja de qualquer outra forma de aprendizado da cidadania. Resta ainda lembrar que todos esses preconceitos estão longe de constituir meros imprecisos ou mal-entendidos. Na realidade, eles concebem construções ideológicas que concorrem, de maneira articulada, para a assimilação negativa, o descrédito, a classificação e a exclusão efetiva das pessoas analfabetas e, por fim, para a legitimação dessa exclusão.

No que diz respeito à educação, cabe ressaltar que ela é um instrumento de inclusão social, que comporta mudança na vida de todas as pessoas, independentemente da idade ou classe social. Estudar pode não deliberar todos os problemas sociais, nem revogar com a injustiça social, mas é o meio pelo qual a pessoa pode reescrever sua própria história. Ademais, aprender a ler e escrever já não é, pois, memorizar sílabas, palavras ou frases, mas refletir criticamente sobre o próprio processo de ler e escrever e sobre o profundo significado da linguagem. É preciso observar que esta orientação reconstruída de ensino, contrasta o caráter da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), que tinha como objetivo não apenas alfabetizar, mas enraizar o trabalho educativo, desenvolvendo sua atuação no meio rural e no meio urbano.³⁰

Em relação à trajetória da educação no Brasil, em seus diferentes períodos, Paiva (2003, p.18), acredita que toda educação é manifestação de uma conjuntura social determinada. A autora analisa que, por isso mesmo, as características dos diversos períodos da história da educação de um país acompanham seu movimento histórico, suas variações econômicas e sociais, suas lutas pelo poder político, por conseguinte, como ressalta a autora, a política da educação e a orientação do ensino assinalam de forma intensa o seu caráter histórico. Sob essa perspectiva, Romanelli aponta:

30 SECADI. Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2017. Disponível em: <http://professor.ufop.br/sites/default/files/reginaaraujo/files/documento-base.pdf>. Acesso em: 11 de fev. 2020.

(...) que a evolução do sistema educacional, a expansão do ensino e os rumos que esta tomou só podem ser compreendidos, a partir da realidade concreta criada pela nossa herança cultural, evolução econômica e estruturação do poder político. Cada fase da história do ensino brasileiro vai refletir a interligação desses fatores: a herança cultural, atuando sobre os valores procurados na escola pela demanda social de educação, e o poder político, refletindo o jogo antagônico de forças conservadoras e modernizadoras, com o predomínio das primeiras, acabaram por orientar a expansão do ensino e por controlar a organização do sistema educacional de forma bastante defasada em relação às novas e crescentes necessidades do desenvolvimento econômico, este cada vez mais carente de recursos humanos (Romanelli, 2000, p. 19).

Em consonância com o que foi dito, vale ressaltar a existência de diversos movimentos de alfabetização de adultos nas primeiras décadas do século XX, cabendo registrar que muitas foram mobilizações autônomas, pois, não havia uma política nacional e centralizada para a educação. Daí, observamos o aparecimento de campanhas contra o analfabetismo, que contavam com apoio de estados, e associações em que muitos intelectuais estavam congregados. A título de exemplificação, pode-se registrar nesse período a importância dos anos 30, para a demanda da educação de adultos. É nesse período que surge pela primeira vez a ótica da educação como instrumento de aporte para a transformação da sociedade em curto prazo.

Quanto à educação como uma proposta nova, transformadora, não discriminatória, mas promotora de cidadania, convém ponderar que em 1960, cristãos e marxistas empenham-se em movimentos de educação de adultos enfatizando a importância da cultura popular e sua difusão. De acordo com Cunha e Góes (2002, p. 11), alguns professores se propuseram a romper, ainda que aos poucos, com o conservadorismo do período e a pensar de forma destemida em mudanças, afinal, era preciso aprender com a realidade e trabalhar essa realidade em sala de aula. Quanto a essa questão, os autores ainda relatam que com a crise dos anos 50 – 60, um número significativo de professores, começou a estender seus olhares para o mundo e a estudá-lo.

Portanto, essas décadas foram significativamente marcadas por projetos voltados à alfabetização de jovens e adultos, cujos objetivos se situavam em capacitar o povo brasileiro para uma participação ativa na vida social e

política do país. Começa a se pensar em uma educação que tenha espaço para trocas de saberes, que *busque* integrar comunidade e movimentos populares na construção de sua identidade. Surge a conscientização de que a educação deve ter autonomia, ou seja, um espaço que não reproduza os interesses da classe dominante, mas que forme pessoas críticas, conscientes de seus direitos, curiosas por conhecer e descobrir, por fim, um lugar onde se possa exercer uma escola cidadã.³¹

Sobre a educação como troca de saberes, Cunha e Góes (2002 p. 19) apontam que as experiências mais exitosas nessa área foram feitas por Paulo Freire e que o resultado mais expressivo é alcançado quando o educador ensina cortadores de cachimbo a ler e escrever dentro do Rio Grande do Norte em 45 dias. Este sucesso é a primeira oportunidade para uma aplicação significativa de suas teorias e torna seu trabalho visível. Paulo Freire recebe convite para reformular a alfabetização de adultos em todo o país. Os autores Cunha e Góes (2002, p. 18) ainda desenvolvem reflexões sobre essa educação popular, afirmando sua importância para o papel transformador da sociedade e constatando que essa educação acabou com seu pacto nas forças políticas de sustentação do movimento popular.

Estão sendo criados centros de cultura popular ligados à UNE (União Nacional dos Estudantes) - CPC (Centros de Cultura Popular). 61 o MEB (Movimento da Educação Básica) surge com a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e revê os pressupostos metodológicos do movimento. Surge a luta contra o anarquismo e Jânio Quadros defende o desenvolvimento de programas de educação de adultos.

Essa linha de argumentação deve destacar a importância do governo João Goulart, que foi moldado por um grau de radicalização política sem precedentes no Brasil. A política de esquerda encontrou eco pela primeira vez e ganhou um papel de destaque. Além disso, foi o governo que ajudou a desenvolver a educação. Segundo Cunha e Góes (2002, p. 14), o governo ainda encontrou tempo para fazer propostas à nação: o Plano Nacional de Educação, o Plano Trienal, a Comissão de Cultura Folclórica e o Plano Nacional de Alfabetização.

³¹ SECADI. *Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos*. Brasília, 2017. Disponível em: <http://professor.ufop.br/sites/default/files/reginaaraujo/files/documento-base.pdf>. Acesso em: 11 de fev. 2020.

Alfabetização e Letramento

A alfabetização é algo que visa atender a um fim, ou seja, pode, portanto, ser descrita sob a forma de objetivos institucionais. Tfouni (2005, p. 15) argumenta que o ato de alfabetizar passou a existir somente enquanto parte das práticas escolares, ignorando as práticas sociais mais amplas para as quais a leitura e a escrita são necessárias, para serem efetivamente colocadas em constante uso, sobretudo, quando o educando observa ao seu redor e compreende a falta que a escrita e a leitura lhe fazem.³²

Emilia Ferrero (1983) afirma que esse objeto (a escrita) não deve ser tomado como “um código de transmissão gráfica das unidades sonoras” (Tfouni, 1987, p.12), tendo como foco a representação evoluída. O processo de alfabetização deve levar em consideração que escrita e oralidade são interdependentes. Essa pesquisadora argumenta [...] um aspecto que tem que ser considerado nessa nova perspectiva é que a relação entre escrita e oralidade não é uma relação de dependência da primeira e da segunda, mas antes é uma relação de interdependência, isto é, ambos os sistemas de representação se influenciam igualmente (Tfouni, 2005, p. 19).

Segundo Vygotsky (1984), o letramento representa o coroamento de um processo histórico de transformação e diferenciação no uso de instrumentos mediadores.

Legislação e Literatura Acerca da Evasão Escolar

Para Pinto (2010), a educação é a formação do homem pela sociedade em que está inserida, ou seja, é o processo onde a sociedade integra o indivíduo em seu modo de ser social, buscando sua aceitação para atuar em fins coletivos e não individuais. Nessa perspectiva, “a educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses” (Pinto, 2010).

Segundo o autor, a educação dita restrita refere-se à educação infantil e juvenil na vida humana, isto segundo a pedagogia clássica. Podemos dizer

32 SECADI. Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2017. Disponível em: <http://professor.ufop.br/sites/default/files/reginaaraujo/files/documento-base.pdf>. Acesso em: 11 de fev. 2020.

aqui que pensar desta forma passa a ser um erro, quando é reduzido seu verdadeiro conceito para tal. Este sentido nos leva a entender que a educação é ofertada de forma sistematizada, convencional.

A educação no sentido mais amplo (autêntico), Pinto (2010), por outro lado, compreende a educação humana em sua totalidade, incluindo a educação de adultos. É o sentido mais verdadeiro da educação que almeja a priori, e concordamos que a educação se dá no indivíduo desde o nascimento até o fim da vida. Isso significa que as pessoas vivem em um processo educacional contínuo, no qual a transferência e o desenvolvimento do conhecimento nunca terminam. É um processo de formação humana, um fato histórico.

A Legislação que abrange a Educação de Jovens Adultos é bem extensa e complexa, nessa parte vamos abordar as principais.³³

CEB 11/2000

O primeiro documento legislativo que vamos discutir aqui é o parecer CEB 11/2000, que nos orienta sobre o que o EJA tem e em que se baseia a sua anuência.

É importante reiterar desde já que este parecer se dirige aos sistemas educativos e respectivas instituições que se ocupam da educação de jovens e adultos sob a forma de cursos presenciais e semipresenciais e os objetivos de emissão de certificados de conclusão de níveis da educação básica. As diretrizes listadas aqui e o treinamento de aprendizagem consistente são obrigatórios para tais instituições (CEB 11/2000, p. 4).

Essa citação acima do texto do parecer nos introduz que o parecer foi emitido para regulamentar a EJA como modalidade da educação básica e para nortear todos os ambientes educacionais que atuam com a EJA, que proporcionem aos seus alunos uma educação de qualidade por meio de um currículo atualizado e professores qualificados devem fornecer essas classes para fazer este treinamento.

Então, sem querer desmerecer o profissional do magistério, esta é uma modalidade educacional onde, segundo o parecer, cabem os pedagogos assumirem tais responsabilidades. Eles são os profissionais que recebem

³³ BRASIL. LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

formação e habilitação específica para a EJA devido as disciplinas existentes nos currículos dos cursos de nível superior das mais variadas IES.

“Estas diretrizes compreendem, pois, a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. (art.1º § 1º da LDB)” (CEB 11/2000, p. 4).

Isto não impede, porém, que as diretrizes sirvam como um referencial pedagógico para aquelas iniciativas que, autônoma e livremente, a sociedade civil no seu conjunto e na sua multiplicidade queira desenvolver por meio de programas de educação no sentido largo definido no *caput* do art. 1º da LDB e que não visem certificados oficiais de conclusão de estudos ou de etapas da educação escolar propriamente dita (CEB 11/2000, p. 4).

Assim, o texto do parecer regulamenta o ensino da EJA em escolas públicas ou privadas e direciona os mais diversos espaços educativos que atualmente existem com jovens e adultos. Assim, vemos que este parecer é um documento de extrema importância na regulamentação da educação de jovens e adultos, e por abranger programas que utilizam esta modalidade de educação básica para salvar jovens e adultos e trazer-lhes esperança e sucesso.

As presentes condições sociais adversas e as sequelas de um passado ainda mais perverso se associam a inadequados fatores administrativos de planejamento e dimensões qualitativas internas à escolarização e, nesta medida, condicionam o sucesso de muitos alunos. A média nacional de permanência na escola na etapa obrigatória (oito anos) fica entre quatro e seis anos. E os oito anos obrigatórios acabam por se converter em 11 anos, na média, estendendo a duração do ensino fundamental quando os alunos já deveriam estar cursando o ensino médio. Expressão desta realidade são a repetência, a reprovação e a evasão, mantendo-se e aprofundando-se a distorção idade/ano e retardando um acerto definitivo no fluxo escolar (CEB 11/2000, p. 4).

O texto acima do parecer nos faz uma referência de quem são esses jovens e adultos que não concluem os seus estudos em idade certa, seja ele no fundamental ou no ensino médio. Esse assunto já foi discutido nos capítulos anteriores, mas foi abordado de forma muito inteligente pelo presente documento estudado e que continua...

Mesmo assim, deve-se afirmar, inclusive com base em estatísticas atualizadas, que, nos últimos anos, os sistemas de ensino desenvolveram esforços no afã de propiciar um atendimento mais aberto a adolescentes e jovens tanto no que se refere ao acesso à escolaridade obrigatória, quanto a iniciativas de caráter preventivo para diminuir a distorção idade/ano. Como exemplos destes esforços temos os ciclos de formação e as classes de aceleração (CEB 11/2000, p. 5).

Nesta citação acima, o documento reconhece os esforços feitos por todos os sistemas de ensino para amenizar as taxas de analfabetismos e conclusão dos cursos por parte dos jovens e adultos. Com isso, reconhece os programas de supletivos como grandes programas de aceleração para diminuir a distorção de idade/ano existente.

Nesta ordem de raciocínio, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas (CEB 11/2000, p. 5).

O documento nos seus conceitos para com a EJA reconhece o grande déficit existente com os mais diversos indivíduos que, de certa forma, tiveram seus direitos a educação negados pelo próprio estado e situações da vida adversas, e que precisaram se evadir do ensino regular para de certa forma construir o futuro do país. Com isso, muitos findam em não aprenderem a ler e escrever, principalmente na idade certa, aumentando o índice de analfabetismo no Brasil. É importante entendermos que a “EJA é uma categoria organizacional constante da estrutura da educação nacional, com finalidades e funções específicas (CEB 11/2000, p. 5).

Concorda-se então, que o presente documento repudia, de certa forma, a discriminação entre etnias e posições sociais para com os educandos, tendo em vista que o próprio documento entende, em suas entrelinhas, que o Estado é um dos maiores omissos e responsáveis pela grande estatística de analfabetismo no país. É importante chamar a atenção para o entendimento do texto para o nível de letramento destes indivíduos, que, possuem uma rica carga de conhecimentos prévios que se acrescentados a escolarização, educação, alfabetização, tornam o ensino-aprendizagem mais rico, tornando este indivíduo mais interessado em alcançar os seus objetivos. Cabe ainda

aqui expressar que não estamos de acordo com o texto quando considera o letramento algo diretamente ligado a alfabetização. Vejamos que letramento é algo que não pode ser separado do ato de alfabetizar, mas que ele existe no ser analfabeto por considerar que o letramento são todas as experiências e conhecimentos prévios individuais.

Quando o indivíduo passa a ser privado deste processo por parte do Estado e de todas as situações da vida adversas, ele perde a oportunidade de conviver, com certa harmonia, com esta sociedade contemporânea. É a partir daí que a própria sociedade, na qual este indivíduo está inserido, passa a discriminá-lo.

Para ilustrar um pouco, apresenta-se a seguinte citação da professora Magda Soares (1998, p. 24), presente inclusive no documento:

“...um adulto pode ser analfabeto, porque marginalizado social e economicamente, mas, se vive em um meio em que a leitura e a escrita têm presença forte, se se interessa em ouvir a leitura de jornais feita por um alfabetizado, se recebe cartas que outros leem para ele, se dita cartas para que um alfabetizado as escreva, ..., se pede a alguém que lhe leia avisos ou indicações afixados em algum lugar, esse analfabeto é, de certa forma, letrado, porque faz uso da escrita, envolve-se em práticas sociais de leitura e de escrita”.

Fazendo a análise deste documento, que por sua vez é de difícil entendimento por se tratar de um texto oficial, idealizado em uma outra realidade educacional e com pensadores da educação, de certa forma, “dinossauros”, e “falsos eruditos”, fico muito feliz que o documento reconheça que o problema de se educar no país, em especial os Jovens e Adultos, venha desde a época, ao que entendo, do Brasil colônia. Vejamos com bastante atenção a citação a seguir:

No Brasil, esta realidade resulta do caráter subalterno atribuído pelas elites dirigentes à educação escolar de negros escravizados, índios reduzidos, caboclos migrantes e trabalhadores braçais, entre outros. Impedidos da plena cidadania, os descendentes destes grupos ainda hoje sofrem as consequências desta realidade histórica.

Disto nos dão prova as inúmeras estatísticas oficiais. A rigor, estes segmentos sociais, com especial razão negros e índios, não eram conside-

rados como titulares do registro maior da modernidade: uma igualdade que não reconhece qualquer forma de discriminação e de preconceito com base em origem, raça, sexo, cor idade, religião e sangue entre outros. Fazer a reparação desta realidade, dívida inscrita em nossa história social e na vida de tantos indivíduos, é um imperativo e um dos fins da EJA porque reconhece o advento para todos deste princípio de igualdade.

Ver-se que o documento nos quer dizer que a EJA vem para legitimar todos como iguais. Jovens e Adultos são iguais as crianças quando o assunto é aprender, serem alfabetizados, letrados. A história social começou a ser tratada como “passado” de verdade, e a nova história que começou a ser escrita de verdade, passa a entender que esses jovens têm um futuro e que não podem mais ser discriminados.

Deste modo, a função reparadora da EJA, no limite, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano. Desta negação, evidente na história brasileira, resulta uma perda: o acesso a um bem real, social e simbolicamente importante.

Veja-se que a escola, sempre foi uma instituição negada aos pobres, o que resultou num déficit educacional que aumentou significativamente com o passar das décadas. O presente documento então, visa diminuir esta falta de oportunidade de acesso à educação, buscando a reparação a longo prazo desta desordem. É verdade que com o passar do tempo as sociedades se modificaram e se adaptaram as novas realidades educacionais pertinente às suas épocas, mas sempre com a vontade do ter mais, do conseguir mais direitos, principalmente o direito a educação de qualidade. Então para suprir tal demanda, viu-se necessário uma regulamentação da tão utilizada educação popular no país, garantindo assim os direitos universais a todos os seres sociais.

Diretrizes do EJA, Bases Legais Vigentes

Segundo o Parecer CEB 11/2000 (p. 22):

“A Constituição Federal do Brasil incorporou como princípio que toda e qualquer educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

“Retomado pelo art. 2º da LDB (p. 22), este princípio abriga o conjunto das pessoas e dos educandos como um universo de referência sem limitações”.

Assim, a Educação de Jovens e Adultos, modalidade estratégica do esforço da Nação em prol de uma igualdade de acesso à educação como bem social, participa deste princípio e sob esta luz deve ser considerada.

Então o art. 208 da constituição federal diz claramente:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria; (CEB 11/2000, p. 22)

A própria constituição federal em seu artigo citado acima, nos diz que existe uma importância na alfabetização dos jovens e adultos que vivem no país e que não concluíram seus estudos em idade correta ou sequer chegaram a estudar. Cabe ao Estado, unidade federativa, ofertar uma educação adequada para todos os estudantes matriculados. Isto inclui a EJA por ser necessário que haja a integração social desse indivíduo, onde isso acaba não sendo somente competência da escola, e também dentro do ambiente educativo. Isso é o que chamamos de igualdade de acesso.

Todos têm direito de concluir seus estudos, seja em que período for, seja em idade certa ou não. Se tem que entender também que o acesso à educação no século passado entre meados das décadas de 1970 e 1980 era mais difícil, os jovens acabavam por sair da escola para ter que trabalhar, a era da globalização ajuda, de certa forma, com a evasão escolar de jovens que ficam adultos e que depois tem que concluir seus estudos para continuarem inseridos no mercado de trabalho.

LDB 9394/1996

Artigo 37.º A educação de jovens e adultos destina-se àqueles que na sua idade não tiveram acesso ao ensino básico e secundário ou que não puderam prosseguir os seus estudos.

Assim, a todo jovem ou adulto que, por qualquer motivo ou em situação adversa, não consiga completar os estudos, independentemente de estar no ensino fundamental ou médio, é garantido o direito de continuar estudando. Esses cursos da EJA podem ser oferecidos por diferentes sistemas educacionais, tais como:

a. Escolas públicas sejam elas estaduais ou municipais;

b. Escolas privadas;

c. ONG's;

d. Ambientes privados, com autorização prévia do o MEC para que possa ser ministrado tal curso fora do ambiente escolar.

Ou seja, a lei abrange, de certa forma, que tanto o 1º quanto o 2º e 3º setores possam ofertar a EJA com a finalidade de erradicar o analfabetismo e evasão de estudantes dentro do ambiente escolar. Torna-se muito importante a oferta desta modalidade educacional da educação básica em ambientes, principalmente, não escolares, pois, assim podemos diminuir significativamente os altos índices de analfabetismo que temos no país.

O § 1º da LDB diz:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Observem que o texto remete para uma situação onde os sistemas de ensino têm a obrigação de assegurar oportunidades apropriadas para os alunos que não conseguiram terminar seus estudos em idade regular, porém, ainda hoje, tendo em vista a lei tem mais de 20 anos, não conseguimos ofertar estas tais oportunidades, tendo em vista que existem muitas entrelinhas para o macro sistema educacional que termina por inviabilizar, inclusive, investimentos para a área educacional. Não vejamos isto somente na perspectiva do investimento financeiro, mas também na perspectiva dos investimentos pedagógicos e psicológicos.

“§ 2º. O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.”

Em partes, este pensamento onde diz que é dever do Estado de viabilizar uma educação que qualifique para o mercado de trabalho, mas, não deve ser uma educação voltada para o sistema de capital, ou seja, que não deve ser uma educação que forma somente para o mercado de trabalho. Temos que entender que esses alunos da EJA em sua maioria já estão inseridos no mercado de trabalho, faltando apenas uma formação acadêmica para cada indivíduo inserido nela. A educação só passa a ter sentido quando ela tem sua perspectiva voltada para a formação do ser autônomo e crítico. Quando estas perspectivas não conversam entre si, e só um desejo específico prevalece, isto deixa o ato educativo cada vez mais fraco.

LEI 11.741/2008

A lei 11.741 de 16 de julho de 2008, foi sancionada pelo então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, visando alterações e complementos importantes a LDB 9394/1996. Iremos então fazer um recorte da referida lei para a EJA.

No artigo 37 a lei muda, de certa forma, o objetivo dos cursos da EJA. Veja: “§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.” (NR).”

Sendo assim, a EJA passa a ter um olhar, já descrito de certa forma pela LDB, mais profissional. Vai formar o cidadão não alfabetizado ou que não concluiu os estudos no tempo certo, para o mercado de trabalho, o que critico no tópico 3.2. Sendo assim, o campo da educação profissional e da EJA andarão sempre lado a lado, sendo sempre integrados, construindo mesmo um currículo voltado para a aprendizagem necessária para o indivíduo entrar mais fácil no mercado de trabalho.

Entende-se que esse indivíduo necessita estar inserido no mercado, porém continuo aqui discordando desta maneira de integração da educação profissional e da EJA. O cidadão tem que ser formado para de fato ser “cidadão”.

Resolução CNE/CEB Nº 1/2000

A Resolução CEB nº 1, de 5 de julho de 2000, é de extrema importância para a educação de jovens e adultos, pois estabelece as diretrizes nacionais da EJA e, dessa forma, orienta o currículo da EJA nos mais diversos contextos escolares. Vale ressaltar que todas as citações são retiradas integralmente da legislação oficial e, de acordo com a ABNT, são citadas ao final deste trabalho.

Art. 1. A presente resolução estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a formação de jovens e adultos, as quais devem ser observadas nas próprias instituições e nas instituições associadas, ao nível da oferta e estruturação dos componentes curriculares dos cursos elementares e avançados, que são essencialmente desenvolvido através do ensino da educação nacional nos diferentes sistemas de ensino, dadas as especificidades desta modalidade de ensino.

Arts. 2 Esta resolução trata dos processos educacionais da educação de jovens e adultos como modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio de acordo com a lei sobre as diretrizes e bases da educação nacional, em particular seus artigos 4, 5, 37, 38 e 87 e, se for o caso, formação profissional.

O primeiro artigo, é uma introdução a tudo que será vigorado dentro da lei. Ele nos indica que a partir da publicação da resolução, existirá uma diretriz curricular que ficará a cargo dos órgãos federais competentes. Isto quer dizer que o currículo da EJA será único, não sendo recortado e interpretado, ou até mesmo utilizado de formas diferentes por cada sistema de ensino que atuem com a EJA. Além disso, a resolução fala que o currículo deve respeitar as normas contidas na LDB, não fazendo a dissociação da mesma com a educação profissional, como alterado na lei 11.741/2008.

Parágrafo único. Como modalidade desses níveis de ensino fundamental, a identidade da educação de jovens e adultos leva em consideração as situações, os perfis dos alunos, as faixas etárias e será norteada pelos princípios da equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na Proposta de um modelo pedagógico específico para garantir:

I - quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação;

II - quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores;

III - quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica.

Esta equidade vem para equilibrar o direito de todos frente a educação e inclusive nas práticas pedagógicas, seguindo a perspectiva de que todos são dotados de deveres e direitos, e que por isso todos são sempre iguais dentro e fora do ambiente escolar.

“Art. 6º Cabe a cada sistema de ensino definir a estrutura e a duração dos cursos da Educação de Jovens e Adultos, respeitadas as diretrizes curriculares nacionais.”

Cada sistema de ensino define, através dos seus conselhos estaduais de educação a carga horária e a estrutura curricular para os cursos da EJA de cada unidade federativa.

O curso da EJA só pode ser frequentado por jovens a partir de 15 anos não tendo idade limite para matriculas nos cursos. É terminantemente proibido a matrícula por parte das escolas de indivíduos que tenha idade inferior a idade estabelecida, mesmo que o jovem já esteja inserido no mercado de trabalho. Nestes casos, deverá a escola matricular no ensino regular nos turnos da manhã e tarde ou até mesmo a noite se houver.

CONFINTEA

Neste tópico, este tópico discutirá um pouco sobre a CONFINTEA (Conferência Internacional de Educação de Adultos), que ocorre em vários continentes ao redor do mundo há mais de 60 anos. Podemos observar a partir do livro UNESCO Brasil, organizado por Timothy Denis Ireland e Carlos Humberto Spezia, Educação de Adultos em Retrospectiva: 60 Anos da CONFINTEA, publicado em 2014 pela própria Unesco.

A CONFINTEA (Conferência Internacional de Educação de Adultos), desde seu início teve o objetivo de discutir e produzir um documento que trouxesse o problema da educação de adultos no mundo.

Até o momento, foram realizadas seis CONFINTEA's em vários países do mundo, a primeira na Dinamarca, onde suas perspectivas e discussões foram centralizadas na oferta de uma educação mais aberta para os indivíduos, olhando as condições reais destes indivíduos na sociedade.

Observa-se que a I CONFINTEA aconteceu no fim da década de 40, onde o mundo vivia um contexto de pós-guerra onde foram tomadas diversas medidas para que se alcançasse a paz mundial.

Na primeira CONFINTEA participaram vários países, no qual, o Brasil não estava participando, e ficou decidido que:

Os conteúdo da Educação de Adultos estivessem de acordo com as suas especificidades e funcionalidades:

- que fosse uma educação aberta, sem pré-requisitos;
- que os problemas das instituições e organizações com relação à oferta precisariam ser debatidos;
- que se averiguassem os métodos e técnicas e o auxílio permanente;
- que a educação de adultos seria desenvolvida com base no espírito de tolerância, devendo ser trabalhada de modo a aproximar os povos, não só os governos;
- que se levasse em conta as condições de vidas das populações de modo a criar situações de paz e entendimento.

Já a II CONFINTEA que aconteceu no ano de 1960 no Canadá, houve um debate sobre a necessidade de os países mais desenvolvidos ajudarem aos em desenvolvimento melhorar a sua aprendizagem.

Cada país-membro elaborou seu relatório nacional com base nos seguintes tópicos:

1. Natureza, objetivo e conteúdo da Educação de Adultos;
2. Educação cidadã (in civics);
3. Lazer e atividades culturais;
4. Museus e bibliotecas;
5. Universidades;
6. Responsabilidade para com a educação de adultos;
7. Urbanização;
8. Educação das mulheres.

O principal resultado desta segunda Conferência foi à consolidação da Declaração da Conferência Mundial de Educação de Adultos que contemplava um debate sobre o contexto do aumento populacional, de novas tecnologias, da industrialização, dos desafios das novas gerações e a aprendizagem como tarefa mundial.

Na III CONFINTEA entendeu-se que era de grande importância chegar a um conceito mais abrangente, mais amplo de educação, principalmente de adultos. Com isso, foram sugeridas e criadas as categorias de ensino escolar e extraescolar, visando garantir a educação integral dos indivíduos de qualquer idade. É a partir desta nova forma de educação que se pensava chegar a um ápice de desenvolvimento educacional, econômico e cultural dos países.

A III CONFINTEA aconteceu em Tóquio, no Japão, em 1972, discutiu e constatou, então, que os ambientes escolares não dão conta de oferecer, sozinhos, essa educação integral, concebendo que a educação de adultos é o fator de maior importância na democratização e desenvolvimento da educação mundial.

A IV CONFINTEA, ocorrida no ano de 1985 na França, objetivou o direito de todos os cidadãos, sejam eles crianças ou adultos, de uma educação de qualidade. Sua temática foi “Aprender é a chave do mundo”, que faz referência à importância do direito de aprender como o maior desafio da humanidade.

AV Confintea, e que foi tida a principal, aconteceu em Hamburgo no ano de 1997. Sua realização teve a importante participação dos mais importantes e diferentes parceiros da educação e principalmente da sociedade civil. Nesta Confintea foi elaborada a Declaração de Hamburgo onde entendia que a educação de adultos é o cerne de todo o processo de aprendizagem, seja ela formal ou informal, que fazem as pessoas desenvolverem suas habilidades e seus conhecimentos.

É nela que os participantes reafirmam que apenas o desenvolvimento centrado no ser humano e a existência de uma sociedade participativa, baseada no respeito integral aos direitos humanos, levarão a um desenvolvimento justo e sustentável.

A educação de adultos, dentro desse contexto, torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanta consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de ser um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça.

A educação de adultos pode modelar a identidade do cidadão e dar um significado à sua vida. A educação ao longo da vida implica repensar o conteúdo que reflita certos fatores, como idade, igualdade entre os sexos, necessidades especiais, idioma, cultura e disparidades econômicas.

Nas citações acima, entende-se a preocupação da conferência com a educação de jovens e adultos e a ressignificação do desenvolvimento humano. O documento se preocupa em trazer uma paz mundial através da justiça e principalmente da democracia. Entende que é necessário que sejam respeitados e repensados os seres humanos como um todo, quando diz, por exemplo, que é preciso uma participação de homens e mulheres nas mais

variadas esferas da vida e assim enfrentar todos os desafios existentes no meio social.

Então neste momento, entende-se que as citações acima tentam discutir e por fim, são nas discriminações existentes nos ambientes sociais. Não se pode construir um mundo onde homem discrimina mulher, por exemplo, e é a educação que tem a responsabilidade de mudar esta perspectiva retrógrada de violência, e implantar uma nova perspectiva de paz no mundo. É um trabalho muito difícil e pesado para a educação, mais com os esforços de todos isto será possível, e é aonde a educação de adultos está muito bem inserida pois, trabalha com pessoas com grande carga de experiências e conhecimentos prévios para serem “lapidados”, em prol de uma sociedade mais humana. Por isso entende-se o que a citação abaixo quis dizer:

A educação de adultos engloba todo o processo de aprendizagem, formal ou informal, onde pessoas consideradas “adultas” pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade. A educação de adultos inclui a educação formal, a educação não-formal e o espectro da aprendizagem informal e incidental disponível numa sociedade multicultural, onde os estudos baseados na teoria e na prática devem ser reconhecidos.

“A CONFINTEA VI procurou fortalecer o reconhecimento da aprendizagem e educação de adultos, como previsto na CONFINTEA V, numa perspectiva de aprendizagem ao largo e ao longo da vida (Ireland, Spezia, 2014, p. 256).

“A meta primordial da CONFINTEA VI foi harmonizar a aprendizagem e educação de adultos com outras agendas internacionais de educação e desenvolvimento e sua integração nas estratégias setoriais nacionais” (Ireland, Spezia, 2014, p. 256).

Ainda segundo Ireland e Spezia (2014, p. 257), os objetivos desta CONFINTEA ocorrida no Brasil era:

- Promover o reconhecimento da aprendizagem e educação de adultos como um elemento importante e fator que contribui para a aprendizagem ao longo da vida, sendo a alfabetização a sua fundação;

- Enfatizar o papel crucial da educação e aprendizagem para a realização das atuais Agendas internacionais de educação e desenvolvimento (EPT, ODM, UNLD, LIFE e DESD) e;
- Renovar o momentum e o compromisso político e desenvolver as ferramentas para a implementação, a fim de passar da retórica à ação.

Uma das principais questões da VI conferência, foi o de avaliar e perceber os ainda altos índices de analfabetismo existente entre jovens e adultos. Ainda nos dias atuais, tais índices continuam sendo altos, porém vem sendo reduzidos gradativamente com o passar dos anos e a inserção de novas medidas e metas educacionais por parte dos governos.

Foram cinco questões temáticas abordadas na última conferência, porém destacamos aqui:

- A integração da educação de adultos e das políticas educacionais da aprendizagem ao longo da vida, que visava adotar a aprendizagem e a educação de adultos como estratégia para acelerar ainda mais sua concretização.
- Financiamento da educação de adultos, onde se defendeu a troca de pensamento de gasto com a educação para investimento na educação, além de visar um investimento a ser realizado pelo setor privado do país.
- Qualidade na educação de jovens e adultos, dizendo que é perigoso quando cada sistema educacional constrói suas próprias definições de educação de adultos visando uma certa qualidade entre outros.
- O papel do professor educador, onde a real qualidade da aprendizagem está profundamente ligada ao ato educativo/didática do professor em seu âmbito educacional, seja ele na escola ou em outro local educativo.

É necessário que esta perspectiva capitalista se sobreponha cada vez menos as necessidades educativas e que a perspectiva justiça educacional floresça como grande norteador da educação. A educação é um direito de todos e não pode ser escondida dos que dela necessitam.

Acredita-se no potencial das CONFINTEA's em discutir cada vez mais a educação de adultos como tema de perspectiva plural.

Aspectos que Podem Influenciar na Evasão Escolar no Contexto do EJA

Atualmente, o abandono escolar precoce em todos os níveis escolares é um problema crescente que afeta as escolas públicas em particular.

O aumento do abandono escolar precoce está intimamente relacionado com a necessidade de os jovens trabalharem e contribuírem para a escolaridade. o que, conseqüentemente, leva cada vez mais jovens a abandonar suas salas de aula. No entanto, cabe destacar que o processo de evasão não se limita à educação básica, mas se estende às modalidades de educação de jovens e adultos - EJA.

O abandono escolar precoce é um problema complexo, repleto de questões e muito comum entre os alunos. Para os alunos mais velhos, a situação de abandono do ensino formal torna-se mais difícil porque se trata geralmente de um grupo-alvo constituído principalmente por empregados casados e com filhos.

Para Tfouni (2005, p. 24), o pensamento dos alfabetizados é “racional”, e por um deslizamento preconceituoso coloca também que os indivíduos não alfabetizados são incapazes de racionar. Desse modo, caracterizaria que os indivíduos não alfabetizados não sabem ou não devem ser levados em consideração, numa perspectiva etnocêntrica, pois acredita que o ser só sabe de algo se for alfabetizado.

A alfabetização não é só um processo que leva ao aprendizado das habilidades de leitura entre outras, mas sim a uma contribuição para a liberdade de expressão do homem em seu pleno desenvolvimento.

Alfabetizar é propiciar condições aos jovens e adultos para ter acesso ao mundo da escrita tornando-a capazes não só de ler e escrever como de se comunicar na sociedade.³⁴

34 ANTUNES, Irandê. *Aula de português: encontro & interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. 1 ed., 15 reimp: setembro de 2016.

Nesse sentido, poder-se-ia embasar em Paulo Freire (1989, p.30) que assim nos fala, em particular sobre a alfabetização de adultos: Se antes a alfabetização de adultos era tratada e realizada de forma autoritária centrada na compreensão mágica das palavras doadas pelo educador aos analfabetos, se antes os textos geralmente oferecidos como leitura aos alunos escondiam muito mais do que revelavam a realidade, agora pelo contrário, a alfabetização como ato de conhecimento, como ato criador e como ato político e um espaço de leitura do mundo e da palavra.

Essa modalidade de ensino, nos dias de hoje está sendo tratada pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB 9394/96, como direito subjetivo, aplicável a qualquer outra modalidade educativa, embora tenha sido tratada historicamente como sendo sem importância.

Os objetivos da formação de jovens e adultos não se restringem a compensação da educação básica, eles visam promover a inclusão social e a inserção no mercado de trabalho de jovens e adultos que não tiveram acesso à educação na idade própria, proporcionar condições para que essa população construa sua cidadania e possa ter acesso à qualificação profissional (UNESCO, 2000).

A EJA representa uma possibilidade de efetivar um caminho de desenvolvimento a todas as pessoas, de todas as idades, permitindo que jovens e adultos atualizem seus conhecimentos, mostrem habilidades, troquem experiências e tenham acesso a novas formas de trabalho e cultura (UNESCO, 2000).

Mesmo ofertando possibilidades, a evasão escolar tem se tornado um desafio para os professores para manter a permanência do aluno em sala de aula. Existem vários fatores que predominam na permanência escolar desses indivíduos, devido à sobrecarga de trabalho extensivo, professores sem uma qualificação adequada ao educando do EJA que tem contribuído cada vez mais para a exclusão social do que para a formação educacional.³⁵

Arroyo (2005, p. 22) menciona que, os sujeitos que compõem a EJA são “Jovens e adultos com rosto, com histórias, com cor, com trajetórias sócio-

35 AZEVEDO, Ricardo . A didatização e a precária divisão de pessoas em faixas etárias: dois fatores no processo de (não) formação de leitores. In: Literatura e letramento: espaços, suportes e interfaces – O jogo do livro. MARTINS, Aracy; PAIVA, Aparecida; PAULINO, Graça; VERSIANI, Zélia. (Org.) – 1 ed., 2. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica/CEALE/FaE/UFMG, 2007, p. 75-86.

étnico-racial, do campo e da periferia”. Logo, a escola precisa atuar como espaço de reflexões, com ações acessíveis aos conhecimentos, respeitando as diversidades e oferecendo oportunidades múltiplas de desempenho consoante as capacidades e individualidades.³⁶

Conforme o Parecer CNE/CEB nº 11/2000 (Brasil, 2000, p. 9), estudantes em EJA possui um perfil caracterizado por “Adultos ou jovens adultos, via de regra mais pobres e com escolaridade defasada. Estudantes que aspiram a trabalhar, trabalhadores que precisam estudar”.

Esses sujeitos, homens e mulheres trabalhadores, desempregados, marginalizados sem oportunidade de estudo no tempo certo carregam consigo insegurança relacionada ao futuro.

Expõe Freire (2000) que a aprendizagem é fundamental por proporcionar oportunidades expressivas e individuais, atuando como parte integrante de um projeto amplo e com possibilidades. Nessa perspectiva, ao favorecer continuidade a um projeto em aprendizagem, a escola precisa atuar em alcance de um objetivo estruturado na realidade vivencial do aluno, enfim, precisa trabalhar com conteúdo significativos embasados em temas conectados a realidade social como, desemprego, saúde economia, trabalho, política e outros.³⁷

Outro desafio a ser considerado são as disciplinas trabalhadas na modalidade em EJA que, na maioria das vezes se prendem somente a leitura e escrita, operações matemáticas, entre outros. A alteração dessa realidade consiste no fato do professor trabalhar com palavras conhecidas do cotidiano favorece o desenvolvimento na alfabetização e na concepção da consciência crítica (Freire, 1979).

Entretanto, o aluno carrega consigo um contexto histórico composto muitas vezes por dificuldades decorrentes da falta de estudo e, acaba recorrendo à escola em procura de melhorias, buscando preencher as necessidades intermediadas pelo estudo. O contexto escolar da EJA, formado por sujeitos advindos de realidades distintas, sobreviventes no mercado de trabalho, alguns possuem família estruturada e assumem responsabilidades que os impedem a uma dedicação total aos estudos.

³⁶ VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

³⁷ ARROYO, M. *Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública*. In: GIOVANETT, Maria Amélia, GOMES, Nilma Lino e SOARES, Leôncio (Orgs.).

A educação no Brasil percorreu um caminho tortuoso desde o início e, segundo Stigar e Schuck (2010), destinou-se exclusivamente a uma elite dominante e totalmente exploradora, sempre orientada para a estratificação e dominação social. Também para os autores, o conceito de domínio cultural de uma ínfima parte dela foi introduzido em nossa sociedade durante vários séculos, com base na ideia de que ensinar é para poucos e que os outros, portanto, não precisam aprender.

Segundo Krasilchik (2000), a adoção da nova Lei de Diretrizes e Fundamentos da Educação da LDB, em 1996, estabeleceu que a educação escolar deveria estar vinculada ao mundo do trabalho e da prática social. Esse vínculo existente na LDB pode ajudar a despertar o interesse dos alunos pela turma e, ao mesmo tempo, contribuir para a redução do índice de evasão escolar.

Vale destacar três desafios como os mais importantes para a educação brasileira e segundo Dantas (2010) são eles: Analfabetismo, Repetição e Abandono Dantas (2010). Ainda, de acordo com o autor supracitado, dados divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) mostram que o Brasil tem atualmente cerca de 16 milhões de analfabetos. Isso significa que essas pessoas não podem ler e escrever notas simples.

A explicação para o alto índice de analfabetismo no Brasil está intimamente ligada a questões históricas como a natureza da colonização do país, a escravidão, o poder nas mãos de uma elite conservadora que confisca riquezas em seu próprio benefício e as políticas assistenciais no campo educacional. Vale ressaltar, no entanto, que com as pressões internacionais e as novas demandas do mercado de trabalho, esse quadro começou a mudar. Uma indicação dessa mudança foi a criação da nova Lei de Diretrizes e Princípios - LDB / 1996.

O percentual de repetência no ensino fundamental brasileiro é de 18,7% em 2010, segundo Dantas (2010) segundo relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, sendo o maior da América Latina e longe da média mundial que é apenas 2,9. A autora citada acima reitera que estudos mostram que 14% dos alunos brasileiros desistem no primeiro ano do ensino fundamental.

As consequências do fracasso são múltiplas e trágicas. Segundo Dantas (2010), podem ser citados a baixa autoestima, o viés de classe etária, o subemprego e o aumento do número de alunos na educação de jovens e adultos - EJA.

A educação no Brasil mudou muito nos últimos anos, mas ainda há um longo caminho para ser considerada satisfatória. Pode-se dizer que o sistema educacional brasileiro sempre foi desafiado por questões importantes como a qualidade da educação básica, o acesso ao ensino superior e a formação de seus professores. Uma vez que a taxa de reprovação ainda é alta e muitas vezes pode ser atribuída à diferença de idade, há falta de motivação e consequente abandono escolar.

No Brasil, Dourado e Oliveira (2009) destacam que a implantação de uma escola de qualidade é um desafio complexo e grande. Porém, na opinião dos autores supracitados, avanços no acesso e na cobertura têm sido observados nas últimas décadas, principalmente no ensino fundamental, mas esse processo precisa ser aprimorado para um aprendizado e controle mais efetivos. O abandono escolar precoce ainda é um problema, tanto na educação básica quanto nos programas de educação de jovens e adultos (EJA). Muitas vezes, o motivo do abandono escolar é que a maioria dos alunos do EJA trabalha, é casada e tem filhos, o que dificulta a permanência e o retorno à escola.

Até recentemente, Schwartzman (2005) observou que os problemas do sistema educacional brasileiro eram a falta de escolas, o abandono precoce de muitas crianças e a falta de financiamento governamental para a educação. O autor citado acima também aponta que se considerou necessário construir mais escolas, pagar melhores salários aos professores e convencer as famílias a mandarem seus filhos para a escola.

Está comprovado que muitos dos desafios da educação brasileira podem ser superados por meio de conversas e troca de experiências com outros professores, coordenadores, administradores, pais e alunos, bem como com a comunidade do entorno da escola. Com efeito, estas parcerias podem dar origem a ideias inovadoras para o desenvolvimento de ações e atividades destinadas a estimular o interesse dos alunos pelas atividades escolares, como por exemplo, parcerias com instituições existentes na comunidade.

Vale ressaltar que a evasão fiscal é um problema antigo no Brasil. Segundo Dantas (2010), milhares de crianças e adolescentes passam todos os anos por experiências prejudiciais ao seu futuro e ao país.

A inclusão como forma de ensino veio com a publicação da Constituição Federal (Brasil, 2012), que garantiu às pessoas com poucas oportunidades de escolaridade para um, prevê o acesso obrigatório e gratuito à educação.

A instituição escolar para os alunos dessa etapa é fundamental, sendo nesse percurso que ocorre a inclusão social com oportunidades de auxílio às pessoas a serem incluídas na sociedade, no campo de trabalho e no grupo social. O ensino se torna na atualidade uma condição participativa na sociedade, onde pessoas que não concluíram os estudos enfrentam obstáculos no decorrer da vida, como remuneração salarial, constrangimento por não saberem ler, entre outros, e a EJA representa um canal de inclusão social favorecedora ao desempenho posterior.³⁸

Os desafios vivenciados pelo sujeito iletrado no decorrer de sua vida favorecem o retorno a escola, tornando-se este um dos caminhos favoráveis da inclusão, entretanto, muitas vezes, os alunos não possuem estímulos e nem tempo para estudarem, além de outros aspectos que dificultam seu desenvolvimento.

A escola precisa oportunizar a essa clientela recursos favoráveis ao desenvolvimento como cidadãos críticos, atuantes na coletividade, pois, a aprendizagem da leitura e escrita proporciona a inclusão das pessoas na malha social em ascensão a bens culturais e, quando adquirem novos conhecimentos conquistam a autonomia. A urgência da inclusão social na maioria das vezes recai sobre trabalhadores que, assistidos pela EJA, dispõem de pouca ou nenhuma qualificação profissional.

Logo, a função do Estado é contemplar uma implantação de políticas públicas e educacionais favoráveis a inclusão, oferecendo um ensino com qualidade a clientela, com oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, norteadas por uma proposta de ensino estruturada na realidade vivencial, oferecendo uma formação contínua aos docentes em reflexão das práticas estereotipadas ainda existentes nos recintos escolares.³⁹

38 PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*, 1987.

39 REA, Louis M; PARKER, Richard A. *Metodologia de pesquisa. Do planejamento a execução*. São Paulo: Pioneira, 2000.

Os Desafios do Educador

Os educadores da EJA enfrentam inúmeros desafios no desenvolvimento de sua prática docente, como a heterogeneidade, a evasão das turmas, a falta de materiais didáticos específicos, a baixa autoestima dos educandos, a rigidez institucional.⁴⁰

Porém, em todas as situações, esses educadores apontam que vão buscando caminhos alternativos que favoreçam o processo de ensino, como criações próprias de cada uma diante das circunstâncias que vão enfrentando.⁴¹

Respondendo a questão sobre os desafios do processo de ensino na EJA, um dos entrevistados apontou a dificuldade dos alunos em frequentar a escola, em função da sua realidade diária – problemas com o trabalho, familiares e domésticos. Di Pierro (2010, p. 35) explica essa dificuldade dos jovens e dos adultos em procurar ou mesmo em permanecer na escola:

[...] os jovens e adultos analfabetos ou com baixa escolaridade não ocorrem com maior frequência às escolas públicas porque a busca cotidiana dos meios de subsistência absorve todo seu tempo e energia; seus arranjos de vida são de tal forma precários e instáveis que não se coadunam com a frequência contínua e metódica à escola; a organização da educação escolar é demasiadamente rígida para ser compatibilizada com os modos de vida dos jovens e adultos das camadas populares; os conteúdos veiculados são pouco relevantes e significativos para tornar a frequência escolar atrativa e motivadora para pessoas cuja vida cotidiana já está preenchida por compromissos imperiosos e múltiplas exigências sociais.⁴²

Segundo o educador, ao mesmo tempo, na mesma sala, ele tem alunos que já conseguem discutir um assunto no seu nível de ensino e outros que sabem muito pouco, precisando aprender coisas pontuais e básicas sobre o conteúdo. A respeito dessa questão, Carrano (2008, p.160) explica:

40 RUIZ, João Alvaro. *Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos*. 5 ed. São Paulo: atlas, 2002.

41 VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Construção do conhecimento em sala de aula. Cadernos Pedagógicos do Libertad*, 2; 3. Ed. São Paulo: Libertad, 1995.

42 BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart – As lutas sociais no Brasil, 1961 – 1964*. 7. ed. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Ed. UnB, 2001.

[...] a dificuldades em lidar com a diversidade parece algo congênito na constituição da ideia de escolarização. A homogeneidade ainda é muito mais desejável à cultura escolar do que a noção de heterogeneidade, seja ela de faixa etária, de gênero, de classe, de cultura regional ou étnica.

Outra situação desafiadora apontada pelo educador é a presença de alunos com liberdade assistida, que vão para a escola porque o juiz determinou, são obrigados a frequentá-la: não querem estudar e muito menos numa sala onde veem pessoas mais velhas do que eles, ou da mesma faixa etária, mas que não estão na mesma condição. O educador explica que é difícil trazer esse aluno para o grupo, já que ele está ali para cumprir uma ordem e não pela vontade de aprender.⁴³

A educação prisional e a educação de educandos com liberdade assistida são, hoje, uma realidade significativa dentro da EJA, se constituindo um campo diferenciado de atuação, que exige uma postura igualmente diferenciada do educador. Sobre isso, Scarfó (2009, p. 121) argumenta:

O esquema de valores que as pessoas privadas de liberdade possuem costuma ser “diferente” do que pode trazer qualquer educador (a), e isso conduz a um processo dialético entre a prática e a teoria, entre o que está bem e o que está mal, entre o dever ser e o que se é, entre o aqui e agora e o futuro.

Esse enfrentamento de esquema de valores culturais contribui também para aquela especificidade da educação nas prisões. O impacto na subjetividade do que foi apontado acima, somado ao encarceramento, tem consequências no plano psicológico das pessoas privadas de liberdade.

A baixa autoestima, a pouca motivação, a retração emocional, o isolamento, as atitudes e expectativas reduzidas no presente e marcadas pelo passado, geram nas pessoas presas um alto grau de vulnerabilidade psicológica que, somada à vulnerabilidade social e à cultural, torna-a uma personalidade que precisa de uma abordagem sofisticada e interdisciplinar, na hora de pensar e levar adiante processos formativos nesse âmbito.⁴⁴

43 CUNHA, Luiz Antonio. *Roda Viva*. In: CUNHA, Luiz Antonio (org), GÓES, Moacir de (org) 11ª ed. **O Golpe na Educação**. Ed. Jorge Zahar, 2002.

44 ARROYO, Miguel González. *Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública*. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro; GOMES, NILMA Lino. (Org.). *In: Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 293 p.

Sendo uma realidade diferenciada, demanda do educador uma postura igualmente diferenciada, no sentido de criar melhores condições para que o processo de aprendizagem ocorra com sucesso.

Scarfó (2009, p. 130) complementa sua análise da situação, constatando que o grande desafio da educação prisional é: [...] alcançar uma educação de qualidade, concebida como um direito humano indispensável, que obrigue o Estado a oferecer padrões de qualidade iguais à educação fora da prisão. É indispensável fortalecer a educação formal, já que cabe a ela outorgar certificação e, portanto, melhorar as possibilidades e oportunidades presentes e futuras das pessoas presas, fazendo da igualdade declarativa ou formal uma igualdade substantiva.⁴⁵

É preciso, então, conforme explica Scarfó (2009), aprofundar a compreensão sobre as demandas desse educando, bem como sobre as necessidades e relações com o saber que têm esses alunos com relação à educação formal. Já outro educador entrevistado comenta que a juvenilização tomou conta do turno noturno e trouxe para dentro da escola a falta de limites, a rebeldia, a agressividade e a falta de respeito.

Para esse educador, a Secretaria de Educação, junto aos outros segmentos do Estado, deveria oferecer condições e formações continuadas para dar sustentação à escola, para que os educadores saibam lidar com esses problemas. Sobre essa questão, Brunel (2004) explica que o rejuvenescimento da população que frequenta a EJA é um fato, já que o número de jovens e adolescentes nessa modalidade de ensino cresce a cada ano, modificando o cotidiano escolar.⁴⁶

Segundo a autora.

[...] os jovens, quando chegam nesta modalidade, em geral, estão desmotivados, desencantados com a escola regular, com histórico de repetência de um, dois, três anos ou mais. Muitos deles sentem-se perdidos no contexto atual, principalmente em relação ao emprego e à importância do estudo para sua vida e

45 BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação. *Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos. Alunas e Alunos da EJA*. Brasília: MEC; SECAD, 2006a

46 BURLAMAQUE, Fabiane Verandi; MARTINS, Kelly Cristina Costa; ARAUJO, Mayara dos Santos. *A leitura do livro de imagem na formação do leitor*. In: SOUZA, Renata Junqueira de; FEBA (Org.), Berta Lúcia Tagliari (Org.). *Leitura Literária na escola: reflexões e propostas na perspectiva do letramento*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011, p. 75-96.

inserção no mercado de trabalho. Este novo panorama, pouco a pouco, foi modificando o ambiente escolar, exigindo dos professores uma nova postura e um jeito novo de conviver com estes alunos, cada dia mais jovens (Brunel, 2004, p. 9-10).

Porém, Carrano (2008, p. 160) tem uma forma diferenciada e esclarecedora de encarar essa situação, quando explica ao mesmo tempo em que questiona: O educador atento precisa ser capaz de indagar o que os grupos culturais da juventude têm a nos dizer.

Isso, de alguma forma, nos leva a pensar a respeito da realidade posta, no sentido de nos alertar para a melhor forma de interpretar o comportamento do jovem em sala de aula e, principalmente, de buscarmos uma melhor forma de nos posicionarmos diante desse comportamento, compreendendo-o e lidando com ele de uma forma a favorecer o processo de ensino com a presença desse jovem, e não apenas buscando conviver, de maneira conformada, com a situação. Segundo Carrano (2008, p. 155-156), relata que:

[...] à escola impõe-se o desafio de derrubar os muitos muros materiais e simbólicos que foram construídos ao longo da história e que, em última instância, são os principais responsáveis pelas interferências na comunicação entre os jovens alunos, seus colegas mais idosos e seus professores. A escola se afirma como o espaço e tempo dos encontros entre os muitos sujeitos culturais que a fazem existir; assim, como educadores, faz parte de nossa tarefa levarmos em conta fundamentalmente aqueles que pretendemos educar.

O educador Waldeck, questionado sobre os desafios que enfrenta, afirma que são muitos, como a falta de material didático específico, uma grade curricular que não atende às expectativas da realidade desses educandos, a falta de apoio e incentivo por parte das Secretarias de Educação, a falta de lanche e de transporte para esses alunos, o que contribui para a evasão escolar. O educador ainda aponta como desafio a diversidade etária dos educandos, que gira entre 13 e 70 anos de idade, tendo esses alunos realidades distintas, anseios diferentes, não havendo, por essa razão, possibilidade de se desenvolver um trabalho mais individualizado.

Essa denúncia do educador vai ao encontro também da análise de Carrano (2008, p.153-154), de que [...] a heterogeneidade etária e o caráter

cada vez mais urbano dos alunos transformam o perfil de um trabalho que, durante um bom tempo, caracterizou-se pela presença quase exclusiva de adultos e idosos com fortes referências aos espaços rurais. Acentuada mistura entre jovens e adultos e a reurbanização (Freyre, 1982) de determinadas turmas da educação de jovens e adultos representam desafios que podem transformar-se tanto em dificuldades insolúveis como em potencialidades orientadas para o seu sucesso educativo e social.⁴⁷

A educadora Jane aponta como desafio o longo tempo em que os educandos passaram sem estudar, criando neles certa resistência para o novo, além de baixa autoestima. Oliveira (2007, p. 66) explica as razões da baixa autoestima do educando adulto como originária da exclusão sofrida por ele em sua história escolar, argumentando da seguinte forma: A exclusão da escola coloca os alunos em situação de desconforto pessoal em razão de aspectos de natureza mais afetiva, mas que podem também influenciar a aprendizagem. Os alunos têm vergonha de frequentar a escola depois de adultos e muitas vezes pensam que serão os únicos adultos em classes de crianças, sentindo-se por isso humilhados e tornando-se inseguros quanto a sua própria capacidade para aprender.

Segundo Oliveira, o educando, tendo já passado por um processo de ensino, em sua infância, e tendo já sido excluído do sistema escolar, evadindo da escola, vive hoje uma situação de insegurança, desconforto, vergonha, humilhação, o que acarreta baixa autoestima e desconfiança em relação à sua capacidade de aprender.

O educador Davi, referindo-se aos desafios do processo de ensino na EJA, aponta o alto índice de evasão dos alunos e a dificuldade de contextualizar o conteúdo sistematizado com a vivência desses, relacionando o que estão estudando dentro da sala de aula com o que vivem em seu dia a dia. Fundamentando o raciocínio do educador David, em relação à sua dificuldade em contextualizar o conteúdo sistematizado com a vivência do educando, Oliveira (2001, p. 238-239) explica que:

[...] as informações às quais são submetidos os sujeitos sociais só passam a constituir conhecimento para eles quando podem se enredar a outros fios já presentes nas redes de saberes de cada um ganhando, nesse processo, um sentido próprio, não

47 COLOMER, Teresa. *A formação do leitor literário: narrativa infantil e juvenil atual*; tradução Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2003.

necessariamente aquele que o transmissor da informação pressupõe. Isso significa que dizer algo a alguém não provoca aprendizagem nem conhecimento, a menos que aquilo que foi dito possa entrar em conexão com os interesses, crenças, valores ou saberes daquele que escuta.

A educadora Valéria expõe, como uma das dificuldades que enfrenta no desenvolvimento do trabalho, a baixa autoestima dos educandos, que não acreditam na própria possibilidade de aprender. Além disso, a educadora aponta, também, outra dificuldade do processo: a diversidade cognitiva da turma – alunos que se encontram no início do processo de alfabetização e aqueles que se encontram no final desse processo.⁴⁸

Valéria aponta, por fim, como desafio, o pensar em uma proposta de trabalho com um grupo de professores que dê conta de atender às especificidades do educando adulto: a rigidez nos horários, os módulos de aulas, pensar em uma aula de 50 minutos para um público adulto, a formalização do processo, devido à necessidade de certificar, sem se perder a qualidade do processo, ou seja, a implementação do poder público de um projeto que era de um movimento popular, tendo que se encaixar em um modelo que já está dado, dentro das leis.

Essa tendência do sistema de ensino de enrijece o processo de aprendizagem da EJA, buscando padronizá-la, de acordo com o ensino regular, é comentada por Arroyo (2008, p. 227), que relata: [...] as dificuldades de diálogo e de inserção nas redes de ensino são enormes, ficando inúmeros projetos na periferia das grades, dos conteúdos mínimos, das cargas horárias, dos processos escolares de avaliação de rendimentos.

Arroyo (2008) argumenta que a educação popular da década de 60 do século passado continua atual nas situações de exclusão, miséria, desemprego, luta pela vida dos dias atuais, pois a realidade vivida pelos jovens e adultos continua sendo excludente. Segundo ele, [...] a trajetória mais progressista não é institucionalizar a EJA como modalidade dos ensinos fundamental e médio, mas como modalidade própria que avançou em concepções de educação e formação humana que pode ser enriquecedora para a educação da infância e da adolescência, sobretudo dos setores populares que frequentam as escolas públicas.⁴⁹

48 DIVARDIN, Danielle. O audiovisual na educação brasileira: do cinema educativo às mídias digitais. In: NAGAMINI, Eliana (Org.). *Série Comunicação e Educação. Ilhéus: Editus, 2016, p. 211-226*

49 COLOMER, Teresa. *A formação do leitor literário: narrativa infantil e juvenil atual; tradução Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2003.*

Quanto menos institucionalizada for a EJA nas modalidades das etapas de ensino, maior poderá ser sua liberdade de avançar no movimento pedagógico e de contribuir para um diálogo fecundo com essas modalidades de ensino, até para enriquecê-lo e impulsioná-lo para se reencontrarem como modalidades de educação e formação básica (Arroyo, 2008, p. 225).

A educadora Maria Paula conta que enfrentou grandes desafios quando começou a trabalhar com a EJA, pois além de infantilizar os alunos, não tinha facilidade de ouvi-los. Hoje ela afirma que aprendeu a ouvir seus educandos, sem que eles precisem falar e, para ela, foi a experiência em sala de aula e a vivência como educadora da EJA que propiciou isso. Quando questionada quanto aos desafios que tem como professora em turma de jovens e adultos, Maria Paula diz que acredita que seja o fato de motivar o educando que já passou pela sala de aula a acreditar novamente em seu potencial de escrever e de produzir.⁵⁰

Já em outros níveis que não sejam de alfabetização, segundo ela, ocorre o oposto: eles chegam com uma vontade tão grande de ler e de escrever que o desafio é mostrar para eles, que querem resposta imediata, que é preciso tempo e que esse tempo é o dele, educando, e não o do educador. Então, o desafio do educador de jovens e adultos, para ela, é o de conseguir motivá-los a ler e a escrever e, ao mesmo tempo, respeitar o próprio ritmo.

Sobre esse grande desafio do educador da EJA de precisar manejar a heterogeneidade sociocultural dos educandos, Oliveira (2007, p. 237) explica: [...] por mais que se *busque* associar os alunos em níveis, séries ou turmas por características semelhantes, tais conjuntos sempre serão formados por uma multiplicidade de sujeitos, em si mesmos múltiplos. Nenhum professor lida em uma mesma sala de aula – e todos conhecem bem isso por experiência própria – com um grupo homogêneo de sujeitos, sejam quais forem os mecanismos de ordenação utilizados. Isso significa que, a despeito de todo o aparato legal e formal do currículo, o trabalho pedagógico sempre se realizará tendo por fundamento essa multiplicidade.⁵¹

Essa tem sido uma realidade recorrente na EJA: a heterogeneidade etária, de níveis de aprendizagem, de interesses ou grau de motivação.

⁵⁰ GERALDI, João Wanderely (2006). *Unidades básicas do ensino de Português*. In: GERALDI, João Wanderely (org.). *O texto na sala de aula*. 4ª ed. São Paulo: Ática

⁵¹ COLOMER, Teresa. *A formação do leitor literário: narrativa infantil e juvenil atual*; tradução Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2003.

Segundo a autora, essa situação precisa ser considerada na construção de um currículo, no sentido de se desenvolver o diálogo entre essas diversidades. Outra denúncia dos educadores é a falta de espaço para discussão de uma proposta pedagógica própria para esse público, que tem especificidades, necessitando tratamento diferenciado. Isso se dá, segundo eles, pela ausência de um coordenador pedagógico com formação na área de EJA, para discutir dúvidas, dificuldades e ao mesmo tempo auxiliar pedagogicamente a educação de jovens e adultos. Sobre essa questão, Franco (2010, p. 137) argumenta que Uma ação educativa de sucesso na EJA no contexto escolar requer de todos os envolvidos no processo uma participação efetiva para a construção de um projeto que contemple o jovem e o adulto e seu processo de aprendizagem em suas singularidades e proporcione a essas pessoas uma educação de qualidade, crítica, criativa e sensível.⁵²

Porém, para que isto seja realidade, é necessário que as escolas articulem as ações educativas o projeto da EJA, em processos de formação continuada que forneçam subsídios aos docentes para desencadear um processo significativo de ensino-aprendizagem juntos aos educandos.

Dando continuidade às suas ideias, o autor complementa, apontando os espaços e momentos em que cabe a atuação do coordenador pedagógico para o aprimoramento do processo de ensino da EJA: [...] o coordenador pedagógico se evidencia como fundamental na organização, no desenvolvimento e na avaliação do projeto da EJA e na mediação junto aos docentes dos impasses e dilemas que vivenciam na sala de aula, em processos de formação continuada em serviço, por meio de reuniões pedagógicas que visem a seu desenvolvimento pessoal e/ou profissional, entre outros espaços e tempos disponíveis na unidade escolar, para que consigam atuar de forma condizente com os sonhos, ansiedades e necessidades dos jovens e adultos (Franco, 2010, p. 138).

Essa situação, apontada pelos educadores e analisada por Franco (2010), alerta para a necessidade de se investir na formação específica dos gestores do processo, visto que esses constituem parte importante do processo e, para que possam oferecer subsídios consistentes ao trabalho do educador da EJA, também necessitam dessa formação específica no campo de atuação. Outras falas retratam as dificuldades enfrentadas pelos educadores

⁵² KLEIMAN, Angela B. *Preciso "ensinar" o letramento? Não basta ler e escrever? Linguagem e letramento em foco. Campinas: Cefiel/IEL/Unicamp, 2005.*

da EJA no desenvolvimento do trabalho, que nos dão uma clara percepção da dificuldade que vivenciam esses educadores por atuarem em turmas de jovens e adultos, e nos mostram o quão marginalizada ainda se encontra essa modalidade de ensino, tanto em nível das políticas governamentais, quanto em nível mesmo das políticas institucionais/escolares:⁵³

- A falta de uma orientação específica aos educadores recém-chegados ao trabalho da EJA, que gera nos educadores um estranhamento e uma insegurança.
- A falta de uma formação específica para o educador, no que se refere às diversidades dessa modalidade e em relação ao tratamento específico dos conteúdos trabalhados.
- A heterogeneidade de níveis de aprendizagem dentro de cada turma, na qual o educador da EJA tem de atender, ao mesmo tempo, educandos que se encontram no início do processo de alfabetização e educandos que se encontram no final do processo.
- A grande diversidade entre os educandos, no que se refere às suas expectativas em relação aos estudos e às diferenças geracionais, religiosas, valorativas e de suas crenças.
- A grande diferença de idade entre os educandos jovens e adultos, o que gera conflitos de interesses e de posturas entre eles e, até mesmo, uma impaciência recíproca, ocasionando a desmotivação para os estudos e, conseqüentemente, a evasão escolar.
- A baixa autoestima dos educandos, que não acreditam em sua capacidade de aprender, o que acaba por gerar bloqueios em seu processo de aprendizagem.
- A institucionalização do processo, gerando a rigidez própria do sistema regular.
- O processo de certificação dos educandos adultos, que gera a perda da qualidade no processo, devido à necessidade de sua padronização.

53 KLEIMAN, Angela B. Preciso "ensinar" o letramento? Não basta ler e escrever? Linguagem e letramento em foco. Campinas: Cefiel/IEL/Unicamp, 2005.

Além de todas essas dificuldades, que são próprias da realidade dos educandos da EJA, existem também algumas limitações por parte dos próprios educadores, no desenvolvimento do seu trabalho, por estarem vivenciando uma realidade nova e diferenciada, para a qual não foram preparados, como:

- A prática de infantilização dos educandos, acarretada pelo hábito dos educadores em vivenciar uma realidade diversa, no ensino regular, em que atuam com crianças.
- A dificuldade dos educadores em conciliar os diferentes interesses dos educandos, conseguindo, com isso, motivá-los para o processo de ensino- aprendizagem.
- A dificuldade de relacionar o conteúdo sistematizado com a vivência do educando, conforme a orientação existente para o trabalho com a EJA.

Causas e Fatores Relacionais

Atualmente, o abandono escolar precoce no Brasil é um problema crescente que afeta principalmente as escolas públicas. A maior taxa de abandono escolar precoce está relacionada à necessidade dos jovens de contribuir para a renda familiar, levando a um aumento do número de adolescentes que abandonam a sala de aula a cada dia (Silva, 2011).

É importante lembrar que esse abandono escolar precoce ocorre em todos os níveis de ensino, incluindo ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, o que a modalidade de ensino da EJA não exclui desses índices.

A questão do abandono escolar precoce na educação de jovens e adultos - EJA, suscita algumas contradições dos autores, pois cada um vê o aborto sob diferentes ângulos, de diferentes formas e por motivos de longo alcance, como afirmam Amaral e Costa (2005).

Segundo esses autores, as causas da evasão na EJA são múltiplas, incluindo sociais, políticas, culturais e educacionais. Ressaltam que dentre as ofertas educacionais, pode-se destacar a falta de uma oferta educacional na qual os sujeitos estejam integrados, uma vez que não estão separados no mundo e no adulto por portarem um conhecimento adquirido na prática social no um para cada Disciplina proposta. o conteúdo deve ser localizado.

Normalmente quando os adultos voltam para a escola sentem-se um pouco retraídos, se veem como uma pessoa idosa que não teve oportunidades e por isso cabe ao professor incentivá-los para que possam participar de todas as atividades propostas e que você consiga sintá-se confortável com seu grupo de estudos (Amaral; Costa, 2005).

Oliveira e Eiterer (2008) apontam os motivos da baixa frequência de adolescentes e adultos na EJA que muitos desses alunos, principalmente os que estão empregados, buscam (re) formação, uma contradição entre seu discurso e sua realidade exibida. Porque, segundo a autora em questão, os alunos afirmam que estudar é importante, mas quando estão matriculados em um programa de EJA, observa-se um índice significativo de incidência.

No entanto, os autores citados acima enfatizam que a frequência não está associada ao mesmo conceito de abandono. Para eles, o abandono escolar precoce pode ou não ser registrado na EJA como abandono por determinado período de tempo. Para a evasão escolar dentro da EJA, estão de acordo diversos motivos sociais e, sobretudo, econômicos, que deslocalizam a sala de aula e extrapolam os muros da escola (Oliveira; Eiterer, 2008).

O problema do abandono escolar precoce preocupa a escola e os seus representantes ao verem alunos com pouca vontade de aprender ou com atrasos significativos na aprendizagem. Nesse sentido, deve-se levar em consideração que o abandono escolar precoce é uma situação problemática causada por uma série de determinantes da própria instituição, como se verá mais adiante ao examinar as causas do abandono escolar precoce e seus efeitos na produtividade escolar.

Torna-se relevante explicar que produtividade será tomada sob dois aspectos: um diz respeito a conclusão dos estudos pelo aluno e outro se amplia para abranger o próprio resultado da apropriação do saber em seu sentido mais amplo, capaz de levar o aluno a se constituir como cidadão e sujeito histórico (Vasconcellos, 1995).

Entender e interferir positivamente no processo da evasão escolar é um desafio que exige uma postura de desconstrução das verdades construídas pelos leitores, assumindo assim uma atitude reflexiva diante dos conhecimentos prévios acerca da evasão escolar. Assim vale destacar que essa situação é semelhante ao ato de conhecer citado por Freire (1982, p.86),

como um desafio, onde se lê que: O próprio fato de tê-lo reconhecido como tal me obrigou a assumir em face dele uma atitude crítica e não ingênua.

A partir daí, considera-se necessária a aproximação daqueles estudiosos e pesquisadores que se ocuparam em desvendar o problema da evasão escolar, suas causas e consequências, mas especificamente na Educação de Jovens e Adultos.

Essas preocupações nortearam as discussões, culminando na produção deste trabalho, cujo objetivo é analisar os determinantes que causam a evasão escolar refletindo sobre o trabalho educativo, tornando-se como referência, as ideias autorais, que vêm se dedicando a fundamentar uma tendência de pensamento pedagógico diferenciado, posto que expliquem a importância do trabalho dos professores acerca dos conceitos envolvendo: mediação, historicidade, prática social e transmissão do conhecimento socialmente construído (Vasconcellos, 1995).

Atualmente, o abandono escolar precoce no Brasil é um problema crescente que afeta principalmente as escolas públicas. A maior taxa de abandono escolar precoce está relacionada à necessidade dos jovens de contribuir para a renda familiar, levando a um aumento do número de adolescentes que abandonam a sala de aula a cada dia (Silva, 2011).

Vale lembrar que esse abandono escolar precoce ocorre em todos os níveis de ensino, incluindo ensino fundamental, médio, ensino superior, o que a modalidade educacional EJA não exclui dessas cotas.

A problemática do abandono escolar precoce na educação de jovens e adultos - EJA suscita algumas contradições entre os autores, pois cada um vê a demolição por diversos ângulos, de formas diferentes e por motivos de longo alcance, como afirmam Amaral e Costa (2005).

Segundo esses autores, várias são as causas da evasão na EJA, tais como as sociais, políticas, culturais e pedagógicas. Os mesmos enfatizam que entre as pedagógicas, pode-se destacar a falta de uma proposta pedagógica em que as disciplinas sejam integradas, já que no mundo elas não estão separadas e, o adulto, por carregar um conjunto de saberes que adquiriu na prática social, precisa se situar nos conteúdos propostos para cada disciplina. Geralmente quando o adulto volta para a escola sente-se um pouco retraído, vê-se como uma pessoa já velha, que não teve oportunidades e desse modo,

cabe ao professor estimulá-lo a fim de que ele possa participar de todas as atividades propostas e que possa se sentir bem com o seu grupo de estudos (Amaral; Costa, 2005).

Oliveira e Eiterer (2008) ao abordar sobre os motivos da infrequência de jovens e adultos na EJA assinalam que muitos desses alunos, em especial os que trabalham, buscam a (re) escolarização, possuem uma contradição entre o seu discurso e a realidade. Pois, segundo o autor em questão, os alunos afirmam que estudar é importante, porém quando estão matriculados em um programa de EJA, o que se observa é uma significativa taxa de infrequência.⁵⁴

No entanto, os autores citados acima enfatizam que a frequência não está associada ao mesmo conceito de abandono. Para eles, o abandono escolar precoce pode ou não ser registrado na EJA como abandono por determinado período de tempo. Para a evasão escolar dentro da EJA, estão de acordo diversos motivos sociais e, sobretudo, econômicos, que deslocalizam a sala de aula e extrapolam os muros da escola (Oliveira; Eiterer, 2008).

Oliveira e Eiterer (2008, p.5) elencam vários motivos para o abandono escolar na EJA: ... quando jovens e adultos abandonam a escola para trabalhar; quando as condições de acesso e segurança são precárias; as horas de trabalho são incompatíveis com as responsabilidades que tiveram de assumir; evasão por vagas, falta de professores, falta de material didático; e também abandonam a escola porque sentem que a educação que estão recebendo não faz sentido para eles.

É importante reforçar a importância da integração dos alunos na vida escolar e da utilização de suas experiências em sala de aula. Ressalte-se que essas são algumas das chaves para abrir as portas da escola a quem já demorou tanto: pais analfabetos ou sexistas; Tenho que trabalhar; Falta de escolas próximas; paternidade precoce e falta de dinheiro, transporte, comida e oportunidades.

Esses podem ser alguns dos motivos de evasão social que acompanham os alunos da EJA e impedem que essas pessoas concluam o ensino fundamental, essencial para que essa pessoa tenha voz ativa na sociedade e tenha uma vida social com qualidade.

54 FONSECA, Celso Suckow. História do ensino industrial no Brasil. Rio de Janeiro: SENAI, 1986. v. 1.

Há outros fatores que também concorrem para a queda da qualidade do trabalho na EJA, como educadores desmotivados ou sem preparo, alunos cansados pela carga de trabalho, falta de livros ou com conteúdo duvidoso e sem qualidade, sucateamento da estrutura física, a desestruturação familiar, as políticas de governo, o desemprego e a desnutrição.

Assim toda a comunidade escolar tem se preocupado pelo fato dos Jovens e Adultos terem acesso à escola, mas não terem permanecido nela. De acordo com Patto (1997, p. 59): A reprovação e a evasão escolar são: um fracasso produzido no dia-a-dia da vida na escola e na produção deste fracasso está envolvido aspectos estruturais e funcionais do sistema educacional, concepções de ensino e de trabalho e preconceitos e estereótipos sobre a sua clientela mais pobre. Estes preconceitos, no entanto, longe de serem umas características apenas dos educadores que se encontram nas escolas, estão disseminados na literatura educacional há muitas décadas, enquanto discurso ideológico, ao se pretender neutro e objetivo, participa de forma decisiva na produção das dificuldades de escolarização das crianças das classes populares.⁵⁵

Consequências do Aprendizado

Às vezes a falta de interesse do aluno, traduzida na evasão escolar é uma maneira de mascarar sua incapacidade para se esforçar. Mas em outras ocasiões não é assim. O aluno faria um esforço se percebesse que os conteúdos da aprendizagem são medianamente atrativos, úteis, conectados, com sua vida diária, atraentes o suficiente para que o esforço valha a pena. Quando, pelo contrário, descobre que aprender supõe apenas memorizar certos conteúdos distantes para recuperá-los depois em uma prova, sua atitude defensiva diante da aprendizagem vai se consolidando. Pouco a pouco, seu atraso vai se ampliando e chega um momento em que a distância com o ritmo médio da turma se torna intransponível. O aluno com dificuldades específicas de aprendizagem não apresenta, de início, problemas de motivação, se bem que progressivamente pode se sentir incapaz de realizar as tarefas propostas e abandona qualquer tentativa de superá-las, já que as atividades propostas “estão cheias de respostas para perguntas que ele não sabe quais” (Vasconcellos, 1995, p.38).

55 Porcaro, Rosa Cristina Os desafios enfrentados pelo educador de jovens e adultos no desenvolvimento de seu trabalho docente. EccoS Revista Científica. 2011; (25):39-57. Fecha de Consulta 15 de Octubre de 2021]. ISSN: 1517-1949. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71521708003>

Conhecer não é fácil, exige esforço de ambas as partes: do aluno no domínio da leitura, na vontade ou necessidade de aprender e no estabelecimento de ligação entre o novo conhecimento e conhecimentos anteriores. Esses fatores tornam-se desafios a vencer sendo a sua ausência muitas vezes causa da evasão escolar, traduzido em desestímulo por Vasconcellos (1995).

A esse respeito Freire (1982) esclarece que o ato de estudar necessita de persistência e atenção, o que por sua vez, remete a uma atividade mental que está presente não só na resolução de tarefas de aprendizagem, como também na maior parte das ações sociais.

Essas reflexões mostram a importância da prática da leitura e da atenção, para que o aluno avance na sua automatização, já que alunos com dificuldades necessitam de mais tempo de prática e de mais orientação dos professores que o restante dos alunos. Se não dispõem delas, o risco de que sua aprendizagem se complique, e de que se atrasem muito, se torna cada vez maior.⁵⁶

O mesmo autor enfatiza que o esforço da parte do professor está na criação de possibilidades para não só transmitir conhecimentos como também na sua superação ao entender o conceito “bancário” da Educação para assinalar a perniciosa relação professor (depositante) - aluno (depósito) de conhecimentos, revelando assim seu papel como instrumento de dominação e, além disso, a concepção de educação como uma situação que desafia a pensar corretamente e não a memorizar; uma educação que propicie o diálogo comunicativo e que problematize dialeticamente o professor e o aluno. A primeira concepção (bancária) da educação é sem dúvida instrumento de opressão; a segunda, busca constante de libertação.

A tarefa do professor deve ser então a de problematizar para os alunos o conteúdo que os mediatiza e não entregá-lo e expressá-lo como algo já feito e acabado (Freire, 1982).

Os alunos apontam proximidade sobre a função da escola e o entendimento que eles têm sobre essa questão uma vez que as respostas foram: “preparar para o futuro”, “melhorar a comunicação entre as pessoas”, “trazer conhecimento”, “oferecer qualidade de vida”, “ensinar os alunos para

56 GALLO, Sílvio. Transversalidade e educação: pensando uma educação não disciplinar. In: ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite (Org.). O sentido da escola. 3. ed. Rio de Janeiro: DP& A, 2002. 150 p.

que estejam mais preparados para entender o mundo e viver em sociedade”. Todavia, esses depoimentos comprovam pouca clareza a respeito do valor da escolarização e quanto a sua participação como cidadão na sociedade, sendo esses jovens e adultos excluídos socialmente há muito tempo dos bancos escolares e que trazem consigo marcas profundas dos processos passados e reflexos de uma sociedade injusta e excludente, sendo que muitos deles já não acreditam em mais nada, nem na própria escola; a considerar suas falas, que apesar de dizerem que a escola é muito importante e que oferece condições de um futuro melhor, na prática, isso não se concretiza, ao examinar os altos índices de evasão escolar (Freire, 1982).

A função da escola mais descrita foi a de transmitir conhecimentos, contudo, quantos e como? Sobre esse assunto Azanha (1993) acredita que o trabalho educativo centrado em muitas atividades extraclasse e o aumento de informações envolvendo assuntos relacionados a outras áreas, em detrimento de questões específicas da escola, e do currículo como determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, contribuem para a desvalorização e descaracterização da escola. Essa concepção traz a possibilidade da escola recuperar sua força de atuação junto a sociedade, ao 15 provar que é capaz de transmitir conhecimentos por meio do domínio do ensino de conteúdo.⁵⁷

Outro elemento a ser considerado, quando se busca a melhoria do ensino, é o entendimento que a tarefa educativa se constituiria muito maior, denominado de “ideal pedagógico” pelo autor; sendo que a busca deste, implica no trabalho centrado na perspectiva da formação de: “homens críticos, livres e criativos até mesmo a partir de condições sociais, políticas e econômicas adversas” (Azanha, 1993, p. 43).

Em síntese, fica clara a ideia de que não é possível ensinar diretamente alguém a ser crítico, mas a atitude crítica pode ser desenvolvida à medida que o aluno se instrui, adquirindo uma cultura geral sólida, o que reforça a afirmação sobre a função da escola e a sua força de atuação. Isso posto, a aquisição da cultura geral virá por acréscimo, assim também como o conhecimento centrado no processo ensino aprendizagem, responsável pela adequada intervenção pedagógica, que por sua vez trará a valorização do trabalho docente (Oliveira, 1997).

57 GALVÃO, Ana Maria de Oliveira, SOARES, Leôncio José Gomes. A alfabetização de jovens e adultos. In: ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; LEAL, Telma Ferraz. (Org.) A alfabetização de jovens adultos em uma perspectiva de letramento. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, 164 p.

Está claro que no cenário educacional, o aluno aparece como elo mais fraco dessa engrenagem, ficando à deriva, sendo sua vida levada para lá e para cá, a mercê da massificação imputada a ele pelo poder dominante.

Nesse sentido, Freire (1982), defende a ideia de que é preciso superar o condicionamento do pensar falso sobre si e sobre o mundo. Isso implica na revisão profunda nos modos de conceber o mundo e nas manifestações dos jovens e adultos para tomarem nas mãos o próprio destino. Seguindo este raciocínio, o professor tem muito a contribuir, sendo ele peça fundamental seguido depois da família ou do próprio aluno, capazes de fazer frente aos problemas voltados à aprendizagem e à transformação da visão de mundo em sentido mais amplo.

Essas iniciativas de mudanças são marcadas graças à comunicação com seus colegas, professores e funcionários da escola, e com os familiares, implicando na reflexão sobre o futuro, na observação de outros modelos sociais, sintetizando assim os princípios da conscientização e emancipação.⁵⁸

De acordo com Souza (2011) A evasão escolar no Brasil é uma decorrência antiga que se faz presente até os dias atuais. Embora ocorra até o momento no ensino fundamental e médio, o que chama atenção é o alto índice de evasão no segmento da EJA, haja vista que é uma modalidade que busca trazer de volta à escola aqueles que não obtiveram oportunidade na idade correta.

Meksenas (1992) acredita que a evasão escolar na modalidade da EJA acontece devido a necessidade destes educandos obrigados a trabalhar para sustento próprio e da família, exaustos da maratona diária e desmotivados pela baixa qualidade do ensino, muitos adolescentes desistem dos estudos sem completar o curso secundário. Conseqüentemente, acabam tendo dificuldade de concentração, falta de motivação por conta de aulas muito monótonas, fazendo assim com que se tenha uma necessidade do educando inovar.

Segundo Queiroz (2002) a evasão escolar não é uma problemática exclusiva apenas do setor colegial, mas uma problemática da sociedade em que esta vem desempenhando uma função considerável em debates e pesquisas no setor educativo brasileiro, bem como o aumento do analfabetismo

58 GATTI, Bernadete Angelina. *Grupo focal em ciências sociais e humanas*. Brasília: Liber Livros. 2005. 77 p.

e da falta de reconhecimento aos profissionais da educação, manifestada em um baixo salário e nas condições baixas de trabalho. Desse modo, profissionais da área educacional têm se atentado e alertado de uma maior maneira aos educandos que se matriculam na escola, porém não permanecem na instituição.

Conforme Meneses (2010), a evasão escolar é uma problemática que vem ocorrendo ao longo de muitos anos, sendo associada a uma política forçada pela alta sociedade nas quais ações contínuas do Governo pesam na alteração do sistema educacional.

Outra razão associada ao desinteresse destes jovens educandos da modalidade do Ensino Médio seriam as reprovações contínuas, que tem um papel considerável na decisão na escolha dos mesmos a pausarem ou não os estudos, visto que a reprovação é conseqüentemente seguida pelo abandono escolar (Lopez; Menezes, 2002, p. 26).

Nunes (2011) acredita que a família tem um papel fundamental na educação, porém que as causas dessa desistência escolar envolvem problemáticas mais delicadas, mostrando que a desestruturação familiar afeta, porém, não é somente está a causa da desistência de seus estudos.

Ferreira (2013) destaca que a realidade difícil em que o educando vivendo seu dia a dia expõe fracasso das relações sociais, fazendo, assim, constatar ser necessário refletir a respeito da conexão entre a evasão escolar e a desigualdade social.

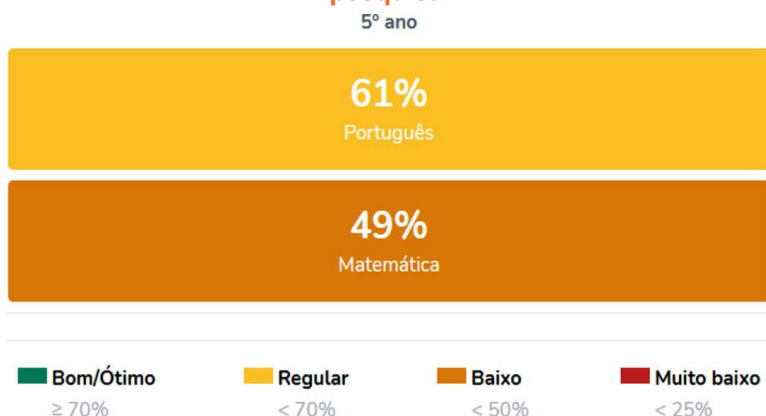
A evasão escolar é, na realidade, fruto de um sistema excludente que afeta, principalmente, os adolescentes e jovens, os quais não têm acesso nem à educação, nem ao trabalho, alcançando níveis crônicos de expressões, assumindo proporções imensuráveis do ponto de vista dos prejuízos civilizatórios (Silva *et al.*, 2019).

METODOLOGIA

Projeto de Pesquisa

O presente projeto deu-se na escola Estadual Professor Raimundo da Silva Melo, a instituição de ensino fica localizada na rua Jose Bustamente, S/N Centro CEP: 69140-000 Nhamundá-AM/Brasil, a Instituição fica localizada em zona urbana da Cidade de Manaus, possui as etapas de ensino: Ensino Fundamental, Anos Finais e Ensino Médio. A Escola obteve o seguinte rendimento no SAEB na última avaliação externa.

Figura 1 - Rendimento do SAEB da escola foco desta pesquisa.



Fonte: SAEB 2019, INEP

Tipo de Pesquisa

A pesquisa realizada caracteriza-se como exploratório-descritiva, visto que “descreve o comportamento dos fenômenos” (Collis; Hussey, 2005), estabelece relações entre as variáveis (Gil, 2002) e possibilita ao investigador maximizar seu conhecimento acerca de determinado fenômeno ou problemática (Trivinos, 1990).

Pesquisa Exploratória

Esse tipo de pesquisa visa explorar o fenômeno ainda pouco explorado. Normalmente esse tipo de pesquisa busca elencar hipóteses sobre o tema ou fenômeno estudado para que outras pesquisas as testem e validem.

De acordo com Gil (2017), as pesquisas exploratórias tendem a ser mais flexíveis em seu planejamento, pois pretendem observar e compreender os mais variados aspectos relativos ao fenômeno estudado pelo pesquisador.

Ainda segundo Gil (2017), as pesquisas exploratórias mais comuns são os levantamentos bibliográficos, porém, em algum momento, a maioria das pesquisas científicas passam por uma etapa exploratória, visto que o pesquisador busca familiarizar-se com o fenômeno que pretende estudar.

A característica mais importante dessa pesquisa é a necessidade de se conhecer um fato ou fenômeno ainda pouco conhecido na ciência. Isso se aplica, também, à aplicação de conhecimentos entre áreas de estudo (por exemplo, utilizar a lente teórica de uma área do conhecimento para observar um fenômeno em outra área).

As pesquisas exploratórias confiam muito na experiência e vivência do sujeito em relação ao fenômeno estudado. Por serem de natureza majoritariamente qualitativa, tais pesquisas podem utilizar-se de entrevistas, grupos focais e observação para coletar os dados.

Pesquisa Descritiva

Esse tipo de pesquisa visa descrever características de uma população, amostra, contexto ou fenômeno. Normalmente são usadas para estabelecer relações entre construtos ou variáveis nas pesquisas quantitativas. Segundo Gil (2017) pesquisas que buscam levantar a opinião, atitudes e crenças de uma população.

Essas pesquisas, normalmente de caráter quantitativo, buscam a identificação e descrição de características de grupos de pessoas ou de fenômenos. Quando feitas de forma qualitativa, tendem a utilizar mapas, modelos ou quadros descritivos para categorizar características.

De modo geral, essas pesquisas buscam aprofundar fenômenos já explorados nas pesquisas exploratórias, buscando características e modelos que melhor os descrevam.

Como elas podem ser qualitativas ou quantitativas, você deve escolher métodos de coleta e análise que melhor se adequem à abordagem.

Nas pesquisas quantitativas, você pode fazer pesquisas de levantamento e usar análises estatísticas descritivas.

Nas pesquisas qualitativas, utiliza-se entrevistas, grupos focais ou observações, sendo que suas análises tenderão ao desenvolvimento de modelos e quadros descritivos das características do grupo de participantes ou do fenômeno.

Enfoque

O enfoque, trata-se de uma abordagem, qualitativa e quantitativa, adotando como procedimento técnico pesquisa documental e levantamento operacionalizado através de análises. Deste modo, através da classificação das fontes possibilita a realização de um julgamento qualitativo complementado por “estudo estatístico comparado” (Fonseca, 1986).

Quantitativa

- É um tipo de pesquisa centrada na objetividade;
- Possui um método de coleta estruturado e que deve ser especificado em todos os detalhes antes do estudo ter início;
- As estratégias utilizadas para coleta de dados incluem: questionários impressos ou online, entrevistas digitais, telefônicas ou presenciais, entre outros;
- Possui uma medição padronizada, numérica, cujos resultados são analisados ao fim do estudo;
- A amostragem selecionada é grande, pois tem como objetivo extrapolar os resultados para o universo que a amostra representa com a menor margem de erro possível.

Qualitativa

- Os tipos de dados coletados nesse modelo de pesquisa são narrativos, sem utilizar um sistema numérico;
- O tipo de abordagem é subjetivo;
- Diferentemente da pesquisa quantitativa, a amostragem é selecionada, com poucos participantes. O objetivo é conseguir um entendimento mais profundo do tema proposto;
- Já os métodos de pesquisa são flexíveis e as estratégias utilizadas para coletar os dados pode incluir: observações, entrevistas individuais e grupos focais;
- A análise dos dados para chegar a uma conclusão se baseia em observações e comentários;

Dados quantitativos podem ajudar a enxergar o panorama geral. Dados qualitativos incluem detalhes e podem também proporcionar uma perspectiva mais humana aos resultados da pesquisa.

Os métodos deste enfoque de pesquisa podem ser:

- **Formulação de hipóteses:** o estudo qualitativo ajuda você a coletar informações detalhadas sobre um tópico. Você pode usar essas informações para iniciar sua pesquisa descobrindo os problemas e as oportunidades que as pessoas têm em mente. Essas ideias podem se tornar hipóteses que poderão ser comprovadas por meio de uma pesquisa quantitativa.
- **Validação das hipóteses:** com o estudo quantitativo, você obterá números aos quais poderá aplicar uma análise estatística para validar suas hipóteses. Aquele problema era real ou apenas a percepção de uma pessoa? As informações concretas obtidas permitem que você tome decisões com base em observações objetivas.
- **Descoberta de respostas gerais:** as pesquisas quantitativas costumam ter mais respostas do que as pesquisas qualitativas, pois é mais fácil conduzir uma pesquisa com perguntas de múltipla escolha do que uma série de entrevistas ou grupos de discussão.

- **Incorporação do elemento humano:** a pesquisa qualitativa também pode ajudar nas etapas finais do seu projeto. As respostas obtidas com perguntas abertas podem trazer uma perspectiva humana às tendências e aos números objetivos encontrados nos resultados.

Esses dois métodos de pesquisa não entram em conflito um com o outro. Na verdade, eles funcionam muito melhor se usados em conjunto. Mas como juntar essas duas abordagens de pesquisa? Quase sempre, a pesquisa qualitativa é o ponto de partida para descobrir novos problemas e oportunidades. Os dados quantitativos fornecerão medições para confirmar os problemas e as oportunidades e entendê-los.

Há diferentes métodos que podem ser usados para realizar uma pesquisa qualitativa e quantitativa, que resultará em informações detalhadas sobre o tema de interesse.

- **Entrevistas.** Conversas individuais que se aprofundam no tema em questão.
- **Estudos de caso.** Histórias de clientes coletadas em entrevistas aprofundadas.
- **Opiniões de especialistas.** Informações de alta qualidade de fontes bem-informadas.
- **Grupos de discussão.** Conversas online ou presenciais com pequenos grupos para ouvir os pontos de vista das pessoas sobre um produto ou tema.
- **Perguntas abertas de pesquisa.** Uma caixa de texto em uma pesquisa que permite que o respondente expresse sua opinião sobre o assunto em questão de maneira livre.
- **Pesquisa empírica.** Observação das pessoas nas suas rotinas habituais para entender como elas interagem com um produto, por exemplo.

População e Amostra

A Escola Estadual Professor Raimundo da Silva Melo, possui um universo de 120 alunos na modalidade EJA, turno noturno. E 05 educadores a pesquisadora escolheu para sua coleta de dados 20 alunos regularmente matriculados nas etapas de 5ª a 8ª do nível do ensino fundamental e nas etapas de 9ª a 11ª ano do ensino médio, 03 professores que trabalham diretamente com essas turmas.

Técnicas e Instrumentos de Coletas de Dados

Todo trabalho de pesquisa científica precisa se respaldar perante a confiabilidade que o mesmo levará àqueles que por ventura poderão ter contato com este para isso se faz necessário que exista precisão em todas as etapas desenvolvidas, assim este fará uso dos instrumentos e técnicas abaixo destacadas:

1. Pesquisa bibliográfica;
2. Observação direta e indireta.
3. Aplicação de questionários com perguntas abertas aos professores;
4. Aplicação de questionários com perguntas de múltiplas escolhas aos alunos;

Será aplicado aos alunos e professores através do questionário elaborado de forma criteriosa, seja através de perguntas de múltiplas escolhas ou de perguntas abertas que possam contribuir para a obtenção de informações que corroborem para futura análise. É louvável salientar a importância de se usar este instrumento, pois para Prodanov (2013, p. 108) “O questionário deve ser objetivo, limitado em extensão e estar acompanhado de instruções que expliquem a natureza da pesquisa e ressaltem a importância e a necessidade das respostas, a fim de motivar o informante”.

Para aplicação dos questionários aos discentes será utilizado o ambiente escolar, haja vista que é o local mais propício para encontrar os

pesquisados, sendo disponibilizado o tempo de uma hora para que os mesmos possam analisar e responder aos questionamentos durante o período de um mês, sendo observado todos os procedimentos de segurança da secretaria de saúde, pois devido ao período pandêmico a escola atende sua clientela em grupos distintos e em dias alternados como forma de proteção e prevenção ao covid-19.

Procedimentos de Aplicação de Instrumentos

A aplicação do Instrumento dar-se-á na sala A com 20 alunos da referida escola e com 05 educadores que participaram desta coleta de dados todos da escola foco desta pesquisa.

Gil (1999, p. 117) conceitua a *entrevista* como “uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”.

Para Marconi e Lakatos (2003, p. 198) e Gil (1999, p. 118-119) as vantagens e limitações da entrevista baseiam-se em:

- a. Vantagens – não exige que a pessoa entrevistada saiba ler e escrever; oferece flexibilidade, pois o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas e adaptar-se mais facilmente às pessoas e às circunstâncias em que se desenvolve a entrevista; possibilita captar a expressão corporal do entrevistado, bem como a tonalidade de voz e ênfase nas respostas; há possibilidades de conseguir informações mais precisas, podendo ser comprovadas, de imediato, as discordâncias; possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social, como também a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano; os dados obtidos são suscetíveis de classificação e de quantificação.
- b. Limitações – os custos com o treinamento de pessoal e para aplicação das entrevistas; pequeno grau de controle referente a uma situação de coleta de dados; geralmente ocupa muito tempo; incompreensão do entrevistador sobre o significado das perguntas;

a falta de motivação do entrevistado para responder as perguntas; inadequada compreensão do entrevistado do significado das perguntas; inabilidade ou mesmo incapacidade do entrevistado para responder adequadamente; disposição do entrevistado em fornecer as informações necessárias; influência exercida, consciente ou inconscientemente, pelo pesquisador, devido ao seu aspecto físico, suas atitudes, ideias, opiniões, etc.; fornecimento de repostas falsas ou retenção de dados importantes receando que a identidade do entrevistado seja revelada.

Duarte (2002), em seu estudo acerca de algumas dificuldades encontradas pelos pesquisadores no trabalho de campo em pesquisas qualitativas, apresenta também os tópicos referentes à entrevista:

- A necessidade de estipular critérios para a delimitação dos sujeitos da pesquisa;
- A definição do número de entrevistados;
- A falta de familiaridade do entrevistador com o instrumento de pesquisa;
- Ter o cuidado de não induzir, na pergunta, a resposta do entrevistado;
- A explicação demasiada da pergunta pode acabar dizendo o que se espera na resposta;
- Dificuldade de se obter respostas condizentes com os objetivos da pergunta;
- Ocorre o risco de a pesquisa perder o foco central, voltando-se para divagações, reclamações e/ou troca de experiências entre o entrevistado e o pesquisador;
- O volume do material coletado, dificultando o processo de análise (Septiembre, de 2012).

ANÁLISE DE RESULTADOS

Organização dos Resultados

Os resultados apresentados serão organizados por subtítulos que correspondam aos objetivos específicos definidos. A análise dos objetivos específicos descreverá os resultados que se pretender alcançar a partir da pesquisa. Por isso, serão sempre descritos no plural. Eles são o “como” da pesquisa e o detalhamento do objetivo geral.

Assim, será relacionado o objeto estudado com suas particularidades e identificar mais propriamente quais são os resultados desejados.

História da Alfabetização da Educação Jovens e Adultos no Brasil

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) se faz notável no Brasil desde a época de sua colonização com os Jesuítas que se dedicavam a alfabetizar (catequizar) tanto crianças indígenas como índios adultos em uma intensa ação cultural e educacional, a fim de propagar a fé católica juntamente com o trabalho educativo. Entretanto, com a chegada da família real e conseqüente expulsão dos Jesuítas no século XVIII, a educação de adultos entra em falência, pois a responsabilidade pela educação acaba ficando às margens do império (Strelhow, 2010).

Tabela 1 - Rentabilidade da modalidade EJA

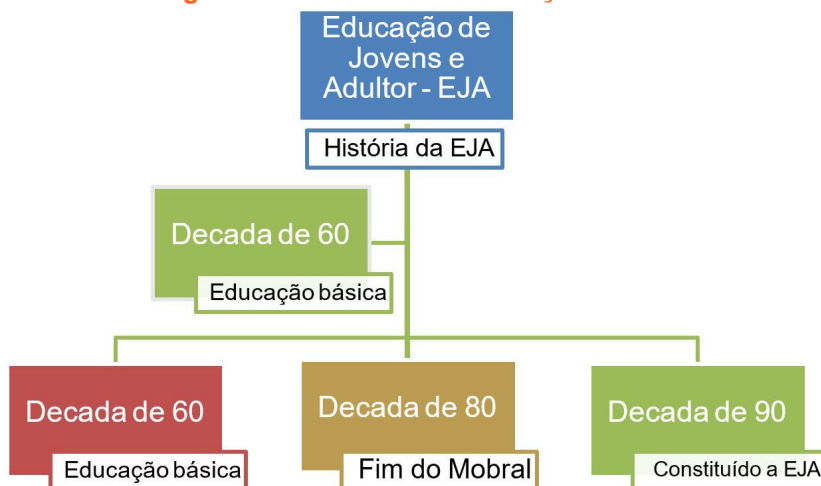


Fonte: A Pesquisadora (2021).

O programa é fundamental para que jovens e adultos possam retomar os estudos e, com isso, dar o primeiro passo na carreira. É que, ao conseguir o diploma do ensino médio, o aluno tem o pré-requisito para ingressar no ensino superior, podendo escolher a área que mais combina com seus sonhos profissionais.

Os alunos da Educação de Jovens e Adultos possuem expectativas em relação a sua aprendizagem. Mais do que o saber letrado, eles desejam autonomia, inclusão, socialização, bens culturais, ou seja, tudo que os tirem da situação marginal em que se encontram. A tabela acima exemplifica com clareza a rentabilidade da modalidade da EJA (Educação Jovens e Adultos) se for valorizado o ensino e suas propostas.

Figura 2 - História da constituição da EJA



Fonte: A pesquisadora (2021).

O programa foi criado por um Decreto nº 6093 de 24 de abril de 2007, e seu objetivo era a universalização da alfabetização de Jovens e Adultos, a partir dos 15 anos ou mais e foi realmente uma conquista porque ele passou a financiar a Educação de Jovens e Adultos que a vinha sendo sempre precária, por parte do governo.

Em 1947, houve um bom movimento, que nos auxiliou muito o desenvolver de um processo para o ensino de Jovens e Adultos no Brasil, foi o Serviço de Educação de Adultos, o SEA, que por campo de atuação deveria se preocupar com a educação do adulto e com ele criar um Curso Primário para adultos, com profissionais capacitados. “(...) e lançamento fez que houvesse o desejo de atender apelos da Unesco em favor da educação popular. (...)” (Paiva, 1987, p.178).

Até aquela data não se preocupavam com o sujeito, com o indivíduo e nem entender o processo de inclusão na aprendizagem profissional. O analfabeto era tido como um peso ao país, pois não podia contribuir para o desenvolvimento, mas o contínuo crescimento do contingente dos analfabetos, acabaram por gerar interesse político, daí da Campanha da Educação de Adolescentes e Adultos ter uma proposta educacional voltada para a vida, trabalho e profissionalização.

Como se sabe a falta de alfabetização e o próprio analfabeto era visto com preconceito e naquele momento até os organizadores da campanha o viam preconceituosamente. Paiva (2001, p.184):

“(...) a ideia central (...) é a de o adulto analfabeto é um ser marginal que não pode estar à corrente da vida nacional” “E associam-se a crença de que o adulto analfabeto é incapaz ou menos capaz que o indivíduo Alfabetizado. (...)”.

A partir da década de 60, muitas outras campanhas começaram a surgir com visões diferentes daquelas anteriores, agora a proposta era uma educação igualitária e para todos. Apresentam-se programas para erradicar o analfabetismo no país, e com essas melhorias conseguir a imagem ideal para o país, como também em políticas para melhorar as condições de vida ao povo brasileiro, e um pouco mais reflexivo de em relação ao que se vinha sendo para trabalhado. “(...) antes apontado como causa da pobreza e da marginalização, o analfabetismo passou a ser interpretado como efeito da pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária(...)” (Cunha, 1999, p. 12).

Foi no período militar, em 1967 que nasceu o Mobral - Movimento Brasileiro de Alfabetização “(...) fruto do trabalho e realizado por grupo interministerial que buscou uma alternativa ao trabalho da cruzada ABC(...)” (Haddad, 2000, p. 114), porém muitas partes do projeto foram substituídas por interesses do governo militar.

O que buscava no regime militar era concentrar sim, mas sem preparar a mão de obra, que no processo de aprendizagem, deviam apenas buscar uma complementação pedagógica, uma prática de aprendizagem preparando o aluno para apenas ler e escrever.

Em 1971, surge o Supletivo procurando complementar a escolarização e o analfabetismo, colocando em sala aqueles que ainda não tinham conseguido terminar seus estudos no tempo regular na idade certa. O Supletivo foi instituído pela Lei 5.692/7, pensava-se apenas em uma escolarização tardia e atividades educativas da maneira mais flexível para o indivíduo, suprindo suas deficiências.

Na década de 80, com o fim da ditadura militar e maior Liberdade da sociedade, houve então uma abertura para que pudesse surgir novas

contribuições para as questões educacionais. A EJA passa por uma nova configuração e busca novas técnicas e metodologias para trabalhar.

Na estrutura da Constituição de 1988, chamada de cidadã, surgiu o tema educação, com interesse social e a partir daí se estabeleceu que a Educação Básica fosse oferecida também através da EJA. A Constituição Federal (Ribeiro, 2001) estabeleceu também a educação presencial e não apenas a de forma não presencial, mas sem muita preocupação com a qualidade de ensino, “(...) nenhum jeito institucional foi mais importante para a Educação de Jovens e Adultos, nesse período que a conquista do Direito Universal ao Ensino Fundamental Público e gratuito, independentemente da idade, consagrado no artigo 208 da Constituição de 1988(...)” (Haddad, 2000, p.120).

A Educação de Jovens e Adultos teve outra grande conquista quando, foi incluída no fundo do Desenvolvimento da Educação Básica o FUNDEB, que havia substituído o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério o FUNDEF, pois ele ajudou muito nas questões básicas, como reservar recursos para Educação de Jovens e Adultos, mesmo que eles ainda sejam menores que as outras modalidades. O que torna esta modalidade de ensino tão rentável.

Legislação e a Temática da Evasão Escolar

Percebeu-se que dois fatores contribuem para a evasão de jovens e adultos nas escolas brasileiras: os socioculturais, agregados às relações familiares e econômicas e o método de ensino aplicado nas salas de aula que não condiz com o perfil de estudantes dessa modalidade. O que se trabalhou com ênfase nos referenciais teóricos pois: O público da EJA é formado por trabalhadores que buscam na escola a esperança de melhores condições de vida. Eles vão para a escola repletos de saberes, porém, às vezes, a escola desconsidera o saber do estudante em relação à vivência de mundo e quer apenas aplicar conhecimentos que não condiz com a sua realidade, partindo do pressuposto da alfabetização. Segundo Arroyo (2005), a EJA não veio apenas para suprir as necessidades e carências do indivíduo. Ela é um direito que trazem trajetórias escolares específicas e histórias de vida

ímpares. “Teimar em reduzir direitos a favores, à assistência, à suplência, ou a ações emergenciais é ignorar os avanços na construção social dos direitos, entre eles a educação de jovens e adultos” (Arroyo, 2005, p. 28).

Os atos de evadir-se do ambiente escolar para os estudantes da EJA constituem aspectos que formam um conjunto de motivos pelos quais a necessidade e interesse deste público em estar na escola não configuram suas reais necessidades.

Portanto, é importante considerar quaisquer barreiras que sugiram que o aluno da EJA possa evadir-se, levando em consideração o interesse desta disciplina pela educação formal. Campos (2003), citando Fonseca (2002, p. 5), observa que os motivos do abandono escolar podem ser ilustrados quando jovens e adultos deixam a escola para trabalhar; quando as condições de acesso e segurança são precárias; as horas de trabalho são incompatíveis com as responsabilidades que tiveram de assumir; evasão por vagas, falta de professores, falta de material didático; e também abandonam a escola porque sentem que a educação que estão recebendo não faz sentido para eles. Conforme mostrado no organograma abaixo.

Figura 3 - Causas da evasão.



Fonte: A Pesquisadora (2021)

Os horários que se chocam entre a necessidade de trabalhar e estudar configura um momento de escolha das prioridades. A própria LDB 9.394/96, assegura que esta modalidade possibilita condições de acesso à educação e traz a caracterização da modalidade de ensino, da segurança em oferta gratuita de matrícula, também dentro desta modalidade.

Neste sentido, a escolha pela educação é que faz a diferença entre aqueles que desejam concluir o grau de escolarização e o que compreende a escola com um modelo de subsistência secundária. Outra questão que pode ser analisada é a figura do professor, seu papel e formação adequada para ensinar nesta modalidade. Muitas vezes, os estudantes evadem porque a metodologia não corresponde a seus interesses reais e a sua faixa etária, deixando a desejar quanto à real necessidade daquilo que o estudante da EJA necessita aprender.

Santos (2008) afirma que é importante pensar o trabalho pedagógico da EJA de forma que o educando participe do desenvolvimento da sociedade. É necessária uma prática emancipadora que seja construída a partir da realidade dos sujeitos e de seus interesses numa perspectiva construtiva do saber. De acordo com Freire (1987, p. 22):

A práxis é reflexão e ação dos humanos sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor oprimido. Desta forma, esta superação exige a inserção crítica dos oprimidos na sociedade opressora, com que a objetivando, simultaneamente, atuam sobre ela.

Fatores Sociais e Culturais e a Evasão

Segundo os estudos de Rittberg (2013), diversos fatores são decisivos para o abandono escolar na EJA, tais como: distância da escola; o cansaço do aluno que trabalha o dia todo; a inadequação da sala de aula para adolescentes e adultos / idosos que, muitas vezes, não possuem iluminação adequada.

O maior índice de evasão escolar precoce está relacionado à necessidade dos jovens de trabalharem para a renda familiar, fazendo com que aumentem a cada vez mais o número de adolescentes que deixam a sala de aula todos os dias (Silva, 2011). É importante lembrar que essa evasão

ocorre em todos os níveis de ensino, incluindo ensino fundamental, médio, ensino superior, o que a modalidade de formação EJA não exclui desses índices. A questão do abandono escolar precoce na educação de jovens e adultos - EJA - suscita algumas contradições entre os autores, uma vez que cada um vê o abandono escolar sob diferentes ângulos, de diferentes formas e por diferentes motivos, como apontam Amaral e Costa (2005).

Figura 4 - Evasão e os fatores sociais e econômicos.



Fonte: A pesquisadora (2021)

São várias as causas da evasão na EJA, o fato de não ter uma sala bem iluminada junto com o cansaço do trabalho não é viável, muitos são os fatores sociais, políticos, culturais e educacionais. Ressaltam que dentre as ofertas educacionais, pode-se destacar a falta de uma oferta educacional na qual os sujeitos estejam integrados, uma vez que não estão separados no mundo e no adulto por portarem um conhecimento adquirido na prática social no um para cada Disciplina proposta. o conteúdo deve ser localizado.

Normalmente quando os adultos voltam para a escola sentem-se um pouco retraídos, se veem como uma pessoa idosa que não teve oportuni-

des, por isso cabe ao professor incentivá-los para que possam participar de todas as atividades propostas e do sentir confortável em seu grupo de estudo (Amaral; Costa, 2005). Esses podem ser alguns dos motivos de evasão social que acompanham os alunos da EJA e impedem que essas pessoas concluam o ensino fundamental, essencial para que essa pessoa tenha voz ativa na sociedade e tenha uma vida social com qualidade.

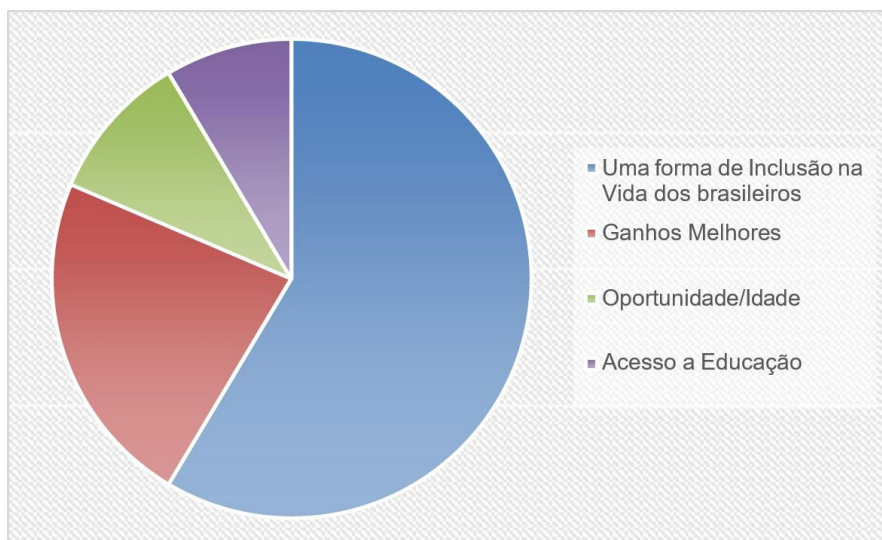
Avaliação dos Resultados

Os resultados se organizou de acordo com objetivos específicos, haverá coerência na apresentação dos mesmos.

Resultados das Análises da Construção Política da EJA

Se perguntou aos educadores da escola foco da pesquisa sobre qual importância que eles atribuem a modalidade da EJA em seu contexto histórico na alfabetização? Os resultados que se obteve está explícito no gráfico.

Gráfico 1 - Resultados das análises da construção política.



Fonte: A pesquisadora (2021)

Ficou comprovado que os professores veem a modalidade da EJA como uma oportunidade e agregação de valores educacionais, pois o aluno pode ser inserido em idade avançada, se qualificar e obter maiores oportunidades trabalhistas e o mais importante o acesso à educação Integral.

No que concerne, ao aprendizado e permanência desses jovens na escola, propõe-se que o poder público estimule o seu acesso e continuidade através de ações integradas e complementares (Brasil, 1996). Contudo, na Declaração de Hamburgo, da qual o Brasil também é signatário, encontramos uma definição que concebe a Educação de Jovens e adultos como um processo de aprendizagem ao longo de toda a vida, que é caracterizado como:

[...] todo processo de aprendizagem, formal ou informal, em que pessoas consideradas adultas pela sociedade desenvolvem suas capacidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, ou as redirecionam, para atender suas necessidades e as de sua sociedade. (Art. 3º da Declaração de Hamburgo in CONFINTEA VI, 2010, p 6).

Por isso, o professor necessita estar preparado para interagir e ensinar situações de ensino aprendizagem centradas no diálogo e adequadas às necessidades desses alunos. O que se leva a afirmar que é necessário que os docentes tenham uma formação sólida, no caso de professores alfabetizadores, que tenham conhecimentos e saberes subjacentes à linguagem escrita, que perspectivem a alfabetização/letramento bem sucedida dos alfabetizados jovens e adultos.

Identificação da Legislação e Temática da Evasão Escolar da EJA

A EJA na LDB 9.394/96

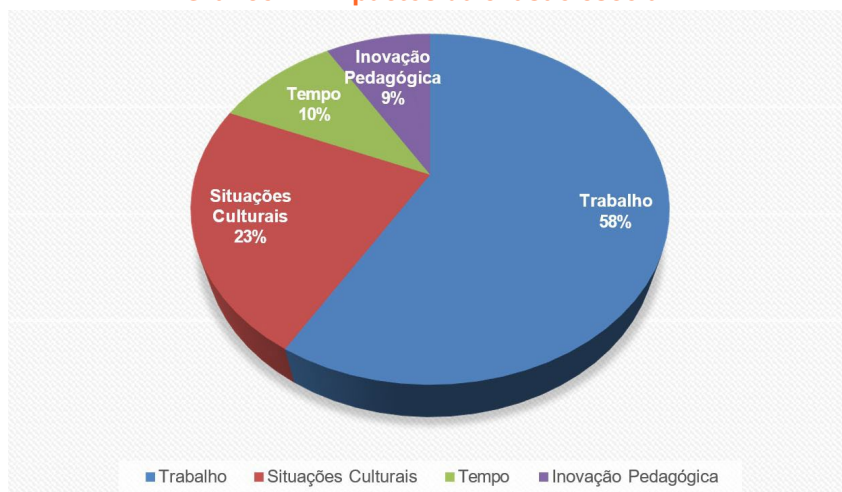
Diz o artigo 37: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Essa definição da EJA, esclarece o potencial de educação inclusiva e compensatória que essa modalidade de ensino possui. A

Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da Educação Básica com identidade própria, pautada nos fundamentos conceituais representados pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade, e pelas funções reparadora, equalizadora e qualificadora, que visam a garantir uma educação igualitária.

Na organização do trabalho pedagógico da EJA devem-se considerar três eixos articuladores, os quais foram definidos a partir de uma concepção de currículo, como processo de seleção, análise da cultura e do perfil dos alunos da EJA. São eles: cultura, trabalho e tempo.

Se perguntou dos professores da referida escola sobre os impactos dessa legislação e o processo da evasão? As respostas foram graficadas:

Gráfico 2 - Impactos da evasão escolar.



Fonte: A pesquisadora (2021)

Ficou comprovado que as políticas desenvolvidas para minimizar a evasão escolar são plausíveis, mais quando se faz uma análise dos dados que se apresentam, constata-se que o número maior de evasão é por motivo de se trabalhar e chegar muito cansado para o estudo em sala, bem como as situações culturais tais como: Convívio social, vandalismo pelo estudo a noite. A falta de inovação tecnológica na modalidade de ensino, e a falta de tempo para se adaptar aos horários de aula.

Neste contexto, as propostas metodológicas da EJA devem ser caracterizadas, analisando e percebendo que os jovens e adultos têm uma realidade cultural e um nível de subjetividade diferente das crianças, sendo necessária, então, a adequação das metodologias empregadas nessa modalidade de ensino. Isso seria o essencial. É um esforço grande, mesmo porque estes estudantes ainda são considerados pela sociedade um grupo atípico, com direitos legais, mas que são caracterizados como grupo de risco, no sentido de compreender que estes discentes ainda estão vivendo realidades que possam levar à evasão. Este pensamento remete ao que Arroyo (2006, p. 23) coloca:

[...] os jovens e adultos continuam vistos na ótica das carências escolares: não tiveram acesso, na infância e na adolescência, ao ensino fundamental, ou dele foram excluídos ou dele se evadiram; logo propiciemos uma segunda oportunidade.

É importante destacar ainda que as discussões sobre as especificidades da EJA na atualidade configuram aquilo já intencionado nas novas legislações: fazer com que esta modalidade de ensino seja considerada na formação do ensino fundamental e médio, sem perspectiva de maximizar a condição do sujeito que não foi escolarizado no tempo determinado para esse processo, tampouco conferir um direito que subestima a capacidade de um público com condições de aferir seus próprios direitos.

Resultados dos Fatores que Influenciam na Evasão

O educador da EJA enfrenta vários desafios diariamente. Um deles é lidar com a falta de estímulo do aluno e a evasão. O que ocorre é que o pouco comprometimento dos educandos em sala de aula acaba também desmotivando os professores.

Uma das principais funções do professor na EJA é de mediar o conhecimento. Sabe-se que metodologias tradicionais como memorização e repetição não garantem uma aprendizagem significativa, deste modo o docente tem que ter certas habilidades na prática pedagógica, além de saber lidar com jovens/adultos, saber entender suas experiências e histórias de vida é de suma importância que o educador use metodologias criativas que

Dificuldade de associar o trabalho e os estudos é uma das alegações mais ditas pelos estudantes da EJA. Muitos trabalham durante o dia e como se ver no perfil do aluno desta modalidade, a maioria possui empregos relacionados a trabalhos braçais. Estando então cansado depois de um dia inteiro de trabalho é difícil superar o esgotamento físico com a necessidade de aprender. O trabalho se torna então um empecilho para prosseguir com os estudos, mas é justamente essa a justificativa de muitos educandos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral do presente trabalho foi desvelar as causas que levam ao aumento da taxa de evasão escolar na educação de jovens e adultos na Escola Estadual Professor Raimundo da Silva Melo no município de Nhamundá-AM / Brasil, as razões de várias evasões Conforme demonstrado neste estudo, embora já exista um grupo de pensadores citando alguns desses motivos, este estudo tem reforçado alguns deles, principalmente pela falta de inovações didáticas diferentes daquelas para alunos das modalidades regulares se tornaram.

Foi demonstrado que esses alunos precisam ter acesso ao conhecimento para que o conteúdo ensinado faça parte de suas vidas, faça parte de suas experiências e os ultrapasse. Atualmente quando se fala em EJA logo vem em mente sua principal problemática: a evasão. As escolas sofrem com números cada vez mais reduzidos de alunos assíduos. Esta é uma realidade encontrada na escola foco desta pesquisa, mas também é retrato de muitas escolas do Brasil.

Torna-se relevante criar um plano de ação para que essas evasões se amenizem. Torna-se plausível conhecer alunos que diante de muitas dificuldades permanecem lutando pelos seus estudos, alguns até chegaram à universidade, demonstrando assim que isto não é um sonho impossível.

Esta mentalidade só será vencida quando as políticas públicas forem criadas para apoiar os alunos e professores num ensino e aprendizagem de qualidade.

Para que os alunos aprendam com eficácia, é importante que eles participem e se envolvam nesse processo, pois a educação é uma atividade que depende da capacidade do indivíduo em promover sua saúde e bem-estar.

Esta é uma necessidade intrínseca do homem; Como resultado, ele se sente capaz de tomar decisões e ser aceito em uma sociedade educada à qual todos gostariam de pertencer. Em conclusão, deve-se notar que, além de medidas para garantir que eles permaneçam na escola. , uma educação que facilita a vida em sociedade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a LDB, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, a BNCC e suas atualizações, procuram concretizar a escolarização como processo e trazem o arcabouço histórico e cultural na legalização do currículo e seus objetivos para a formação integral do sujeito.

Estes e outros importantes documentos legais que respaldam o ensino de jovens e adultos caracterizam alguns princípios educacionais e reafirmam a necessidade e obrigação dos estados de elaborarem referencial curricular próprio, capaz de orientar as ações educativas, de forma a adequá-lo aos ideais democráticos e a busca da melhoria da qualidade do ensino, fazendo com que estes estudantes sejam reintegrados na sociedade por meio da escolarização.

A EJA possui alguns princípios que devem ser considerados na perspectiva de mudanças que levam a combater a evasão nesta modalidade. As considerações feitas sobre a EJA são de fundamental importância para que sejam pensadas medidas de reestruturação de currículo, de formação pedagógica para os professores desta modalidade.

Assim, procura-se dentro desta realidade constituir um ensino eficaz, de políticas públicas mais efetivas que deem condições, não apenas de acesso, pela oferta de matrículas, mas de uma permanência concreta e simbólica, ou seja, condições para que estes estudantes permaneçam e concluam os estudos, tão importantes para a garantia de um futuro melhor.

Portanto, vale ressaltar que os professores precisam de um estudo aprofundado da EJA para conhecerem essa modalidade no que se refere a um público-alvo com características específicas e esses alunos enfrentam uma série de obstáculos, tais como: B. Carga horária exaustiva, o preconceito, a falta de autoestimulação que transformam esses alunos em pessoas que buscam na escola um ambiente que os torne cidadãos críticos e participativos, que construam seus próprios conhecimentos e possam ingressar no mercado de trabalho.

Recomendações

Recomenda-se que este estudo seja compartilhado com o MEC (Ministério de Educação e Cultura) a fim de se viabilizar maior rentabilidade ao ensino na modalidade da EJA (Educação Jovens e Adultos).

Tendo em vista o papel da Secretaria na implementação de políticas públicas que ampliem o acesso e garantam a qualidade da educação ofertada, recomenda-se:

- Garantir laboratório de informática; que viabilize maior rentabilidade ao ensino da EJA;
- Criar fóruns de EJA por regionais, possibilitando a troca de experiências e formação entre as equipes gestoras e docentes atuantes na modalidade de ensino;
- Estruturar formações para o corpo docente, tendo em vista a diversidade do público atendido pela EJA, principalmente os jovens.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Adriana de; COSO, Ângela Maria. **A Educação de Jovens e Adultos: Aspectos históricos e sociais**. XII Congresso Nacional de Educação (EDUCERE), PUC RN 26 a 29/10/2015.
- ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; LEAL, Telma Ferraz. **A alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva de letramento**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- ANDRADE, Eliane Ribeiro. **Os jovens da EJA e a EJA dos jovens**. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de; PAIVA, Jane (Org.). Educação de jovens e adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- ARROYO, M. G. **A Educação de Jovens e Adultos em tempos de exclusão**. In: Construção coletiva: contribuições a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: UNESCO, MEC, RAB, 2005.
- BELLO, José Luiz de Paiva. Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL. **História da Educação no Brasil**. Período do Regime militar. Pedagogia em foco, Vitória 1993, Disponível em < <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb10a.html>>. Acesso em: 18 de agosto de 2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições, 2004.
- BRASIL. **Lei nº 9394/96**: diretrizes e bases da educação nacional, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL, 1996. _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CEB nº 11/2000** – Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Relator: Carlos Roberto Jamil Cury.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto, 1994.
- BIELER, R. B. Entrevista com Rosangela Berman Biele, consultora do Banco Mundial. Revista Sentidos, p. 10-12, out./Nov. 2004. BRA-

SIL, **Resolução CNE/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000** Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

BRASIL. **Constituição: 1988**: Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 15/96 e Emendas constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.

BRASIL. **Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 ago. 1971.

BRASIL. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº. 11.494, de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. COLAVITTO, N.B e ARRUDA, A.L.M.M. Educação de Jovens e Adultos (eja): A Importância da Alfabetização. Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 – 2014.

BRASIL. **Proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental**. São Paulo/Brasília, 1997.

CARVALHO, Marlene. **Primeiras Letras: alfabetização de jovens e adultos em espaços populares**. São Paulo: Ática, 2009.

CONFERÊNCIA Internacional sobre a Educação de Adultos (V: 1997; Hamburgo, Alemanha): **Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos: agenda para o futuro**. Brasília: SESI/UNESCO, 1999, p. 67 (série SESI/UNESCO – Educação do Trabalhador, 1).

DIAS, F. V. *et al.* **Sujeitos de mudanças e mudanças de sujeitos**: as especificidades do público da educação de jovens e adultos. In: SOARES, L. (org.) *Aprendendo com a diferença: estudos e pesquisas em educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FERRARI, Shirley Costa e AMARAL, Suely. **O aluno de EJA: jovem ou adolescente?** Disponível em: http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/revista_shirleycostaferra.pdf. Acesso em: Dezembro de 2018.

FORTUNATO I. **Educação de jovens e adultos**. REU. Sorocaba: São Paulo, v. 36, n. 3, dez 2010. FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. 28. Ed. rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FARIAS, Maria Isabel de. Et al. **Didática e Docência: aprendendo a profissão**. Brasília: Liber livro, 2009.

FERREIRO, Emilia. **Com Todas as Letras**. São Paulo: Cortez, 2011. **Significados da Escrita no mundo atual**. Brasília, DF, 2001. **Revista criança do Professor de Educação Infantil**, n. 35, p. 3-9, dez. 2001, entrevista concedida a Ana Sanchez.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. FREITAS, Marinaide Lima de Queiroz. **A Educação de Jovens e Adultos em Maceió – Alagoas: a experiência de uma década – 1993 a 2003**. In: MOURA, Tania Maria de Melo. (Org.). **A formação de professores para a Educação de Jovens e Adultos: dilemas atuais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREITAS, Giuliano Martins de. **“A EJA e o preparo para o trabalho”**; **Brasil Escola**. Disponível em . Acesso em 16 de maio de 2018.

FRIEDRICH et.al. **Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil**: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. **Ensaio: avaliação das políticas públicas educacionais**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010.

GOMES, Alexsandro da Silva. **Desafios E Perspectivas Dos Alunos Na Educação De Jovens E Adultos Da Escola Municipal De Educação Básica Jurandir Liberino De Mesquita**. Revista Eventos Pedagógicos: Articulação universidade e escola nas ações do ensino de matemática e ciências v.6, n.2 (15. ed.), número regular, p. 32- 42, jun./jul. 2015.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; SOARES, Leôncio José Gomes. **História da Alfabetização de Adultos no Brasil**. In: ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; LEAL, Telma Ferraz. (Orgs.). Alfabetização de Jovens e Adultos em uma perspectiva do letramento. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; DI PIERRO, Maria Clara. **Preconceito contra o analfabeto**. São Paulo: Cortez, 2007.

LEAL, Telma Ferraz. **A aprendizagem dos princípios básicos do sistema alfabético: por que é importante sistematizar o ensino?** In: ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; LEAL, Telma Ferraz. (Orgs.). Alfabetização de Jovens e Adultos em uma perspectiva do letramento. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LEITE, Sérgio Antônio da Silva. **Afetividade e Letramento na Educação de Jovens e Adultos**. São Paulo: Cortez, 2013.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Elisa D. Afonso. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986, 99 p. (Temas Básicos de Educação e Ensino).

MEC. **Da Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 16 de agosto de 2019.

MOLL, Jaqueline. **Educação de Jovens e Adultos**. (org.) Sita Maria Lopes Sant'Anna...[et. al.]- Porto Alegre: mediação, 2004. 144 p. – (Série Projetos e Práticas Pedagógicas).

MOURA, Tania Maria de Melo. **A Prática Pedagógica dos Alfabetizadores de Jovens e Adultos**: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. Maceió: EDUFAL, 1999.

MORAIS, Artur Gomes de; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. **Alfabetização e Letramento: o que são? Como se relacionam? Como “alfabetizar letrando”?** . In: ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; LEAL, Telma Ferraz. (Orgs.). Alfabetização de Jovens e Adultos em uma perspectiva do letramento. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MORAES, Maria Cândida. **Por um Novo Paradigma Educacional a partir da Complexidade e da Transdisciplinaridade.** In: MORAES, Maria Cândida; NAVAS, Juan Miguel Bataloso (Org.). Complexidade e Transdisciplinaridade 36 em Educação: teoria e prática docente. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2009. P. 7-19.

MOSSORÓ HOJE. **Número de analfabetos no Rio Grande do Norte supera os 420 mil.** Disponível em: <http://mossorohoje.com.br/noticias/19095/numero-de-analfabetos-no-rio-grande-do-norte-supera-os-420-mil> Acesso em: 10 de agosto de 2018.

NÓVOA, Antônio. **Formação de professores e profissão docente.** In: . Os Professores e a sua formação. Lisboa: Nova Enciclopédia, publicações Dom Quixote, 1992. (Coleção Temas de Educação, 39).

OLIVEIRA, M. C. **Metamorfose na construção do alfabetizando pessoa.** Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, 1996.

OLIVEIRA, Romualdo Portela; ARAUJO, Gilda Cardoso de. **Qualidade do Ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 28, p. 5-23, jan./abr. 2005.

PORFÍRIO, Alexandre Guillarducci. **O reconhecimento do contexto sociocultural do aluno em meio ao ensino e à aprendizagem da matemática na educação de adolescentes jovens e adultos – Goiânia / Go.** Goiânia (GO): UFG, 2009. Disponível em: http://www.sistemasconsultoria.com.br/mecm/Diss_AlexandreGuillarducciPorfiri o.PDF. Acesso dia 11.11.2018.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento.** 5. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

STRELHOW, T. B. **Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil**. revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p. 49-59, jun.2010.

SOUZA, O. M. C. G de; ALBERTO, M. de F. P. **Trabalho precoce e processo de escolarização de crianças e adolescentes**. Psicologia em estudo. Maringá, V. 13, n.4. Outubro – dezembro, 2008.

STRECK, Danilo Romeu. **Entre emancipação e regulação**: (Des)encontros entre a educação popular e os movimentos sociais. 2009.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico cultural da educação**. Petrópolis: Vozes, 2010.

RICHARDSON, Robert Jarry *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, Fernanda Rodrigues; PORCARO, Rosa Cristina; SANTOS, Sandra Meira. **Revisitando estudos sobre a formação do educador de jovens de EJA: as contribuições do campo**. In:

SOARES, Leôncio. (Org.). **Educação de Jovens e Adultos: o que revelam as pesquisas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SOARES, Magda Becker. **As muitas facetas da alfabetização**. In _____. Alfabetização e Letramento. São Paulo: Contexto, 2003, p.13-25.

SOARES, Magda Becker. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2^a ed. Belo Horizonte: Autentica, 2003. TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

VIEIRA, M.C. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos – Volume I**: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

VÓVIO, Cláudia Lemos. **Alfabetização de pessoas jovens e adultas: outras miradas, novos focos de atenção**. In: SAMPAIO, Marisa Narcizo; ALMEIDA, Rosilene Souza. (Orgs.). Práticas de Educação de Jovens e Adultos: complexidades, desafios e propostas. Belo

Horizonte: Autêntica, 2009. VYGOTSKY, Lev S. A Formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Tradução por José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto e Solange Castro Afeche. São Paulo: Martins Fontes, 1984, 168 p.

APÊNDICE

1. Questionário de aplicação aos alunos da EJA.

Prezados senhores este questionário faz parte de uma pesquisa científica que está sendo realizada no curso de Mestrado da Ciência da Educação, da Universidad de La Integracion de Las Américas – UNIDA – Paraguai, este trabalho tem por finalidade analisar os possíveis fatores que causam a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos. O levantamento da coleta de dados será utilizado para análise e conclusões embasadas na Literatura acerca da temática em questão. Sendo assim agradeço sua participação e enfatizo o compromisso de apresentar o resultado obtido através do trabalho como um todo na pesquisa desenvolvida aprimorando pelo sigilo e confiabilidade que requer a pesquisa científica.

Mestranda: Graciomara Paulain Gomes

QUESTIONÁRIO

1 - Sexo:

Feminino Masculino

2 - Série:

Nível de ensino fundamental Nível de ensino médio

3 - Idade:

15 a 19 anos

20 a 29 anos

30 a 39 anos

Acima de 40 anos

4 - Estado civil:

Solteiro(a)

Casado(a)

Outras situações

5 - Trabalha:

Sim

Não

6 - Como você considera as aulas da EJA no turno noturno ?

Boa

Regular

Ótima

7 - Como você considera o nível de relacionamento com seus professores?

Bom

Regular

Ótimo

Prefiro não opinar

8 - O espaço físico da sua escolar é:

Bom

Regular

Ótimo

9 - Qual a principal causa que o motivou a retornar aos estudos?

Concluir os estudos.

Concluir os estudos para ingressar no mercado trabalho.

Concluir essa etapa e continuar os demais níveis de estudos.

10 - Sobre as metodologias do professor nas aulas, como você considera a essas atividades?

Bom

- Regular
- Ótimo
- Precisa melhorar

2. Questionário de aplicação aos professores da EJA.

Prezados senhores este questionário faz parte de uma pesquisa científica que está sendo realizada no curso de Mestrado da Ciência da Educação, da Universidad de La Integracion de Las Américas – UNIDA – Paraguai, este trabalho tem por finalidade analisar os possíveis fatores que causam a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos. O levantamento da coleta de dados será utilizado para análise e conclusões embasadas na Literatura acerca da temática em questão. Sendo assim agradeço sua participação e enfatizo o compromisso de apresentar o resultado obtido através do trabalho como um todo na pesquisa desenvolvida primorando pelo sigilo e confiabilidade que requer a pesquisa científica.

Mestranda: Graciomara Paulain Gomes

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES DA EJA

1. Marque a alternativa que representa o grau de escolaridade que mais evade onde você trabalha.

- Nível de ensino fundamental
- Nível de ensino médio

2. Na sua visão, qual o principal motivo que estimula o indivíduo a retornar os estudos na EJA?

- Apoio da família.
- A conclusão dos estudos.
- O sonho de ingressar no mercado de trabalho.
- Garantir um futuro melhor para sua vida.

3. A quanto tempo você vive a experiência de lidar com a modalidade da EJA?

Resposta. _____

4. Na sua visão de docente, quais seriam os principais motivos que ocasionam a evasão na EJA?

Resposta:

5. Qual a importância que você atribui a modalidade da EJA em seu contexto histórico da Alfabetização?

Resposta:

6. De acordo com sua prática docente quais são as metodologias que você usa para deixar as aulas mais atrativas para os alunos da EJA?

Resposta:

7. Você fez ou faz alguma especialização voltada para a Educação de Jovens e Adultos?

() Sim

() Não

Em caso positivo, qual? _____

7. Quais os maiores Impactos da Legislação no processo da Evasão Escolar? Resposta:

SOBRE A AUTORA

Graciomara Paulain Gomes

Possui graduação em Letras pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI e mestrado pela Universidad de la Integración de las Américas (2021). Atualmente, é professora na Secretaria Estadual de Educação. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação.

ÍNDICE REMISSIVO

A

abandono 13, 14, 36, 56, 60, 71, 72, 73, 74, 79, 93, 94, 95

adultos 13, 14, 17, 18, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 35, 38, 39, 41, 42, 43, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 97, 99, 102, 103, 105, 106, 107, 109, 110

afastamento 9, 13

alfabetização 13, 14, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 36, 38, 39, 40, 43, 44, 46, 54, 56, 57, 58, 67, 68, 70, 77, 90, 91, 92, 96, 97, 105, 106, 110

alunos 13, 14, 15, 17, 24, 30, 41, 42, 47, 48, 49, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 72, 74, 75, 76, 85, 86, 89, 96, 97, 98, 100, 102, 103, 112, 115

ambiente 16, 36, 46, 47, 50, 65, 85, 93, 103

âmbito 13, 14, 16, 33, 55, 63

analfabetismo 14, 19, 20, 21, 23, 24, 26, 27, 28, 33, 34, 36, 38, 43, 47, 55, 59, 78, 91

aprendizagem 13, 15, 23, 29, 41, 43, 48, 52, 53, 54, 55, 58, 61, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 89, 90, 91, 97, 99, 102, 108, 109

aula 16, 38, 56, 57, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 92, 94, 98, 99, 100

B

brasileira 19, 24, 32, 34, 36, 45, 59, 60, 67

brasileiro 20, 26, 31, 32, 36, 38, 59, 60, 78, 91

C

campo 17, 20, 36, 48, 58, 59, 61, 63, 69, 87, 90, 110

civis 45

conhecimento 7, 15, 23, 28, 30, 41, 54, 57, 62, 66, 67, 71, 73, 76, 77, 80, 81, 95, 97, 99, 102

contexto 14, 16, 23, 26, 27, 29, 30, 32, 51, 52, 53, 58, 64, 69, 81, 96, 99, 109, 115

D

democratização 52

desenvolvimento 8, 16, 26, 27, 30, 31, 35, 38, 39, 41, 45, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 67, 69, 70, 71, 75, 82, 90, 94, 111

desigualdades 27

desistência 14, 15, 16, 79

direitos 28, 35, 39, 43, 45, 50, 53, 58, 63, 93, 99

E

educação 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 73, 74, 76, 79, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 102, 104, 105, 106, 109, 110

educacionais 22, 26, 27, 31, 34, 41, 45, 47, 49, 55, 61, 71, 92, 95, 97, 103, 107

educacional 13, 14, 15, 18, 23, 24, 31, 32, 33, 34, 38, 41, 44, 45, 47, 52, 55, 57, 59, 60, 71, 73, 75, 78, 79, 88, 90, 95

educandos 13, 43, 46, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 78, 79, 99, 101

educativa 21, 22, 23, 24, 57, 69, 77, 100, 107

educativo 37, 46, 48, 55, 66, 67, 73, 77, 78, 88

educativos 22, 41, 42

ensino 13, 14, 15, 18, 19, 22, 24, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 42, 43, 46, 47, 49, 50, 52, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 80, 85, 89, 90, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 106, 108, 109, 112, 114

escola 13, 14, 18, 19, 33, 38, 39, 42, 43, 45, 46, 47, 50, 55, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 86, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 102, 103, 108

escolar 13, 14, 15, 16, 20, 27, 33, 42, 44, 46, 47, 50, 52, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 85, 93, 94, 95, 98, 100, 102, 112, 113, 114

escolarização 14, 15, 19, 26, 42, 43, 50, 63, 74, 75, 77, 91, 94, 103, 107, 110

escrita 13, 14, 27, 28, 29, 30, 31, 36, 40, 43, 44, 45, 56, 58, 61, 97

espaços 42, 50, 57, 66, 69, 106

evasão 13, 14, 15, 16, 17, 20, 33, 42, 46, 47, 56, 57, 59, 61, 62, 65, 66, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 102, 103, 112, 114, 115

F

formação 14, 34, 40, 41, 42, 43, 48, 49, 50, 57, 60, 61, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 77, 94, 95, 97, 99, 103, 104, 107, 109, 110

I

inclusão 14, 37, 57, 61, 89, 90

índice 6, 13, 14, 15, 16, 20, 43, 59, 66, 72, 78, 94

índices 20, 36, 47, 55, 71, 77, 95

J

jovens 13, 14, 15, 17, 18, 20, 22, 26, 27, 28, 30, 33, 35, 38, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 55, 56, 57, 58, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70,

71, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 89, 92, 93, 94, 95, 97, 99, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110

L

leitura 12, 13, 14, 23, 27, 28, 29, 30, 36, 40, 43, 44, 56, 57, 58, 61, 64, 76
letramento 29, 30, 40, 43, 44, 57, 64, 69, 70, 77, 97, 105, 108, 109

M

mercado 13, 26, 46, 48, 50, 57, 58, 59, 61, 65, 103, 113, 114
modalidade 13, 14, 15, 16, 26, 31, 35, 41, 42, 46, 47, 49, 57, 58, 64, 67, 70, 71, 73, 78, 79, 85, 89, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 114, 115

N

nacional 19, 32, 34, 35, 36, 38, 42, 43, 49, 52, 91, 105, 106

P

pedagógica 30, 69, 73, 77, 91, 99, 103
políticas 13, 20, 26, 31, 34, 39, 55, 59, 61, 70, 71, 73, 75, 77, 91, 98, 102, 103, 104, 107
popular 20, 21, 22, 24, 26, 31, 36, 38, 39, 45, 67, 90, 110
prática 21, 22, 23, 24, 30, 31, 54, 59, 62, 63, 71, 73, 76, 77, 91, 94, 95, 99, 107, 109, 115
preconceitos 37, 75
problema 13, 19, 28, 36, 44, 51, 56, 60, 61, 71, 72, 73, 83
problemas 25, 26, 29, 34, 36, 37, 51, 60, 62, 64, 75, 78, 83, 84
problemática 15, 16, 24, 72, 73, 78, 79, 80, 102
processo 13, 14, 18, 26, 28, 29, 30, 35, 37, 40, 41, 44, 50, 53, 54, 56, 57,

60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 77, 87, 90, 91, 97, 98, 99, 102, 103, 110, 115

Q

qualidade 19, 41, 45, 53, 55, 60, 61, 64, 67, 69, 70, 74, 75, 76, 78, 84, 92, 96, 102, 103, 104

S

sala 16, 38, 57, 62, 63, 65, 66, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 86, 91, 94, 95, 98, 99

sistema 6, 15, 16, 27, 28, 29, 32, 34, 38, 47, 48, 49, 50, 55, 60, 66, 67, 70, 75, 79, 83, 108

sociais 14, 15, 21, 24, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 37, 40, 42, 43, 44, 45, 54, 62, 66, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 95, 105, 110

social 18, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 32, 35, 37, 38, 40, 43, 44, 45, 46, 54, 57, 58, 59, 61, 63, 66, 71, 73, 74, 79, 86, 91, 92, 93, 95, 96, 98, 110

sociedade 13, 14, 20, 21, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 38, 39, 40, 42, 44, 51, 53, 54, 56, 59, 61, 74, 77, 78, 79, 91, 94, 96, 97, 99, 102, 103

T

trabalho 7, 8, 9, 13, 16, 26, 27, 33, 35, 37, 39, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 54, 57, 58, 59, 61, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 79, 85, 87, 88, 90, 91, 93, 94, 95, 98, 100, 101, 102, 103, 107, 112, 113, 114



AYA EDITORA
2025